



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA
DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E DE TECNOLOGIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO - DETGI



ESTATÍSTICA MUNICIPAL

Belém



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

Hana Ghassan Tuma
Vice-Governadora do Estado do Pará

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA - SECTET

Victor Oregel Dias
Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia, Educação Técnica e Tecnológica



FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

EXPEDIENTE

Publicação Oficial:

© 2024 Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas - Fapespa
Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Elaboração, edição e distribuição

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas - Fapespa

Endereço: Av. Presidente Vargas, nº 670.

Bairro: Campina – Belém – PA, CEP: 66.017-000

Disponível em: www.fapespa.pa.gov.br

Diretor-Presidente

Marcel do Nascimento Botelho

Diretora de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos

Coordenador de Estatística e Disseminação da Informação

Paulo Gilberto Pinheiro Góes

Responsável Técnico

Gilson Pereira Prata

Equipe Técnica da Coordenadoria de Estatística e Disseminação da Informação

Arilson Antônio da Silva Oliveira

Gabriel Carvalho Fernandes

Gilson Pereira Prata

John Assunção de Souza

Raymundo Nonnato da Frota Costa Júnior

Rudilea Ramos Cavalcante da Silva

Sâmia Mota da Silva

Silvia Caroline Salgado Pena

Colaboradores

Romildo Francelino de Oliveira

Sandy Lorena Costa Monteiro

Waldiney Joaci da Silva Barros

APRESENTAÇÃO

No cenário atual, no qual o planejamento e a gestão do município apresentam-se processos que exigem um diagnóstico global e continuado da realidade local, que acompanhem e interpretem a dinâmica municipal em seus diversos aspectos social, econômico e **ambiental**, a informação desagregada é de fundamental importância para planejadores e gestores de um modo geral.

A Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa) entende que ao se organizarem, interpretarem e disponibilizarem dados, informações e diagnósticos necessários a esse processo, aumenta-se a possibilidade de acertos na tomada de decisões rumo às metas estabelecidas na gestão administrativa em qualquer esfera de governo. Dessa forma, disponibilizar informações municipalizadas permite aos governos disporem de instrumentos adequados para uma gestão descentralizada.

O Governo do Estado do Pará, em consonância com a preocupação nacional de se tratar dados, informações e indicadores desagregados, disponibiliza à sociedade mais uma atualização das “**Estatísticas Municipais Paraenses**”, que apresentam informações estatísticas sobre os 144 municípios do estado do Pará, constituindo um conjunto de dados capazes de configurar um perfil sobre os aspectos históricos, físicos, culturais, econômicos e sociais, além de instrumentalizar a construção de indicadores macroeconômicos.

As **Estatísticas Municipais** possuem uma série histórica para todas as informações sistematizadas, constando o último ano disponível das mesmas. Este trabalho vem sendo constantemente atualizado e disponibilizado na internet por meio do *site* da Fapespa ou diretamente na Fundação. Os dados são provenientes de órgãos Federais e Estaduais e de algumas empresas da iniciativa privada, aos quais a Fapespa agradece e releva as contribuições de importância fundamental.

Ao disponibilizar mais uma atualização deste trabalho, o Governo do Estado está certo de sua contribuição para o desenvolvimento da democracia, por meio da disseminação de informações socioeconômicas, para os gestores e a sociedade civil, contribuindo para a formação de cidadãos.

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente



Homenagem a José João Pacheco

José João Pacheco iniciou sua carreira no estado em 1978, onde foi contratado sob regime jurídico da CLT, pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico Social do Pará – IDESP, ficando a disposição da Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN, hoje Secretaria de Estado de Planejamento e Administração – SEPLAD. Exerceu vários cargos e funções, tendo passagem pela Secretária de Estado de Educação, Secretária de Estado e de Justiça, Secretaria de Estado de Administração, Secretaria Executiva do Trabalho e Promoção Social, voltando em 1989 para o IDESP, onde foi alocado no Núcleo de Estatística. Em 1999 o Instituto foi extinto, e Pacheco juntamente com a equipe de estatística do IDESP, continuaram exercendo suas atividades sob a direção da SEPLAN. Nesse ano, iniciam-se os trabalhos de pesquisa para a estruturação das Estatísticas Municipais, onde Pacheco assume a responsabilidade técnica do trabalho. Em 2008, com a reabertura do IDESP, agora como Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará, a equipe de Estatística voltar a integrar o Instituto permanecendo até o ano de 2015, onde o mesmo é novamente extinto e suas diretorias de pesquisa passam a incorporar a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA.

Servidor do Estado por 43 anos, Pacheco se dedicou em diversos projetos voltados ao desenvolvimento socioeconômico estadual, entre eles e por último o projeto Estatísticas Municipais, onde esteve à frente de sua construção e manutenção até o ano de 2021, sempre com muito zelo e responsabilidade.

Devido às complicações causadas pela COVID-19, José João Pacheco nos deixou em 06/04/2021, deixando quatro filhos, netos e muitos colegas de trabalho inconformados com sua partida em especial aos servidores da Diretoria de Estatística, Tecnologia e Gestão da Informação - DETGI que tiveram a oportunidade de tê-lo como amigo, em uma convivência de muito aprendizado, respeito e carinho, no decorrer desses últimos 25 anos. Ficam as boas lembranças e o legado de seu trabalho para essa e próximas gerações.

SUMÁRIO

1	ASPECTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS.....	10
1.1	HISTÓRICO.....	10
1.2	CULTURA.....	17
1.2.1	Patrimônio Cultural.....	17
1.2.2	Formação Étnica.....	18
1.2.3	Folclore.....	18
1.2.4	Gastronomia.....	19
1.2.5	Artesanato.....	20
1.2.6	Lendas e Mitos.....	21
1.3	PATRIMÔNIO HISTÓRICO.....	21
1.3.1	Bairro da Cidade Velha.....	21
1.3.2	Palácios.....	27
1.3.3	Construções Históricas.....	28
1.3.4	Praças.....	29
1.3.5	Monumentos.....	33
1.3.6	Museus.....	34
1.3.7	Bibliotecas.....	36
1.3.8	Cinemas.....	36
1.3.9	Mercados.....	36
1.3.10	Complexos.....	37
1.3.11	Teatros.....	40
1.3.12	Parques e Bosques.....	41
1.3.13	Espaço Cultural.....	42
1.3.14	Aeroporto.....	43
1.3.15	Estádio.....	44
2	ASPECTOS FÍSICOS-TERRITORIAIS.....	45
2.1	LOCALIZAÇÃO.....	45
2.2	LIMITES.....	45
2.3	SOLOS.....	45
2.4	VEGETAÇÃO.....	45
2.5	PATRIMÔNIO NATURAL.....	45
2.6	TOPOGRAFIA.....	45
2.7	GEOLOGIA.....	46
2.8	HIDROGRAFIA.....	46
2.9	CLIMA.....	46
3	DADOS ESTATÍSTICOS.....	47
3.1	DEMOGRAFIA.....	47
3.1.1	População, Área e Densidade Demográfica 2000-2024.....	47
3.1.2	População Segundo Situação da Unidade Domiciliar 2000/2007/2010/2022.....	47
3.1.3	População por Sexo 2000/2007/2010/2022.....	47
3.1.4	População por Faixa Etária 2000/2010/2022.....	48
3.1.5	População Residente, Segundo Algumas Características 1991/2000/2010/2022.....	49
3.1.6	Indicadores Demográficos 1970/80/91/00/2010/2022.....	50
3.1.7	População Residente, Segundo Lugar de Nascimento 1991/2000/2010.....	50
3.1.8	População Residente, por Naturalidade em relação à Unidade de Federação e ao Município 1991/00/2010.....	50
3.1.9	Pessoas não Naturais da Unidade da Federação que Tinham 10 Anos ou Mais, Ininterruptos de Residência na Unidade da Federação 2000/2010.....	51
3.2	HABITAÇÃO.....	51
3.2.1	Habitantes por Domicílios Permanentes 1996/2000/2007/2010.....	51
3.2.2	Domicílios Particulares Permanentes, por Alguns Serviços e Bens Duráveis Existentes nos Domicílios 2000/2010.....	51
3.2.3	Domicílios particulares permanentes, por forma de abastecimento de água 1991/2000/2010.....	51
3.2.4	Domicílios particulares permanentes, por existência de banheiro ou sanitário e tipo de esgotamento sanitário 1991/2000/2010.....	52
3.2.5	Domicílios particulares permanentes, por destino do lixo 1991/2000/2010.....	52
3.2.6	Domicílios particulares permanentes, por tipo do domicílio 1991/2000/2010.....	52
3.2.7	Domicílios particulares permanentes, por condição de ocupação do domicílio 1991/2000/2010.....	52
3.3	SAÚDE.....	53
3.3.1	Profissionais de Saúde, Segundo Município 2006-2014.....	53

3.3.2	Profissionais de Saúde, Segundo Município 2015-2020.....	53
3.3.3	Profissionais de Saúde, Segundo Município 2021-2024.....	53
3.3.4	Número de Ocupações de Saúde, segundo Município 2006-2014.....	54
3.3.5	Número de Ocupações de Saúde, Segundo Município 2015-2020	54
3.3.6	Número de Ocupações de Saúde, Segundo Município 2021-2024	54
3.3.7	Profissionais por Esfera 2006-2014	55
3.3.8	Profissionais por Natureza Jurídica e Por Esfera Jurídica 2015-2020.....	55
3.3.9	Profissionais por Natureza Jurídica e Por Esfera Jurídica 2021-2024.....	56
3.3.10	Unidades Ambulatoriais Cadastradas no SIASUS 2006-2014	56
3.3.11	Unidades Ambulatoriais Cadastradas no SIASUS 2015-2020	57
3.3.12	Unidades Ambulatoriais Cadastradas no SIASUS 2021-2024	57
3.3.13	Leitos por Habitantes 2006-2014.....	58
3.3.14	Leitos por Habitantes 2015-2020	58
3.3.15	Leitos por Habitantes 2021-2024.....	58
3.3.16	Hospitais e Leitos Segundo Algumas Características 2006-2010.....	58
3.3.17	Hospitais e Leitos Segundo Algumas Características 2011-2014.....	59
3.3.18	Hospitais e Leitos Hospitalares Segundo Algumas Características 2015-2019	59
3.3.19	Hospitais e Leitos Hospitalares Segundo Algumas Características 2020-2024	60
3.3.20	Internações 2000-2023.....	60
3.3.21	Nascimento por Residência da Mãe, Segundo Sexo 2000-2013	60
3.3.22	Nascimento por Residência da Mãe, Segundo Sexo 2014-2023	61
3.3.23	Natalidade por Residência da Mãe, Segundo Peso ao Nascer 2000-2013	61
3.3.24	Natalidade por Residência da Mãe, Segundo Peso ao Nascer 2014-2023	61
3.3.25	Nascimento por Faixa Etária e Residência da Mãe 2000-2013	61
3.3.26	Nascimento por Faixa Etária e Residência da Mãe 2014-2023	62
3.3.27	Óbitos por Residência, Segundo o Sexo 2000-2013	62
3.3.28	Óbitos por Residência, Segundo o Sexo 2014-2023	62
3.3.29	Óbitos por Residência, Segundo Faixa Etária 2000-2013.....	62
3.3.30	Óbitos por Residência, Segundo Faixa Etária 2014-2023.....	63
3.3.31	Mortalidade Geral Segundo Principais Causas 2000-2013.....	63
3.3.32	Mortalidade Geral Segundo Principais Causas 2014-2023.....	63
3.4	EDUCAÇÃO.....	64
3.4.1	Estabelecimentos por Dependência Administrativa e Etapas de Ensino 2000-2012	64
3.4.2	Estabelecimentos por Dependência Administrativa e Etapas de Ensino 2013-2023	65
3.4.3	Bibliotecas por Dependência Administrativa e Etapas de Ensino 2000-2015	66
3.4.4	Bibliotecas por Dependência Administrativa e Etapas de Ensino 2016-2023	67
3.4.5	Laboratórios de Informática por Dependência Administrativa e Etapas de Ensino 2000-2015.....	68
3.4.6	Laboratórios de Informática por Dependência Administrativa e Etapas de Ensino 2016-2023.....	69
3.4.7	Matrícula por Dependência Administrativa e Etapas de Ensino 2000-2012.....	70
3.4.8	Matrícula por Dependência Administrativa e Etapas de Ensino 2013-2023.....	71
3.4.9	Funções Docentes por Dependência Administrativa e Etapas de Ensino 2000-2010.....	72
3.4.10	Número de Docentes por Etapas de Ensino e Dependência Administrativa 2010-2023.....	73
3.4.11	Taxas de Rendimento Escolar 2000-2013.....	74
3.4.12	Taxas de Rendimento Escolar 2014-2023.....	75
3.5	MERCADO DE TRABALHO	76
3.5.1	Número de Estabelecimentos com Vínculos Empregatícios Segundo Setor de Atividade Econômica do Cadastro RAIS 2003-2013.....	76
3.5.2	Número de Estabelecimentos com Vínculos Empregatícios Segundo Setor de Atividade Econômica do Cadastro RAIS 2014-2023.....	76
3.5.3	Vínculos Empregatícios Segundo Setor de Atividade Econômica 2003-2013.....	76
3.5.4	Vínculos Empregatícios Segundo Setor de Atividade Econômica 2014-2023.....	77
3.5.5	Indicadores de População de 10 Anos ou Mais de Idade, Economicamente Ativa e Ocupada 1991/2000/2010	77
3.5.6	Distribuição da POC por Classe de Rendimento Nominal Mensal de Todos os Trabalhos em Salário Mínimo 2000/2010	77
3.5.7	Distribuição da POC por Posição na Ocupação e a Categoria no Trabalho Principal 1991/2000/2010.....	77
3.5.8	Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, Ocupadas na Semana de Referência, por Seção de Atividade do Trabalho Principal 1991/2000/2010.....	78
3.6	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	78
3.6.1	Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM 1970/1980/1991/2000	78
3.6.2	Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) 1991/2000/2010 – Nova Metodologia.....	78

3.7	SEGURANÇA PÚBLICA.....	79
3.7.1	Taxa de Homicídio Total (100 mil habitantes), Taxa de Homicídio de Jovens de 15 a 29 anos (100.000 jovens) e Taxa de Mortes por Acidente de Trânsito (100 mil habitantes) 2011-2023	79
3.8	POLÍTICO ELEITORAL	79
3.8.1	Eleitores por Sexo 2000/02/04/06/08/10/12/2014	79
3.8.2	Eleitores por Sexo 2016/2018/2020/2022/2024	79
3.9	ENERGIA ELÉTRICA	80
3.9.1	Consumidores e Consumo de Energia Elétrica por Classe 2000-2008	80
3.9.2	Consumidores e Consumo de Energia Elétrica por Classe 2009-2017	81
3.9.3	Consumidores e Consumo de Energia Elétrica por Classe 2018-2023	82
3.10	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	83
3.10.1	Consumidores e Consumo de Água por Classe 2000-2009	83
3.10.2	Consumidores e Consumo de Água por Classe 2010-2015	84
3.11	TRANSPORTE	85
3.11.1	Veículos por Tipo 2000-2013.....	85
3.11.2	Veículos por Tipo 2014-2024.....	85
3.11.3	Veículos Licenciados e Não Licenciados 2000-2023.....	86
3.11.4	Número de Carteiraas Nacionais de Habilitação Expedidas, Vencidas e Percentual das mesmas 2009-2013 ...	86
3.11.5	Fluxo de Passageiros por Terminal Rodoviário Intermunicipal e Interestadual (Belém e Mosqueiro) 1997-2006	87
3.11.6	Movimento Anual de Aeronaves e Passageiros no Aeroporto Internacional de Belém 2013	87
3.11.7	Movimento Anual de Carga Aérea (kg) no Aeroporto Internacional de Belém 2013	87
3.11.8	Movimento Anual de Aeronaves e Passageiros no Aeroporto Júlio César 2013	88
3.11.9	Movimento Anual de Carga Aérea (kg) no Aeroporto Júlio César 2013	88
3.11.10	Movimento de Carga para Exportação no Porto de Belém, Terminal Petroquímico de Miramar e Porto da SOTAVE 1996-2009	88
3.11.11	Movimento de Carga para Importação no Porto de Belém, Terminal Petroquímico de Miramar e Porto da SOTAVE 1996-2009	88
3.11.12	Características do Porto de Belém e Terminal Petroquímico de Miramar 2000	89
3.11.13	Movimento de Carga Geral para Carregamento no Porto de Belém 2010-2013	89
3.11.14	Movimento de Carga a Granel para Carregamento no Porto de Belém 2010-2013	89
3.11.15	Movimento de Carga Geral para Descarregamento no Porto de Belém 2010-2013	89
3.11.16	Movimento de Carga a Granel para Descarregamento no Porto de Belém 2010-2013	90
3.11.17	Movimento de Carga Geral para Carregamento no Porto de Belém (MIRAMAR) 2010-2013.....	90
3.11.18	Movimento de Carga a Granel para Carregamento no Porto de Belém (MIRAMAR) 2010-2013	90
3.11.19	Movimento de Carga Geral para Descarregamento no Porto de Belém (MIRAMAR) 2010-2013.....	90
3.11.20	Movimento de Carga a Granel para Descarregamento no Porto de Belém (MIRAMAR) 2010-2013	91
3.11.21	Movimento de Carga Geral para Carregamento no Porto de Belém (OUTEIRO) 2011-2013.....	91
3.11.22	Movimento de Carga a Granel para Carregamento no Porto de Belém (OUTEIRO) 2011-2013	91
3.11.23	Movimento de Carga Geral para Descarregamento no Porto de Belém (OUTEIRO) 2011-2013.....	91
3.11.24	Movimento de Carga a Granel para Descarregamento no Porto de Belém (OUTEIRO) 2011-2013	92
3.12	PRODUTO INTERNO BRUTO MUNICIPAL.....	92
3.12.1	Composição do Produto Interno Bruto a Preço de Mercado Corrente 2002-2021	92
3.12.2	Valor Adicionado Bruto a Preço Básico Corrente por Setor 2002-2021	93
3.12.3	Produto Interno Bruto Per Capita a Preço de Mercado Corrente 2002-2021	93
3.13	AGRICULTURA	94
3.13.1	PRODUTOS DAS LAVOURAS TEMPORÁRIAS	94
3.13.2	PRODUTOS DAS LAVOURAS PERMANENTES	95
3.14	PECUÁRIA.....	95
3.14.1	Principais Rebanhos Existentes 1997-2004	95
3.14.2	Principais Rebanhos Existentes 2005-2012	96
3.14.3	Principais Rebanhos Existentes 2013-2020	96
3.14.4	Principais Rebanhos Existentes 2021-2023	96
3.15	PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.....	97
3.15.1	Quantidade e Valor dos Produtos de Origem Animal 1997-2001	97
3.15.2	Quantidade e Valor dos Produtos de Origem Animal 2002-2006	97
3.15.3	Quantidade e Valor dos Produtos de Origem Animal 2007-2012	97
3.15.4	Quantidade e Valor dos Produtos de Origem Animal 2013-2016	97
3.15.5	Quantidade e Valor dos Produtos de Origem Animal 2017-2020	97
3.15.6	Quantidade e Valor dos Produtos de Origem Animal 2021-2023	97
3.16	EXTRATIVISMO VEGETAL.....	98

3.16.1	Quantidade e Valor dos Produtos da Extração Vegetal 1997-2001.....	98
3.16.2	Quantidade e Valor dos Produtos da Extração Vegetal 2002-2006.....	98
3.16.3	Quantidade e Valor dos Produtos da Extração Vegetal 2007-2012.....	98
3.16.4	Quantidade e Valor dos Produtos da Extração Vegetal 2013-2016.....	98
3.16.5	Quantidade e Valor dos Produtos da Extração Vegetal 2017-2020.....	98
3.16.6	Quantidade e Valor dos Produtos da Extração Vegetal 2021-2022.....	99
3.17	FINANÇAS PÚBLICAS	99
3.17.1	Receitas Municipais 2000-2004	99
3.17.2	Receitas Municipais 2005-2010	99
3.17.3	Receitas Municipais 2011-2015	99
3.17.4	Receitas Municipais 2016-2020	100
3.17.5	Receitas Municipais 2021-2024	100
3.13.1	Transferências Constitucionais do ICMS, FPM, IPI e FUNDEF/FUNDEB 1997-2010	100
3.13.2	Transferências Constitucionais do ICMS, IPI, IPVA, FUNDEB-ICMS e FUNDEB-IPVA 2011-2024	101
3.14	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	101
3.14.1	Número de Agências Bancárias, Aplicações, Depósitos e Poupança no Estado do Pará 1994-2007.....	101
3.15	MEIO AMBIENTE	102
3.15.1	Desflorestamento Acumulado a partir de 2008 (km²), Incremento (Desflorestamento km²) e Número de Focos de Calor 2008-2024.....	102
3.15.2	Cadastro Ambiental Rural (CAR) - Boletim do CAR por Município 2018-2024	102
	NOTA TÉCNICA	103
	GLOSSÁRIO	104

1 ASPECTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS

1.1 HISTÓRICO

Na época da conquista do Pará, Espanha e Portugal, formavam a União Ibérica (desde 1580). Essa união fora motivada pela morte do rei-cardeal D. Henrique. Assumiu o trono português o rei espanhol D. Felipe II, neto de D. Manuel, o Venturoso. Para o Brasil, naquela fase de expansão territorial, a união peninsular foi benéfica, pois veio tornar sem efeito o Tratado de Tordesilhas, facilitando, desse modo, a penetração interiorana.

A conquista do Norte foi determinada pelo rei da Espanha e Portugal, D. Manuel. Visava, inicialmente, desalojar do Maranhão os franceses que ali haviam criado a França Equinocial. E, em 1614, Jerônimo de Albuquerque seguiu à frente da tropa, para cumprir aquela missão. A vitória definitiva sobre os franceses deu-se em 2 de dezembro de 1615, já com Alexandre Moura liderando as forças lusas desde outubro. Após essa vitória, Moura nomeou Jerônimo de Albuquerque governador do Maranhão e encarregou Francisco Caldeira Castelo Branco de conquistar o Pará.

No dia 25 de dezembro de 1615, a expedição saiu da Baía de São Marcos, composta do patacho Santa Maria da Candelária, da caravela Santa Maria das Graças e da Lancha Assunção. Compunha-se de 150 homens, 10 peças de artilharia, pólvora, muita munição e mantimentos. No dia 12 de janeiro de 1616, após transpor a barra do Separará, os portugueses aportaram na Baía de Guajará, chamada pelos nativos de Paraná-Guaçu.

Primitivamente, Belém (Mairi para os indígenas) era habitada pelos Tupinambás. O cacique chamava-se Guaimiaba (cabelo de velha). Como não demonstraram hostilidade, os lusos mantiveram contato com os índios, foram para a terra e ali se estabeleceram. À nova conquista, Castelo Branco deu o nome de Feliz Lusitânia, colocando-a sobre a proteção de Nossa Senhora de Belém, e o engenheiro-mor Francisco Frias Mesquita iniciou a construção da Casa Forte, localizada num pequeno promotório à margem esquerda do rio Piry (hoje doca do Ver-o-Peso). Recebeu a denominação de Forte do Presépio (hoje Forte do Castelo) e em seu interior levantaram uma pequena capela, sob a invocação de Nossa Senhora das Graças.

Do Forte do Castelo saíram os desbravadores do povoado. O igarapé Piry, vindo do norte, onde depois foi construído o Arsenal da Marinha, descia pelo povoado, indo desaguar perto do forte, onde se encontra atualmente a doca do Ver-o-Peso. Os primeiros habitantes da parte sul foram os religiosos capuchos de Santo Antônio, que construíram, à margem do Paraná-Guaçu, o Hospício do Una, em agosto de 1617.

Na tropa de Castelo Branco se encontrava Pedro Teixeira, cujo nome está ligado à exploração do Amazonas, que foi encarregado de ir, por terra, a São Luís do Maranhão levar as boas novas.

Terminada a construção do Forte do Presépio, o próximo passo dos portugueses foi a colonização de Belém. Ergueram as primeiras casas; os índios ajudavam, mas não demorou muito para que os brancos os escravizassem.

No dia 7 de janeiro de 1619, os Tupinambás se revoltaram contra o regime de escravidão que os brancos lhe impunham e muitas tribos não se conformavam em ceder suas terras aos estrangeiros. As lutas contra os nativos se alastraram, movidas pelo interesse de ganhar dinheiro escravizando os indígenas.

Além destas, os portugueses também se envolveram na luta contra os estrangeiros, para evitar que os franceses, ingleses e holandeses dominassem o vale amazônico, onde já haviam construído várias fortalezas. Vencidas as lutas com os índios Tupinambás e Pacajás e com os invasores estrangeiros holandeses, ingleses e franceses, a cidade perdeu a primitiva denominação de “Feliz Lusitânia”, passando a ser “Nossa Senhora de Belém do Grão Pará”, para a qual Felipe da Espanha concedera foros de capitania.

Importante sob todos os aspectos foi a ação dos religiosos na conquista espiritual da Amazônia.

Com Castelo Branco, veio o padre Manoel Figueiredo de Mendonça, que realizou a primeira missa em Belém e que depois foi nomeado o primeiro vigário do Pará.

Belém nasceu com foros de cidade, porém a data e o ato de criação desse Município perderam-se na deficiência dos documentos, como também ficaram esquecidos os nomes do primeiro Presidente e demais autoridades que integraram a fase inicial da administração municipal. Contudo, relata Palma Muniz, há claros indícios da existência de um Senado da Câmara, a partir de 1625, visto que este teria adotado decisões enérgicas sobre o magno problema dos índios, então apaixonadamente debatido e controvertido, como, por exemplo, a representação interposta contra a pastoral de Frei Cristóvão de São José, em 21 de dezembro do mesmo ano, com relação à administração das aldeias indígenas. Em 1636, prossegue o mesmo autor, surgem os primeiros registros da história geral do Pará, no meio das agitações decorrentes da sucessão do governo da Capitania. Na ocasião, o Senado da Câmara emprestou decisivo apoio ao reconhecimento de Jacome Raimundo de Noronha como Capitão General, contra os veementes protestos do vereador Luís do Rego, que em atitude considerada incompatível com o absolutismo da época, declarou não reconhecer ao Senado da Câmara de São Luís do Maranhão competência para nomear o Capitão General do Pará. Todos esses fatos, conclui Muniz, denotam que o Senado da Câmara já era uma corporação que intervinha na vida geral da Capitania e tinha foro de existência respeitada.

Desconhece-se o local onde primitivamente funcionou o Senado. Documentos relatam que teria sido em uma casa localizada na esquina da Travessa da Rosa (atual Félix Rocque) com a Rua do Norte (atual Siqueira Mendes).

Em 1650, o Padre Antônio Vieira dizia em sua “Resposta aos Capítulos do Procurador do Maranhão” que a população de Belém somava 80 almas, sem incluir os nativos, os religiosos e os soldados. As primeiras ruas foram abertas, todas paralelas ao rio. Os caminhos transversais levavam ao interior. Era maior o desenvolvimento para o lado norte, onde os colonos levantaram suas casas de taipa, dando começo à construção do bairro que hoje é conhecido como Cidade Velha.

Até meados do século XVII, Belém possuía, além dessa construção, a Santa Casa de Misericórdia, fundada em 24 de fevereiro de 1619; o Convento de Santo Antonio, fundado em 1626; a igreja e o Convento de Nossa Senhora das Mercês, construídos em 1640, pelos mercedários Frei Pedro da La Cirne e Frei João da Mercê, e onde, em 1796, D. Francisco de Sousa Coutinho mandou instalar a Alfândega, e lá ainda continua; a igreja de Nossa Senhora do Carmo; as obras da Ordem dos Carmelitas Calçados, no local onde Bento Maciel possuía uma casa de resistência; e a igreja de São Francisco Xavier (atual Santo Alexandre), inaugurada pelos jesuítas em 1660.

O ano de 1655 talvez tenha sido a data da elevação de Belém à categoria de cidade, em conformidade com o Ofício, de 29 de abril de 1733, existente no Arquivo Público do Pará. Neste documento, os oficiais da Câmara comunicaram ao Governo da Capitania que “Sua Majestade nos fez mercê há setenta e oito anos (1655), conceder-nos os mesmos privilégios que gozam os cidadãos da cidade do Porto, do que mandou passar Provisão”.

A mais antiga vereação da Câmara de que se tem notícia, pelos manuscritos conhecidos é a de 1661, constituída pelos vereadores: Bernardino de Carvalho, Manoel Álvares da Cunha, Gaspar da Rocha Porto Carneiro, Braz da Silva e Manoel Braz.

Absorvidos os portugueses com domínio da região amazônica, além de frequentes conflitos com índios e estrangeiros, não lhes foi possível cuidar, nos tempos iniciais, do progresso da Capitania. O móvel maior - a ambição do ouro - era a causa principal dessa estagnação que, apesar do meio século de permanência, dava à Colônia a orientação dos primeiros dias. A ideia da fortuna imediata toldava todos os espíritos, sem distinção de crenças ou de cargos, e a cidade teve que sofrer as consequências das ambições de seus primeiros colonizadores. Em 1676, chegaram da Ilha dos Açores 50 famílias, no total de 234 pessoas. Eram agricultores que o Senado da Câmara localizou no trecho conhecido como Rua São Vicente, atual Manoel Barata.

O mais antigo livro de atas do Senado da Câmara de Belém data de 1713, quando serviram como juízes ordinários André de Oliveira Pinto e Pedro de Seixas Borges.

No século XVIII, a cidade começou a avançar para a mata, ganhando distância do litoral.

Em 1667, foi criado o Bispado do Maranhão. As cartas régias de 1693 e 1694 distribuíram o litoral e o interior pelas ordens religiosas que atuavam na Amazônia: jesuítas, mercedários, frades de Santo Antônio, carmelitas e os frades da Piedade. No dia 4 de março de 1719, o papa Clemente IX, através da Bula Copiosus in Misericórdia, criou o Bispado do Grão-Pará, sendo nomeado o seu 1º Bispo, D. Frei José Bartolomeu do Pilar, da Ordem dos Carmelitas Calçados. D. Romualdo de Souza Coelho, empossado em julho de 1821, se achava à frente do bispado quando o Pará aderiu à Independência do Brasil. A população era de 6.574 “almas”.

Em 1673, o governador Pedro César de Menezes transferiu a sede da capitania do Grão-Pará e Maranhão (unificadas em um só Estado, desde 1623) de São Luis para Belém. Em 1688, a corte determinou que a capital voltasse a ser São Luis; mas em 1737 a sede governamental retornou a Belém. Finalmente, em 1815, as Capitanias Gerais do Brasil foram transformadas em Províncias, ficando Belém como Capital da Província do Grão-Pará.

A lei de 12 de junho de 1748 estabeleceu o derrame de moeda de metal-cobre, prata e ouro, para substituir os novelos de algodão e os gêneros nativos utilizados como valor de troca na época. Por requerimento dos habitantes, foi fundada, em 1755, a Companhia de Comércio, que durou 22 anos e trouxe ao Pará 12.587 escravos africanos, dos quais muitos foram vendidos para Mato Grosso, por falta de compradores locais.

A construção do Palácio do Governo, cuja planta é de autoria do arquiteto Antônio José Landi, foi concluída em 1771.

Em 1793, D. Francisco de Sousa Coutinho, Capitão-General do Grão-Pará e Rio Negro, organizou o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, tradicional préstito religioso que movimenta todo o Estado. A imagem da santa é venerada pelos paraenses desde 1700.

Foram estabelecidos os serviços de Correios, de serventia pública, de abertura de novos logradouros, além de se criarem escolas de ensino primário e de humanidades. As tropas militares ficaram agrupadas em uma imensa casa térrea que se estendia da Travessa São Francisco à de São Pedro e que deu origem ao nome de Largo dos Quartéis, hoje Praça da Bandeira. Ao terminar o ano de 1799, a cidade contava com 1.083 “fogos” (casas) e 10.620 habitantes. Dom Francisco de Sousa Coutinho, cavaleiro da Ordem de Malta, Capitão-de-Fragata da Real Armada Portuguesa, era o governador e Capitão-General do Grão-Pará e Rio Negro.

A retirada de Dom João VI para Portugal e os acontecimentos que dominavam o cenário no Brasil, relativos ao regime constitucional, passaram a repercutir em Belém, criando situações novas para a cidade e, sobretudo, para a vida política municipal. A mais importante dessas circunstâncias foi, sem dúvida, a adesão do Pará à Independência. O Senado da Câmara, constituído em 1823 e empossado em 27 de fevereiro, sofreu decisiva influência na sua composição por parte da Junta Provisória do Governo Civil da Província do Pará. Porém, a deposição dessa junta governativa pelo Coronel João Pereira Vilaça, em 1º de março de 1823, trouxe como consequência a distribuição desse Senado. Entretanto, os líderes paraenses que trabalhavam pela Independência e que realizaram a adesão do Pará em 15 de agosto empossaram o dito Senado. Assim, a primeira Câmara de Belém, composta depois de decretada a Independência do Brasil, foi presidida por Pedro Rodrigues Henriques e instalada, solenemente, em 23 de agosto pela Junta Provisória do Governo do Pará, integrada por Geraldo de Abreu, João Batista Gonçalves Campos e Félix Antônio Clemente Malcher.

A Lei-Geral de Organização Municipal do Império, de 1º de outubro de 1828, estabeleceu para todos os Municípios brasileiros a eleição direta para a composição de seus respectivos corpos deliberativos. No ano seguinte, em 6 de julho, tomou posse em Belém a primeira Câmara Municipal eleita, da qual fizeram parte o Comendador Ambrósio Henrique da Silva Pombo, na qualidade de presidente, e os vereadores Coronel Manoel Sebastião de Mello Marinho Falcão, Tenente-Coronel Lourenço Lucidoro da Motta, Capitão José Batista Camecran, Capitão Joaquim Antônio da Silva, Tenente João Batista Ledo, Capitão Antônio Manoel de Sousa Trovão, João Florêncio Mendes Cardoso e Capitão Pedro Carlos Damasceno.

Em consequência das lutas deflagradas pelo movimento da Cabanagem, a Câmara Municipal de Belém sofreu várias alterações. O Presidente da Câmara, Antônio Manoel de Sousa Trovão, foi preso e os vereadores fugiram da Capital, sendo chamados seus suplentes, entre os quais João Antônio Corrêa Bulhão, que sucedeu a Trovão na presidência da Câmara.

A Cabanagem foi um movimento popular cujo objetivo era a tomada do poder das elites portuguesas, que governavam a Província do Grão-Pará. Foi liderado intelectualmente pelo Cônego Batista Campos, que dirigia o jornal “O Paraense” e fazia oposição aos atos do governo, e, bélica e estrategicamente, pelos irmãos Francisco e Antônio Vinagre, além de Eduardo Angelim.

No dia 4 de dezembro de 1833, assumia a Presidência da Província do Pará, em substituição a Machado de Oliveira, o brigadeiro Bernardo Lobo de Souza. O novo Presidente incidiu no erro de inimizar-se

com Batista Campos. Após vários incidentes ocorridos, Batista Campos, perseguido pelo governo, veio a falecer em 31 de dezembro de 1843. Assim que a notícia se espalhou, a culpa pela morte (em decorrência de um tumor maligno) foi atribuída aos governantes. Revoltados, os líderes cabanos passaram então a recrutar os caboclos para a invasão da cidade de Belém, sede da Província, e para a tomada do poder, o que ocorreu no dia 7 de janeiro de 1835, quando mataram várias autoridades do governo, entre elas o Presidente da Província. Após o assassinato do presidente Lobo de Sousa, a Câmara passou a constituir um baluarte contra os cabanos, embora mantivesse um comportamento de relativa tolerância, para evitar maiores desgraças e aguardar o apoio do governo imperial no restabelecimento do regime da legalidade.

Além das lutas sucessivas durante o período cabano, houve também, a crise econômico-financeira. Assim, quando forças legais tomaram conta da cidade, em maio de 1836, encontraram uma Belém cheia de carcaças de edifícios, sem iluminação pública, em uma decadência quase total. Andréa, o novo Presidente da Província, tentou melhorar as coisas. Com a expansão da cidade, os problemas se avolumaram. Um dos maiores problemas que enfrentou foi o dos terrenos alagadiços e a falta de operários especializados.

A partir de então, e por longos anos, novos conflitos e mortes se sucederam com vários cabanos assumindo por algum tempo a presidência da Província, entre eles, Francisco Vinagre, então com 19 anos e Eduardo Angelim, com 21. Antônio Vinagre era mais jovem e morreu em batalha em agosto de 1835. Finalmente, devido à ausência de um líder com o conhecimento de Batista Campos, o movimento revolucionário, não muito consistente, foi debelado de vez em 1840 pelas forças do Marechal José Soares de Andréa, novo Presidente da Província, nomeado pela regência, depois de muito sangue derramado, mas que marcou a história do Pará.

Quando da Cabanagem, Belém pouco se diferenciava daquela pequena urbe do final do período colonial; restringia-se aos bairros da Cidade e da Campina, com o igarapé Piri dividindo-os. O bairro de Nazaré era um bosque imenso. Ligando o largo onde se erguia a modesta ermida de Nossa Senhora de Nazaré, havia uma estrada, chamada de Nazaré. Não houve nenhuma modificação urbanística para melhor; para pior muitas, em decorrência das lutas e dos bombardeios de que a cidade foi vítima.

Em 1844, assumiu outro presidente, Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, que foi o maior administrador do período imperial. Considerando o período e as condições, pode ser comparado ao de Mendonça Furtado, no período colonial, e ao de Antonio Lemos, na fase republicana. Executou muitas obras e planejou outras tantas que, por falta de recursos não puderam ser realizadas. Mas, o que é importante, deixou um plano urbanístico para uma cidade cheia de problemas.

Mais de duzentas publicações, entre jornais, revistas e panfletos, circularam por Belém na época do Império, algo surpreendente para uma cidade pequena e isolada dos grandes centros. A imprensa em Belém e na Amazônia foi introduzida por Felipe Patroni, Domingos Simões da Cunha e José Batista da Silva, em 1822 quando fundaram o jornal “O Paraense”, à época em que ainda éramos subordinados ao governo português. Sua tipografia serviu para imprimir o primeiro jornal que circulou em Belém, já após a sua integração ao Império do Brasil: O Independente, semanário cujo primeiro número foi lançado em 8 de dezembro de 1823, redigido pelo padre João Lourenço de Souza, defendia uma facção exaltada da política paraense. O governo passou a

editar “O Verdadeiro Independente”, semanário cujo primeiro número saiu em agosto de 1824. Seu primeiro redator foi D. Romualdo de Seixas. Outros exemplos da imprensa na época do Império são: “O Estado”; “O Treze de Maio”, primeiro jornal diário do Estado (que leva este nome em homenagem à data em que as forças legalistas retomaram Belém); e o “Diário de Notícias”.

Em 1831, surgiu um jornal que muito influenciou na agitada política paraense e antecedeu à explosão da Cabanagem: Orpheo Paraense. O Cônego Batista Campos foi encarregado de sua redação e imediatamente o transformou em porta voz de suas ideias nacionalistas exaltadas, ajudado pelos padres Jerônimo Pimentel e Gaspar de Sequeira Queiroz. Além deste, Batista Campos publicou vários semanários e jornais. Para fazer frente à linha exaltada de Batista Campos, vários jornais circularam, entre eles: “A Opinião”, “O Despertador” e “Correio Oficial Paraense”, que circulou de julho de 1834 até janeiro de 1935, fundado pelo presidente Bernardo Lobo de Souza. O antigo colaborador de Batista Campos redigia-o, o Cônego Gaspar de Sequeira Queiroz, transformado agora em seu ferrenho adversário.

Dessa tumultuada fase deve-se mencionar “A Sentinela Maranhense na Guarita do Pará”, de Batista Campos e redigido por Vicente Lavor Papagaio, publicado em setembro e outubro de 1834, que acelerou o processo cabano. Durante os governos revolucionários da Cabanagem, circularam apenas dois jornais de vidas efêmeras: “Paquete do Governo” e “Publicador Oficial Paraense”. Após o ciclo cabano, a imprensa paraense voltou a reviver por meio da “Folha Comercial do Pará”, semanário que circulou de agosto de 1837 a 1840. Honório José dos Santos, figura de destaque na história da imprensa paraense, o redigia. Encerrou-a em 1840 para lançar o primeiro jornal de longa vida do período colonial: o “Treze de Maio”.

A Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, implicou na deposição do regime monárquico, e a posse das autoridades republicanas no Pará foi realizada na Câmara Municipal de Belém. Para isto, reuniu-se a Câmara, em sessão extraordinária, no dia 18 de novembro, sob a presidência de Antônio José Lemos, perante a qual compareceram os membros do Governo Provisório do Pará, Dr. Justo Chermont, Capitão-de-Fragata José Maria do Nascimento e Tenente-Coronel Bento José Fernandes Júnior, que prestaram juramento e foram empossados no Governo do Estado Confederado do Pará. Em virtude da Vigência do novo regime republicano, a Câmara Municipal de Belém foi extinta pelo Decreto Lei nº 3, de 5 de dezembro de 1889 e, pelo mesmo ato, foi criado o Conselho Municipal.

Com a Lei Orgânica dos Municípios, de 28 de outubro de 1891, os Municípios do Estado passaram a ser governados por um Intendente Municipal, com funções executivas e um Conselho Municipal, com funções deliberativas. Em consequência dessa Lei, tiveram lugar as primeiras eleições municipais do período republicano no Pará, cujo mandato compreendeu o triênio de 1891 a 1894. Em 15 de novembro de 1891, tomaram posse os eleitos: D. Gama Abreu (Barão de Marajó), como Intendente, e os Vogais Dr. José Antônio Pereira Guimarães, José Marques Braga, Dr. Theodorico Cícero Ferreira Pena, Antônio Delfim da Silva Guimarães, Filadelfo de Oliveira Condurú, Cícero da Costa Aguiar e Leônidas Ramiro da Silva Castro.

Durante os anos de 1897 a 1911, administrou Belém o Intendente Antônio José de Lemos, sendo considerada esta época a fase áurea do Município. São atribuídos a esse período o embelezamento e desenvolvimento da cidade. Os calçamentos de madeira foram substituídos pelos de granito. Foram construídos:

o Mercado de Ferro; o Quartel dos Bombeiros; o Asilo de Mendicidade; o Necrotério Público; a rede de esgotos; os largos foram transformados em praças ajardinadas; o bairro do Marco ganhou abertura de ruas e travessas. Enfim, foram promovidos vários tipos de melhoramentos do perímetro urbano, inclusive tendo sido instalada a iluminação pública com rede elétrica, a viação pública por bondes elétricos e surgiram dois grandes jornais diários: “A Província do Pará” e a “Folha do Norte”, que refletiam o progresso da capital guajarina junto aos suntuosos prédios e esplêndidas moradias que se construíram nessa época. Porém, a derrocada do ciclo da borracha e a Primeira Guerra Mundial estancaram o crescimento da grande metrópole da Amazônia.

A Reforma da Constituição do Estado, promulgada em 3 de setembro de 1914, mudou a administração do Município da Capital, pois ficou composta por um Conselho Municipal de 12 membros, eleito diretamente, e por um Intendente Municipal, nomeado pelo Governador do Estado. O primeiro Intendente nomeado foi o Dr. Antônio Martins Pinheiro, que tomou posse em 14 de setembro de 1914, e o Presidente eleito para o Conselho Municipal foi Dr. Dionísio Auzier Bentes.

Após a vitória da Revolução de 1930, o primeiro Intendente de Belém foi o Dr. Ismael de Castro, seguido do Dr. José Carneiro da Gama Malcher e Padre Leandro Pinheiro.

Com a reconstitucionalização de 1945, a Câmara de Vereadores de Belém ficou composta por Adolfo Burgos Xavier, Lucival Lage Lobato, Francisco do Céu Ribeiro Sousa, Armando Dias Mendes, Benedito José de Carvalho, Mário Chermont, Augusto Belchior de Araújo, Raimundo Farah, Antônio Carlos dos Santos e Melquíades Teixeira Lima.

A Lei Federal nº 1.645, de 16 de julho de 1952, devolveu o direito aos Municípios de eleger seus prefeitos, tendo ocorrido a primeira eleição em Belém em 27 de setembro de 1953, da qual saiu vitorioso o Dr. Celso Carneiro da Gama Malcher.

O golpe militar em 1964 resultou em nova suspensão dos direitos de livre escolha dos prefeitos das capitais estaduais brasileiras. Porém, com o processo de redemocratização nacional, que teve início em 1985, Belém elegeu, nesse ano, Fernando Coutinho Jorge como Prefeito da Capital Paraense.

A cidade fundada em 1616, como o nome de “Feliz Lusitânia”, depois denominada de “Nossa Senhora de Belém do Grão Pará”, tradicionalmente conhecida como “Santa Maria de Belém do Grão Pará” agora, simplesmente é designada Belém.

Do imenso patrimônio territorial de que Belém dispunha ainda nos primórdios do século, como por exemplo, as áreas de Benfica, Barcarena, Santa Izabel, Apeú, Castanhal, Inhangapi, Inhanga (São Francisco do Pará), Ananindeua etc., foram progressivamente sendo desmembradas de suas terras, para dar origem aos Municípios homônimos. Atualmente, de acordo com a Lei Municipal nº 7.682, de 5 de janeiro de 1994, o município de Belém conta com os distritos administrativos de Belém (sede), Icoaraci, Mosqueiro, Benguí, Entroncamento, Sacramenta, Guamá e Ilha de Caratateua (popularmente conhecida como Outeiro).

1.2 CULTURA

1.2.1 Patrimônio Cultural

Festas Religiosas

- **Círio de Nazaré**

A maior manifestação religiosa do município de Belém e uma das maiores do Brasil é o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, considerado o "Natal do paraense" e realizado no segundo domingo de outubro.

As comemorações do Círio começam 30 dias antes, com a celebração da Missa do Mandato, pelo arcebispo metropolitano, que dá início às peregrinações de Nossa Senhora, quando as réplicas das imagens percorrem todos os bairros de Belém de casa em casa com novenas noturnas. Nesse período, as famílias católicas reúnem-se diariamente com os vizinhos para rezar o terço e refletir sobre diversos temas, em preparação espiritual para a grande festa.

A partir da sexta-feira, antevéspera do Círio, começam as grandes homenagens a Nossa Senhora de Nazaré. A primeira delas é a Rodo-Romaria, que, seguida por carros e caminhões enfeitados, leva a imagem do Colégio Gentil Bittencourt até Ananindeua. No sábado de manhã cedo, a imagem é levada até a Vila de Icoaraci. De lá, segue em romaria fluvial, desde 1986, com centenas de embarcações, até a Praça Pedro Teixeira em Belém.

Assim que chega, a pequena imagem é conduzida em veículo especial e seguida por uma Moto-Romaria, que a leva de volta ao Colégio Gentil Bittencourt.

No sábado à noite, a partir das 19 horas, começa a Trasladação. A berlinda com a imagem de Nossa Senhora de Nazaré é levada até a Catedral da Sé, fazendo o trajeto contrário do Círio. No domingo de manhã, a procissão leva pequena imagem da Virgem de Nazaré, ornamentada com flores, pelas ruas da cidade na grande procissão em direção à Basílica de Nazaré, cumprindo um ritual de mais de 200 anos. A berlinda é puxada por uma grossa corda, que os romeiros, em grande sacrifício, vão segurando como pagamento de promessa, do início ao fim da procissão.

O Círio atrai milhares de devotos que vêm à romaria agradecer por uma graça alcançada. Simbolizando isso, levam na cabeça casas, barcos, pedaços do corpo em cera e os mais variados objetos que representam o que teriam conseguido com a fé à Virgem.

Os romeiros e promesseiros vêm de todos os cantos do interior do Pará e de outros Estados, o que confirma a tradição de uma das maiores manifestações de fé do Brasil.

Ao chegar à Praça Santuário, que fica bem em frente à Basílica, é rezada uma missa pelo arcebispo de Belém, onde todos os devotos da Virgem de Nazaré são abençoados.

Quando a procissão termina, as famílias se reúnem para o tradicional almoço do Círio, no qual são servidos pratos típicos como o pato no tucupi e a maniçoba.

A festa na Basílica segue por duas semanas, com visitas à imagem e ao Parque de Diversões, ao lado do Conjunto Arquitetônico de Nazaré.

Durante a quadra Nazarena, ainda é realizado o Círio das Crianças e a Corrida do Círio, evento que reúne corredores de diversas partes do Estado e do Brasil.

Quinze dias depois, acontece o "Recírio", que leva a imagem da Basílica de volta até o Colégio Gentil Bittencourt, de onde só sai no ano seguinte.

- **Festividade de Nossa Senhora de Belém**

Outra manifestação religiosa que pode ser destacada é a festa em homenagem à padroeira oficial da cidade, Nossa Senhora de Belém, cultuada no dia 1º de setembro, a partir das heranças religiosas deixadas pelos portugueses. As festividades contam com procissão, novena e arraial em torno da igreja matriz.

1.2.2 Formação Étnica

A herança étnica da população de Belém é uma mistura de traços do branco europeu, do negro e, sobretudo, do índio – características que lhe dão o apelido de "Cidade Morena". Hoje, a cidade não é só a capital dos paraenses, mas também de imigrantes, em especial nordestinos. Aliás, a herança desses povos também tem outras manifestações, seja nos costumes ou na forma de se expressar, revelando as raízes e um mundo fantástico de danças, comidas, artesanatos e lendas ou nos antigos casarões, palacetes e igrejas que fazem do bairro da Cidade Velha uma espécie de museu a céu aberto.

1.2.3 Folclore

O folclore é uma das manifestações mais ricas da cultura popular do belemense e é de uma expressividade autêntica. Entre as manifestações culturais mais apreciadas estão os **Folguedos Populares**. Em junho, os **Cordões de Pássaros**, os Bois-Bumbás, as Quadrilhas, as Pastorinhas e as festas de "arraiá", animadas pelos conjuntos típicos ou pelo sonoro "arrebenta-quarteirão" que, sacudidas pelos rojões e foguetes, esquentam as noites. Em julho, as festas transferem-se para as praias mais próximas, já que é o grande mês de férias do paraense. Nos finais de semana, os sonoros tomam conta da cidade, e, dividindo espaço com os espetáculos de cantores e músicos paraenses, shows de Carimbó (com destaque para o Mestre Verequete e Pinduca) e Brega.

Em se tratando de Folguedos Populares, o **Boi-Bumbá** é um folguedo que, na opinião do folclorista Carlos Lima, é tipicamente paraense. É o resultado da mistura bonita das três raças – a indumentária do branco, o atabaque do negro e a coreografia do índio. Conta-se que, na Belém da segunda metade do século XIX, o Boi-Bumbá reunia negros e escravos em um folguedo que misturava, ao ritmo forte, a representação de um motivo surpreendente para a época: a luta de classes dentro da sociedade colonial. Apesar da repressão, o boi tornou-se uma das mais importantes representações da cultura local. A seguir, alguns dos grupos de Bois-Bumbás encontrados em Belém: Boi-Bumbá "Pai da Malhada" (fundado em 1935), Boi-Bumbá "Caprichoso" (1947), Boi-Bumbá "Tira Fama" (1958), Boi-Bumbá "Flor do Campo" (1960), Boi-Bumbá "Estrela D'alva" (1963), Boi-Bumbá "Pingo de Ouro" (1969), Boi-Bumbá "Flor do Guamá" (1975), Boi-Bumbá "Flor da Noite" (1982), Boi Malhadinho Mirim do Guamá. Um dos mais importantes personagens ligados à história do Boi-Bumbá morreu em 1997. Elias

Ribeiro da Silva, o “seu Setenta”, durante mais de 40 anos zelou pela manutenção do boi em Belém. O Arraial do Pavulagem é um dos grupos mais famosos do Estado. Ele foi peça importante no resgate do Boi-Bumbá em uma época em que o folclore não estava em alta entre os jovens. O Arraial do Pavulagem se apresenta durante a quadra nazarena, promovendo o “Arrastão do Círio”, que sai da Igreja da Sé em direção à Praça do Carmo, após a romaria fluvial.

As **Quadrilhas Juninas**, de origem portuguesa, são centenas em todo o estado. Hoje, as quadrilhas são tão importantes para a cultura, que a Prefeitura de Belém organiza um festival anual muito concorrido; um dos eventos mais esperados da cidade. Na capital paraense existem cerca de 120 quadrilhas organizadas, que cada vez mais se aprimoram em coreografias criativas.

Os **“Cordões de Pássaros”** constituem uma espécie de opereta cabocla e só existe no folclore paraense. Provavelmente, o primeiro pássaro junino surgiu em 1877, no então Largo de Nazaré, hoje Centro Arquitetônico de Nazaré. Apesar de serem chamados de Pássaros, esses grupos de teatro dramático-burlesco-popular nem sempre usam as aves como seu símbolo. A riqueza da indumentária é motivo de orgulho para os organizadores dos Pássaros.

Na verdade, tanto o Boi-Bumbá como o Cordão de Pássaros representam entidades que surgem como forma de resistência da cultura regional. Grande parte desta cultura é transmitida de geração em geração, apenas pela tradição oral. O engendrar de cultura e resistência garante a autenticidade dessa autêntica manifestação.

O **Carnaval** é outra manifestação popular que movimenta a cidade. A primeira escola de samba de Belém (e do Pará) surgiu em 1934, o “Rancho Não Posso Me Amofiná”. Na década de 70 e 80, foram organizadas batalhas de confete promovidas por algumas emissoras de rádio da cidade (Rádios Clube do Pará, Marajoara e Liberal). Atualmente, a Prefeitura de Belém realiza desfile das escolas de samba que são classificadas por grupos. As escolas de samba que se destacam no carnaval belenense são: Rancho Carnavalesco Não Posso Me Amofiná (fundado em 1934), Império de Samba Quem São Eles (1946), Acadêmicos da Pedreira (1981), Embaixada de Samba Império Pedreirense (1958), Associação Carnavalesca a “Grande Família” (1973), Escola de Samba da Matinha, Academia de Samba Jurunense. Segundo o professor Georgenor Franco, o primeiro Rei Momo foi Kagib Elias Eluan, mas o mais famoso de Belém (e do Pará) foi Mário Cuia, falecido em 1975. Também se tornou tradição o concurso “Rainha das Rainhas do Carnaval Paraense”, que envolve os principais clubes sociais de Belém, idealizado pelos jornalistas do extinto jornal Folha do Norte, João Maranhão e Ossian Brito, em 1947.

1.2.4 Gastronomia

A culinária paraense é considerada uma das mais típicas e variadas do Brasil. É uma culinária exuberante. Os pratos típicos utilizam produtos naturais, colhidos das fontes mais puras encontradas na flora e na fauna amazônicas, sem similar em outro lugar do mundo, sendo essa, uma forte herança deixada pelos índios da região. O grande logotipo da gastronomia do estado é o pato no tucupi. Outra iguaria típica é a maniçoba, conhecida como a “feijoada do paraense”. A variedade de peixes que povoam os rios da região é

responsável pela diversidade de pratos de frutos da água como: pirarucu, pirarucu grelhado ou na brasa, pirarucu no leite de coco, desfiado de pirarucu, peixada, caldeirada, tamuatá no tucupi. Há, também, as iguarias feitas com crustáceos: casquinha de caranguejo, unha de caranguejo, caranguejo toc-toc.

Nas esquinas das principais ruas das cidades paraenses, sobretudo em Belém, há bancas de tacacá (tacacazeiras). Além do tacacá em si, vendem também outras iguarias da culinária regional, como o vatapá e o caruru paraenses, constituindo-se, na maioria das vezes, uma refeição completa, hábito bastante cultivado pela população local.

Com mais de uma centena de espécies comestíveis, as frutas regionais podem ser encontradas no Ver-o-Peso, mercados, supermercados etc., da cidade de Belém. Elas são as responsáveis diretas pelo indefinível, requintado e muitas vezes exótico sabor das deliciosas sobremesas que enriquecem a mesa paraense. Destacam-se: açaí, bacaba, cupuaçu, castanha-do-Pará, bacuri, pupunha, tucumã, muruci, piquiá e taperebá.

O açaí, popularizado em todo país como um energético, também é vendido em centenas de barraquinhas de rua, assinaladas com uma bandeira vermelha na qual está escrito o nome do produto. Muitas pessoas têm o hábito de consumir o açaí como uma refeição completa, puro ou guarnecido com camarão salgado e outros.

Além dos sorvetes, refrescos, pudins, tortas, cremes, licores, compotas, mousses e balas, pode-se ainda encontrar em Belém outras delícias de confecção artesanal e sabor caseiro, como: beijo de moça, munguzá ou mingau de milho, beiju de mandioca, mingau de banana verde, tapiquinha, mingau de açaí, mingau de bacaba e tantas coisas mais.

1.2.5 Artesanato

O artesanato de Belém é expressivo, pelo toque original e multicolorido. Apresenta grande variedade de produtos, a exemplo de pequenos objetos de uso pessoal (colares, anéis etc.); utensílios caseiros e decorativos (cerâmica, vasos, bacias etc.); além de outros artigos em couro de cobra e jacaré, em madeiras e fibras regionais e em penas e barro, que podem ser encontrados no Ver-o-Peso ou, nos finais de semana, na Praça da República. Entretanto, o destaque especial é dado às cerâmicas Marajoara (oriundas da Ilha do Marajó), Tapajônica (encontrada na região do Tapajós – Santarém), Maracá (originária do Amapá) e cerâmica de Icoaraci (estilizada, criada a partir das cerâmicas Marajoara e Tapajônica, permitindo maior uso doméstico), cultura deixada como herança pelos índios e que hoje é fonte de renda para muitos moradores da Vila de Icoaraci, que é o centro produtor do artesanato paraense, localizada a 20 Km de Belém.

Esses produtos são postos à venda na Feira do Paracury (inaugurada em 24 de junho de 1995, com a finalidade de incentivar e escoar a produção de artesanato, assim como o de divulgar a cultura da terra – danças, músicas e comidas típicas), onde se encontram barracas de vários artesãos da vila. Além do Liceu de Artes e Ofícios e das lojas de artesanato da vila; outro local onde se encontram trabalhos de vários ceramistas é a COARTI (Cooperativa dos Artesãos de Icoaraci), instalada em uma antiga estação de trem (Estrada de ferro Belém-Bragança) e que foi criada para melhorar a qualidade da cerâmica produzida na vila, pois os artesãos não estavam seguindo corretamente as técnicas milenares de confecção das peças, e para conscientizar a

população a resgatar a cultura dos antigos povos da Amazônia, o que se constitui numa tarefa importante para a sobrevivência da cerâmica e da economia local.

Na Rua dos Artesãos e na Passagem Livramento concentra-se o maior número de olarias da vila, de onde saem as mais variadas peças do artesanato local (vasos, cinzeiros que podem ser personalizados, urnas, pratos etc.) para o mercado. Nesses locais, a cerâmica pode ser adquirida a preço de custo, além de que se pode acompanhar todo seu processo de produção.

Em termos de artesanato, também o antigo Presídio São José, localizado na Praça Amazonas, foi reformado e sedia, atualmente, o Centro de Referência Joalheiro e Artesanato. O Projeto Jóias do Pará é uma iniciativa do Governo do Estado, por meio da Secretaria Executiva do Trabalho e Promoção Social, em parceria com Prefeituras Municipais, instituições Federais e o Setor Privado. O objetivo é incrementar a produção de jóias do Pará, considerando o enorme potencial do estado, se tratando de matéria prima e cultura. É um trabalho pioneiro no Brasil. Para dinamizar a produção no Estado, o polo vem criando uma identidade própria para jóias na área de *design*, baseado na herança cultural da região e traduzindo-se em peças finas de qualidade.

1.2.6 Lendas e Mitos

As lendas e mitos fazem parte do imaginário popular paraense. Enquanto que no interior do Estado o misticismo é mais arraigado, nas escolas de Belém são assimilados pelas crianças os contos sobre boto, cobra grande, caipora, açaí, guaraná, matinta perêra, muiiraquitã, tambatajá, vitória-régia, uirapuru, peixe-boi, lenda da lua, lenda dos rios, lenda do sol, mapinguari.

1.3 PATRIMÔNIO HISTÓRICO

1.3.1 Bairro da Cidade Velha

Belém nasceu em torno do então Forte do Presépio, área que logo foi chamada de cidade e, com o passar do tempo, recebeu o nome de Cidade Velha. A Cidade Velha é o marco da história de Belém, um dos maiores referenciais do patrimônio histórico e cultural do Pará. Preserva, em parte, a sua arquitetura colonial, com fachadas de azulejos portugueses, varandas e grades de ferro (Belém é a cidade brasileira que mais preservou a arquitetura em ferro das construções do século XIX). É nesse antigo bairro que está guardada a memória dos índios, negros e portugueses, pioneiros do povoamento da cidade. É também onde estão os principais pontos turísticos de Belém: casarões antigos, museus, palacetes e igrejas em estilo neoclássico e imperial brasileiro. O bairro guarda infinitas riquezas do império e da Era da Borracha, época de ouro da história paraense, seja em museus, galerias, arquivo público, ou em sua arquitetura antiga.

O Centro Histórico de Belém (no bairro da Cidade Velha) guarda ainda o circuito Landi de Arquitetura, que são as obras que o arquiteto italiano Antônio José Landi projetou. O fato de Belém ser uma das capitais mais arborizadas do Brasil, oferecendo a sombra das copas de milhares de mangueiras que cobrem ruas e avenidas e amenizam as altas temperaturas, a faz ser conhecida como a “Cidade das Mangueiras”, também um legado de Landi, pois apesar da espécie não ser natural da região e sim da Índia, foi a primeira a ser utilizada na

arborização da cidade, trazida por ele em 1786; foram dezenas de mudas que foram plantadas no centro da cidade.

- **Forte do Castelo**

Localizado na Praça Frei Caetano Brandão, é um marco na fundação de Belém. Foi a primeira construção da cidade. Além de fortaleza militar, também valeu como refúgio de uma das facções dos revoltosos do movimento cabano no início do século XIX. Durante a II Guerra Mundial, serviu de quartel para uma bateria de artilharia. Canhões originais ainda estão lá para testemunhar os fatos. O forte não manteve a construção original; foram feitos vários fortes ao longo do tempo, sendo que a última (atual) edificação data de 1721.

- **Ver-o-Peso**

Localiza-se na região das Docas do Pará, antiga foz do Igarapé do Piri (Boulevard Castilhos França, no bairro do Comércio). Em 1687, foi solicitada a Portugal uma concessão para tributar as mercadorias que chegavam a Belém. Deste ato resultou a criação do Mercado Ver-o-Peso, local onde as mercadorias eram pesadas e taxadas, sendo que a renda resultante desses impostos custeava a Câmara de Belém. Desde aquela época, os governantes já enfrentavam o eterno dilema de equilibrar despesa e receita, com a primeira, invariavelmente, sendo maior que a segunda. O Ver-o-Peso é o símbolo cultural e turístico da cidade, um dos cartões postais mais conhecidos do estado do Pará e até da Região Amazônica; é lugar onde se encontra uma amostra do universo de variedade da cultura paraense. É lá que a população começa o dia, comprando e vendendo mercadorias das mais variadas espécies, como peixes e frutas, plantas ornamentais, raízes, artesanato e dezenas de ervas medicinais, usadas para o preparo de chás, banhos e defumações, temperos etc. O intenso movimento dos barcos e o “vai e vem” das pessoas emprestam um belíssimo colorido à paisagem, já bastante atraente pela variedade de produtos expostos à venda. Tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional, está sendo avaliado pela UNESCO para ser transformado em Patrimônio Cultural da Humanidade.

- **Igrejas**

A expansão da Cidade de Belém muito se deve às igrejas, conventos e capelas; aos seus arredores, verificava-se o agrupamento de colonos que, com sua religiosidade, procuravam moradias próximas às casas de Deus.

- **Catedral Metropolitana de Belém ou Igreja da Sé.**

A primeira Capela dedicada ao culto católico em Belém foi construída no Forte do Presépio em 1616 e dedicada a Nossa Senhora das Graças. Com o tempo, virou ruína. A saída foi construir outra igreja, só que mais bem apropriada e resistente. O lugar escolhido foi a praça em frente ao Forte (Praça Frei Caetano Brandão). Apesar da intenção, a igreja durou pouco tempo, pois era de pilão e palha. Foi substituída, mas por outra do mesmo material. Em 13 de dezembro de 1720, com a constituição do Bispado do Pará, a Matriz (até então Igreja

de Nossa Senhora das Graças), ganhou direitos e honras de Sé Episcopal. Foi D. João V, Rei de Portugal, quem ordenou que no mesmo local fosse erguida uma catedral, com muita magnificência e grandeza.

Em 03 de maio de 1748, o Bispo D. Frei Guilherme de São José lançou a pedra fundamental da Catedral Metropolitana de Belém ou igreja da Sé, que foi reconstruída pelo arquiteto Antônio Landi, em estilo neoclássico e barroco colonial. Em 23 de dezembro de 1755, D. Miguel de Bulhões inaugurou o presbitério da Catedral, que foi concluído em 08 de setembro de 1771. Entre as belezas da Sé, destacam-se as pinturas na abóbada e tela dos artistas italianos Domenico De Angelis e Giusepe Capranesi, produzidas no século XIX, quando a Igreja passou por uma ampla reforma. Outro destaque é o grande órgão CavailléColl, inaugurado em primeira edição no dia 09 de setembro de 1882, pelos organeiros e organistas franceses Veerckamp e Moor. A Catedral possui ainda o Ossuário ou Capela das Almas (onde são sepultados fiéis da igreja católica), a Residência Paroquial e a Sacristia dos Cônegos. A Catedral é ponto de saída da procissão do Círio de Nossa Senhora de Nazaré.

- Igreja de Santo Alexandre

Localizada na Praça Frei Caetano Brandão, na Cidade Velha, teve sua construção iniciada no século XVII, 1635, por religiosos da Companhia de Jesus, quando era apenas uma simples capela de taipa, com cobertura de telha e chamava-se igreja de São Francisco Xavier. O atual templo da igreja de Santo Alexandre, considerada a mais barroca de nossas igrejas, foi construído entre os anos de 1718 e 1719 e representa parte da memória cultural paraense. É inspirado nos principais templos jesuíticos do Brasil e da Europa. A colaboração indígena imprimiu à fachada do templo um estilo reconhecidamente amazônico. Em 1999, a igreja e o antigo Arcebispado de Belém (Palácio Arquiepiscopal) passaram por uma grande restauração, compondo o Conjunto Arquitetônico onde funciona o Museu de Arte Sacra do Pará, um belíssimo espaço que resgata valores estéticos, históricos e culturais do estado. Ao lado de um anexo, esses dois prédios, tombados pelo instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), formam o Complexo Feliz Lusitânia.

- Igreja de Nossa Senhora do Carmo

Localizada na Praça do Carmo, foi fundada no século XVII (1627) pela Ordem dos Carmelitas Calçados da Capitania e reconstruída em 1716. A igreja conta com o estilo neoclássico em sua fachada e o barroco em seu interior. Seu altar é de prata. Integra o Conjunto Arquitetônico que inclui o antigo Convento dos Carmelitas. A partir de 1766, Landi atuou na igreja do Carmo e também na capela anexa, Ordem Terceira do Carmo. É uma das mais importantes de Belém, pelo seu valor histórico e artístico, tendo servido como ponto estratégico para a tropa imperial durante a Cabanagem.

- Capela de São João Batista

Está localizada na Praça República do Líbano, na Cidade Velha. A igreja primitiva foi construída em 1622, em taipa e coberta de palha, tendo servido de presídio ao jesuíta Pe. Antonio Vieira, em função de sua dedicação à causa indígena. Foi demolida em 1686, quando outra igreja, também em taipa, foi levantada no

mesmo local. Tornou-se matriz em 1714 e, em 1721, passou a ser Catedral de Belém até 1755. A partir de 1772, teve início a construção da atual igreja, projetada pelo arquiteto Antonio Landi, sendo inaugurada em 1777. Ainda que por fora seja quadrada, seu interior apresenta forma octogonal (com elegante cúpula sobre a nave de rara beleza), o que era bastante incomum na arquitetura colonial brasileira. Além dos aspectos arquitetônicos, a capela tem aspectos preciosos de arte decorativa em seu interior. As pinturas do altar principal e das laterais são feitas em técnica que imita volumes e relevos. Foi restaurada em 1996, pelo IPHAN. Nesta igreja, encontraram-se pinturas feitas por Landi que estavam escondidas por camadas de tinta branca e foram recuperadas em 1997. A Capela de São João Batista foi considerada pelo antigo diretor do Museu do Louvre, Germain Bazin, “uma jóia da arquitetura barroca”.

- Igreja de Nossa Senhora das Mercês

Localizada na Praça das Mercês, no Bairro do Comércio, foi construída pelos frades mercedários. Seu traçado original é do século XVII (1640). Inicialmente, era de taipa e pilão, coberta de palha. Em 1753, um novo templo foi levantado a partir do projeto do arquiteto italiano Antônio Landi, com substanciais alterações. Apresenta diversos estilos, predominando o barroco. A Igreja das Mercês é a única em Belém que possui a fronteira em perfil convexo. A igreja faz parte de um conjunto arquitetônico que inclui o Convento dos Mercedários e a antiga Alfândega. O convento foi construído pelos frades mercedários ao lado da igreja. Ambos ficaram em poder desses frades até 1794, quando o rei de Portugal os expulsou do Pará, confiscou e incorporou seus bens à coroa lusa. A igreja passou à Irmandade Militar do Santo Cristo. No antigo convento, houve a instalação da Alfândega e da Casa do Parque. Lá também funcionaram a Casa da Praça do Comércio, a Recebedoria Provincial, o 16º Batalhão de Caçadores, o Arsenal de Guerra, o Quinto Corpo de Artilharia e o Correio.

- Igreja de Nossa Senhora de Sant’Ana da Campina

Localizada na Praça Maranhão, no Comércio, foi construída em 1761 e reconstruída em 1855, em estilo renascentista, é também projeto do arquiteto Landi, cujo corpo foi enterrado em sua nave, em local não identificado. Pelo traçado original, tinha a forma de uma cruz grega coroada de uma cúpula e lanterna. Primitivamente, segundo Baena, possuía vários painéis no altar do sacramento e no das almas. Em 1839, com a derrubada de duas colunas construídas lateralmente, foram levantadas duas torres, conforme se vê nos dias de hoje. Em 1855, sofreu várias reformas, quase uma reconstrução. Conserva ainda as belas pinturas de Pedro Alexandre de Carvalho, feitas no século XVIII. Outra obra de arte ali encontrada é a imagem de São Pedro, fundida em bronze.

- Capela do Senhor Bom Jesus dos Passos (Capela dos Pombos)

Localiza-se no Comércio. O senhor de engenho, Ambrósio Henrique da Silva Pombo, ao construir sua residência em Belém, dotou-a de uma capela oferecida ao Senhor dos Passos, construída em 1790, onde ele, sua família, seus amigos e seus escravos assistiam o Santo Sacrifício da Missa e a outros ofícios da religião. A

capela possui fachada branca, de linhas neoclássicas, e sutis motivos barrocos de ornamentação. Nos tempos imperiais, a capela desempenhou papel relevante na história eclesiástica da cidade: os bispos designados para a diocese paraense desembarcavam do vapor e vinham diretamente ao Santuário do Senhor dos Passos, a fim de se paramentarem. Depois, então, é que se dirigiam aos cerimoniais de posse na Catedral. Sendo propriedade particular, só abre ao público uma vez por ano, no domingo da Páscoa, quando chega a grande procissão de Nosso Senhor dos Passos, onde é realizado o quinto passo.

- Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Campina

Localiza-se no bairro da Campina. Sua primeira construção, feita de taipa-de-pilão, data do final do século XVII. Mas foi em meados do século XVIII, com a chegada do arquiteto Antônio Landi, que a igreja se tornou um Templo, pois além de fazer a planta, ele contribuiu financeiramente para as obras.

Ao descrever essa igreja, Ernesto Cruz lembra que nela são vistos restos da influência colonial: as urupemas das janelas, as lajotas de barro vermelho que formam o piso dos corredores laterais e os altares produzidos por mãos hábeis.

Entre as obras de arte ali existentes, salienta-se uma grande tela representando a Virgem Maria, que pode ser vista no batistério, e os ricos castiçais e lanternas de prata maciças, tudo frutos de quase duzentos anos de trabalho dos humildes escravos da Belém Colonial e Imperial.

Entre as pessoas sepultadas naquela igreja, está o líder cabano Antônio Vinagre, morto na tarde de 14 de agosto de 1835, no Largo das Mercês, quando os revolucionários invadiram, pela segunda vez, a capital paraense.

- Igreja e Convento de Santo Antônio

O início das obras do convento de Santo Antônio data do ano de 1626, sob a responsabilidade dos capuchos da Província de Santo Antônio, por sinal, os primeiros religiosos que vieram ao Pará. E, pela ordem cronológica de construção, o segundo convento a ser erguido em Belém (o primeiro foi o do Carmo).

Em 1736, estando o edifício original arruinado, um novo convento e uma nova igreja começaram a ser levantados. A 13 de junho de 1743, foram festivamente inaugurados.

Naquele tempo, as águas da baía do Guajará iam até as paredes do convento. Para protegê-las, os capuchos começaram a construir um cais de proteção, somente concluído em 1782, já pelo Senado da Câmara de Belém, que o prolongou até uma rampa, que era conhecida por Sacramenta.

Após a Cabanagem, o governo instalou no antigo convento uma escola de ensino misto. No mesmo período, ali também funcionou uma escola gratuita de gramática latina, dirigida pelo frei Antônio de Santa Teresa. Depois, serviu como quartel da polícia (1846). Anos depois, foi o Seminário Pequeno de Belém. Por fim, um Asilo de Órfãos Desvalidas, mantido pelo governo e entregue à direção das irmãs Dorotéias, em 1878. E o Asilo de Santo Antônio transformou-se, nos tempos modernos, no tradicional colégio de mesmo nome.

Diz-nos Ernesto Cruz que “a Igreja é ornada de azulejos que datam do século XVIII. Na capela-mor no corredor e na sacristia podem ser vistas e admiradas as artísticas faianças, tão antigas como as do convento de

São Francisco, da Baía. Também as paredes da torre são em parte ataviadas de azulejos. Não existe, contudo, indicação que esclareça o autor da pintura das louças e da olaria onde foram fabricadas”.

Muito bonito também é o forro da sacristia, pintado em 1774. Encontra-se perfeitamente conservado, como um testemunho vivo do bom gosto dos artistas do passado.

- Igreja de Nossa Senhora de Nazaré

A primitiva capela de Nossa Senhora de Nazaré foi levantada por Agostinho Antônio, em louvor à Virgem. Em 1799, o governador D. Francisco de Souza Coutinho, devoto da Virgem e criador do Círio em 1793, determinou que nova ermida fosse ali construída, de pedra e cal.

A 12 de setembro de 1852, era solenemente lançada a pedra fundamental da 3ª igreja. O autor da planta foi José Joaquim da Cunha.

Por fim, em 1909 (na fase áurea da borracha), teve início a construção do 4º templo, muito belo, suntuoso, como se vê nos dias de hoje, que abriga a imagem da Santa que foi encontrada pelo caboclo paraense, Plácido de Souza. Autorizou a obra o visitador dos Barnabitas, padre Loniz Zota. Em 1923, era a igreja elevada à categoria de Basílica (decreto da Santa Sé, de 19 de julho, assinado pelo secretário do Vaticano padre Card Gasparri). O projeto original pertence ao arquiteto Gino Coppode e ao engenheiro Pedrasso, ambos italianos, e foi inspirado na Basílica de São Paulo, em Roma.

A fachada possui uma arquitetura eclética, mas não foge às linhas clássicas - Romanas. O interior é todo de mármore carrara e ouro, exceto o forro, em madeira de lei paraense. Em suas colunas internas, granito rosa importado de Baveno, Itália. No altar-mor, um nicho rodeado de anjos de mármore para guardar a imagem original da Virgem de Nazaré. Nas suas torres laterais, estão os mais famosos carrilhões eletrônicos do Brasil. Possui 53 vitrais coloridos que retratam passagens bíblicas. Foi tombada pelo patrimônio Histórico e Cultural em 1992.

- Igreja da Santíssima Trindade

O português José Antônio Abranches, que morava perto da Aldeia (atual rua Bailique), não muito distante da Estrada das Mongubeiras (Almirante Tamandaré), era fervoroso devoto da Santíssima Trindade. Ele idealizou construir uma igreja. Para isso, encaminhou um requerimento ao Senado da Câmara solicitando a doação de um terreno, no que foi atendido. A área doada localizava-se na parte da cidade outrora encharcada pelas águas do igarapé do Piri, que tinha sido aterrada.

A construção da igreja teve início em 1802. O seu idealizador morreu, mas seus irmãos levaram a obra avante. Em 1841, era aberta ao culto, com o altar-mor e quatro arcos nas paredes laterais, “indicando os lugares em que, no futuro, se deveria edificar mais quatro altares. Elevada à categoria de freguesia em 1840, três anos após reabrir, melhorada interna e externamente. Em 1894, estando o prédio bastante arruinado, foi fechado ao culto. A 14 de outubro do mesmo ano, ocorreu o ato solene da bênção e colocação da primeira pedra da capela-mor, feita pelo monsenhor José Gregório Coelho”.

Sucedeu-o na direção da paróquia e no desvelo para com a construção da nova igreja, o monsenhor Hermenegildo Perdigão e o padre Miguel Inácio. A construção foi dada como concluída em 1942. O monsenhor Antônio Cunha fez a bênção solene do templo e das imagens.

1.3.2 Palácios

- **Palácio Arquiepiscopal**

Localizado na Praça Frei Caetano Brandão, na Cidade Velha, constituía-se de uma construção que foi iniciada pelos jesuítas e que ficou inacabada com a sua expulsão do Brasil em 1760. Hoje, como patrimônio tombado pelo Governo Federal, integra, juntamente com a Igreja de Santo Alexandre, o museu de Arte Sacra (MAS), único da Região Norte do país.

- **Palácio Lauro Sodré**

Localizado na Praça D. Pedro II, na Cidade Velha, é obra do arquiteto Antônio Landi e data de 1771; É um dos mais belos do Brasil colônia e foi construído na era Pombalina. A construção é o projeto mais importante de Landi na região e introduz o estilo neoclássico no Brasil. É uma versão portuguesa dos temas neo-paladianos da Itália. Por muito tempo foi o local de despacho dos governadores do Estado. No final do Século XIX, no período áureo da borracha, o prédio sofreu várias adaptações em sua fachada e estrutura interna, tendo sido restaurado pela primeira vez nos anos de 1973/74, quando ainda abrigava a sede do Governo do Estado do Pará. No início da década de 90, foi reformado e transformado em museu do Estado.

- **Palácio Antônio Lemos**

Localizado na Praça D. Pedro II, apresenta estilo “Imperial Brasileiro” com características do Neoclássico europeu e é um exemplar da arquitetura da segunda metade do século XIX, quando a Amazônia experimentou um desenvolvimento econômico com base na comercialização da borracha. Projeto e execução de José Coelho da Gama Abreu, o Barão de Marajó, iniciado em 1850 e inaugurado em 1883. Para funcionar como sede da Intendência municipal, foi batizado Paço Municipal, sendo que o povo preferiu chamá-lo de Palacete Azul, devido à cor de suas paredes. Passou por várias reformas ao longo de sua história. Em 1953, recebeu o nome de Palácio Antônio Lemos em homenagem ao grande intendente Antônio Lemos. Hoje, o palácio abriga o gabinete do Prefeito e o museu de Arte de Belém (MABE).

- **Palacete Bolonha**

Todo construído com material importado da Europa no início do século XX (1905) pelo arquiteto Francisco Bolonha. É um dos mais belos exemplares do Art Nouveau em Belém, um estilo característico da época do ciclo da borracha. Esse atraente prédio também é uma bela declaração de amor, já que foi construído por Bolonha para presentear sua esposa, a pianista carioca Alice Tem-Brink. Além do casal, o palacete foi residência de gente de expressão na história da capital paraense e funcionou, inclusive, como sede da Prefeitura

de Belém. Faz parte de um conjunto arquitetônico que inclui uma vila de casas, construída aos fundos da casa para os empregados, seguindo o mesmo estilo do palacete. Foi tombado pelo Patrimônio Histórico.

- **Palacete Pinho**

Construção datada de 1897, no estilo europeu conhecido como “Belle Époque”. O projeto leva a assinatura do arquiteto Camilo de Amorim.

1.3.3 Construções Históricas

- **Engenho do Murucutu**

Construído no século XVIII, hoje em terras da EMPRAPA (CPATU), também é importante registro do passado de Belém. Segundo o historiador Ernesto Cruz, um inventário do ano de 1840 revelou a composição da propriedade: casa de vivenda, capela, casa de engenho, rancho dos pretos, uma roda d’água, moendas de ferro, batelões, canoas. A capela foi erguida em 1711, pelos frades Carmelitas, sob o orago de Nossa Senhora da Conceição. Na segunda metade do século XVIII, o arquiteto Antônio Landi reformou-a. O engenho, movido a vapor, produzia cachaça e açúcar.

A força utilizada pela serraria provinha de uma roda d’água. O igarapé Murucutu, que desembocava no Rio Guamá chegando às proximidades da casa-grande, servia de caminho para a movimentação humana, de mercadorias, de produtos da mata e da indústria, entre o engenho e Belém.

Segundo a historiadora portuguesa, Isabel Mendonça, em 1756, Antônio Landi compra o Engenho do Murucutu e monta uma olaria que abastece Belém de tijolos e telhas.

Atualmente, encontra-se em ruínas, mas está sendo restaurado.

- **Instituto de Artes do Pará - IAP**

O prédio que abriga o IAP data de 1889 e serviu de cenário para Adesão do Pará à República. Aliás, o fato histórico se deu no interior do prédio, cujas primeiras instalações foram construídas na segunda metade do século XX. A imponente construção serviu durante muito tempo como quartel do Batalhão de Infantaria do Exército. Tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional, foram feitas algumas adaptações, mas sempre preservando as linhas originais. A atual configuração arquitetônica do prédio principal foi obtida por meio de obras realizadas provavelmente na década de 20 do século XX, quando no local funcionava o 26º Batalhão de Caçadores. Na época da adesão à República, lá funcionava o 15º Batalhão de Caçadores, sob o comando do major João Maciel da Costa e, além da adesão, no seu interior, foi organizada a Junta Governativa para assumir a direção do Estado. O IAP tem a singularidade de ser o único instituto de artes do País idealizado para o aperfeiçoamento do artista da Amazônia, já que não se tem notícias de nenhum outro órgão de iniciativa privada ou pública criado para esta finalidade. O IAP ocupa metade da área militar, em um espaço de três mil metros quadrados de área construída e 21 espaços, entre áreas para exposições e atividades artísticas; além de salas destinadas às gerências de artes cênicas e musicais; artes plásticas e audiovisuais; artes literárias e de expressão da identidade; espaço poético e dois espaços livres para uso variado.

- **Instituto Histórico e Geográfico do Pará**

Localizado na rua Tomázia Perdigão, na Cidade Velha. Conhecido também como Solar do Barão do Guajará, Domingos Antônio Raiol, possui uma arquitetura típica colonial portuguesa do século XVIII. O casarão só passou a ser do Barão do Guajará quando esse desposou a filha dos donos. O Barão do Guajará foi presidente das Províncias do Pará, Ceará, Paraíba e São Paulo, tendo sido, também, historiador. O casarão pertenceu, ainda, às famílias Fragoso e Chermon (séc. XIX). Atualmente, o prédio pertence ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

- **Curro Velho**

Localizado às margens da baía de Guajará, está instalado no prédio que pertenceu ao antigo Curro Público de Belém (que foi o primeiro matadouro da cidade), construído em 1861 e de estilo neoclássico. A partir de 1988, o prédio foi restaurado e destinado às atividades da Fundação Curro Velho (criada em 1990), que trabalha com alunos das escolas públicas nas oficinas regulares e oficinas de Iniciação Artística.

1.3.4 Praças

- **Praça D. Pedro II**

Durante todo o período colonial, chamou-se Largo do Palácio, em virtude da construção do Palácio do Rei ou dos Governadores. Depois se chamou Largo da Constituição, porque ali foi palco de manifestações pela adesão do Pará à nova Constituição de Portugal. Depois se chamou Largo da Independência, quando o Pará aderiu ao Império do Brasil. E, finalmente, D. Pedro II, em homenagem ao nosso segundo imperador.

Pelo fato de situar-se às proximidades dos palácios do governo e da Prefeitura, onde funcionavam os Legislativos estaduais e municipais, além do Tribunal de Justiça e do Fórum, essa praça, em termos políticos, sempre foi a mais importante de Belém. No centro, o monumento em homenagem ao general Gurjão, inaugurado em 31 de maio de 1881. Começou urbanizado por Arthur Índio do Brasil, mas foi Antônio Lemos quem a embelezou. Refez tudo, plantou palmeiras imperiais, mangueiras, eucaliptos e outras árvores, dotou de regatos e ilhas.

Uma parte da praça, defronte do Palácio da Municipalidade, Lemos transformou em parque, denominando-o de Afonso Pena.

- **Praça Batista Campos**

É uma das mais tradicionais de Belém. Antiga Praça Sergipe, começou a ser urbanizada por Antônio Lemos em 1901. Sua inauguração aconteceu em 14 de fevereiro de 1904. A beleza da praça se intensifica por uma composição eclética de vários estilos arquitetônicos, árvores frondosas, plantas ornamentais, córregos, pontes, bancos, caramanchões, pavilhão acústico e coretos – que representam o auge da arquitetura de ferro. A importância da Batista Campos, cujo nome é em homenagem a um dos principais líderes do movimento da Cabanagem, é muito grande. É um espaço frequentado diariamente por um público diversificado e alegre; por

turistas de todo o mundo que visitam a cidade, é point dos estudantes, de casais de namorados, das mães e babás empurrando carrinhos de bebês, dos vendedores alternativos e muito mais. É um lugar de encontro para diferentes gerações, povos e culturas.

- **Praça Princesa Isabel**

Localizada na antiga zona boêmia, a “Praça do Condor”, como é conhecida, é um novo espaço de lazer e cultura da cidade. Dispõe do primeiro Terminal Fluvial Turístico, dotado de trapiche em forma de píer, com capacidade para 12 embarcações, possuindo área de embarque e desembarque para passeios turísticos; anfiteatro para atividades culturais; estacionamento para ônibus e carros; posto da Guarda Municipal e posto de informações turísticas sobre a área entorno e da cidade em geral.

- **Praça da República**

Teve sua construção iniciada no século XVIII. Inicialmente, era chamada de largo da Campina e depois, com a construção de um armazém para guardar pólvora, passou a chamar-se Largo da Pólvora. Nesse largo foi erguida uma forca, embora não haja registro de execução. A área também serviu de cemitério, onde os corpos dos escravos e pobres eram sepultados em cova rasa. Durante o Império, a praça chamava-se Pedro II, em homenagem ao Imperador.

Em 1878, com a inauguração do Teatro de Nossa Senhora da Paz, hoje **Teatro da Paz**, iniciou-se um tímido processo de urbanização. Só com a queda do Império, o espaço recebeu a denominação de Praça da República. Em 1801, o Intendente Arthur Índio do Brasil efetivou um processo mais intenso de modernização da praça, mas foi Antônio Lemos, a partir de 1897, quem realizou a verdadeira urbanização do espaço. O Intendente Virgílio de Mendonça construiu um cinema ao lado do passeio frontal, que conduz ao monumento da República. O espaço, que também foi sede da Caixa Econômica, é hoje o **Teatro Waldemar Henrique**. Ainda na praça está outro prédio histórico, a antiga Casa Comercial, atualmente **Núcleo de Artes da Ufpa**. Também foi construído na praça um obelisco em homenagem aos revolucionários de 1924 e 1930. A localização da Praça da República, bem privilegiada, permite facilmente o acesso de várias pessoas.

Em datas comemorativas, como o Dia da Raça, Sete de Setembro, Círio de Nazaré e outros, a praça transforma-se em um grande palco por onde desfilam representações dos personagens mais ilustres da história de Belém, acompanhados por turistas do mundo inteiro. Nos finais de semana, a Praça da República dá lugar a uma **Feirinha de Artesanato**, onde há venda de produtos regionais. Em alguns domingos, a Prefeitura e/ou o Governo do Estado realizam eventos culturais. São exposições, shows e apresentações de grupos regionais.

- **Praça Brasil**

Bastante arborizada, é um bom local de lazer para os belenenses. Chamava-se, inicialmente, Praça do Índio, em homenagem aos primeiros habitantes do Brasil; possui o traçado da Bandeira Brasileira e no centro, um obelisco, tendo no alto a estátua de um índio.

- **Praça Justo Chermont (Praça Santuário)**

Localizada em frente à Basílica de Nossa Senhora de Nazaré, foi inaugurada em 1992 para celebrar o Círio de número 200. Possui um altar central onde fica a réplica de Nossa Senhora de Nazaré, exposta à visitação pública e onde acontecem peregrinações religiosas, novenas e são realizadas missas durante a quadra nazarena. Possui uma “concha acústica” onde grupos folclóricos e artistas da terra se apresentam. O projeto da praça foi feito pelo engenheiro Roberto Martins. As duas esculturas, de concreto revestido de mármore, foram criadas pelo arquiteto Erivaldo de Jesus Jr., tendo como inspiração o manto de Nossa Senhora de Nazaré e a Cruz.

- **Praça D. Frei Caetano Brandão**

Situada no bairro da Cidade Velha, é um dos principais pontos turísticos de Belém. Inicialmente, era chamada de Largo da Sé, mas em 15 de agosto de 1900, foi batizada com o atual nome, em homenagem a Frei Caetano, sexto bispo do Pará. Foi tombada pelo patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1964.

- **Praça Operário**

Inaugurada em 1932, compõe o complexo de São Brás. É palco das manifestações públicas da cidade.

- **Praça do Pescador**

Localiza-se junto à Baía do Guajará e é parte integrante do complexo do Ver-o-Peso.

- **Praça Siqueira Campos (Praça do Relógio)**

Começou a ser construída em 1930, durante o governo de Eurico Vale, no terreno onde existia o prédio da Bolsa da Borracha, pelo comendador Antônio Faciola, intendente municipal. Chamava-se, nesta época, “Praça dos Aliados”, em homenagem aos povos aliados da Primeira Guerra Mundial, na qual o Brasil entrou já quase no final. Tratava-se de um quadrilátero que teria, ao centro, um grande relógio montado sobre uma elegante torre de ferro, com 12 metros de altura e medalhões com figuras alusivas às estações do ano, mostradores iluminados à noite e uma sirene elétrica para apitar fortemente três vezes ao dia, às 6, 12 e 18 horas. A firma fornecedora do relógio era a conceituada firma inglesa “Walters MacFarlane & Cia”. Mas, segundo Clóvis Meira, o fabricante teria sido “J. W. Benson Ltda – Ludgate Will – London, 1930 – Clock – mahers to the Admiralty”, conforme placa existente em seu interior e esclarecimentos prestados pelo senhor Antônio Venturiell, o abalizado relojoeiro que deu assistência técnica ao mesmo.

Em outubro do mesmo ano (1930), rebentou a revolução que vitoriosa, apeou do poder todos os governantes. Logicamente Eurico e Faciola também. A Praça foi inaugurada no dia 5 de outubro de 1931, em comemoração ao primeiro aniversário da Revolução de 30. O interventor federal era o major Magalhães Barata e o prefeito de Belém, o padre Leandro Pinheiro. O quadrilátero, que se chamava “Praça dos Aliados”, teve seu nome mudado para “Siqueira Campos”, um dos heróis da Revolução de 30, um gesto de simpatia dos revolucionários paraenses, mas que não pegou, ficando conhecida mesmo como o nome de “Praça do Relógio”.

- **Praça Waldemar Henrique**

Antigamente denominada Praça Kennedy, foi totalmente reformada e inaugurada em janeiro de 1999 com o nome de Praça Waldemar Henrique, em homenagem ao maestro paraense e um dos maiores músicos brasileiros. Os 10.300 metros quadrados de área da praça lembram elementos do folclore e do imaginário amazônico, tão presentes nas obras do artista. O palco e a arquibancada simbolizam um piano; o posto de segurança é em formato de harpa e o escorregador, um violão. Várias esculturas destacam as lendas amazônicas, como o Boto, o Uirapuru e Caipora. A praça também abriga uma concha acústica. O terminal para passageiros representa o fenômeno da pororoca.

- **Praça Visconde do Rio Branco (Largo da Trindade)**

Situada em um local onde outrora fora um pântano, está o Largo da Trindade. A urbanização da área ocorreu em decorrência da construção do templo católico.

E como aconteceu com todas as praças antigas de Belém, quem a urbanizou foi Antonio Lemos.

Passou a se chamar Visconde do Rio Branco a partir de 19 de fevereiro de 1912, graças a uma resolução do Conselho de Intendência Municipal.

- **Praça Barão do Rio Branco**

Principalmente foi Largo das Mercês, por ficar fronteira à Igreja das Mercês e ao Convento dos Mercedários.

Era o mais importante logradouro do bairro da Campina, no eixo da Rua dos Mercedários (João Alfredo) com a Rua Santo Antônio.

O primeiro ajardinamento do Largo terminou em 1881, totalmente cercado com grades de ferro, como era de costume no Brasil daqueles idos. O monumento erguido em homenagem a José da Gama Malcher foi inaugurado em 15 de agosto de 1890.

Também se deve a Antônio Lemos o embelezamento da praça, que retirou o gradil, disfarçou o desnível entre a Rua Santo Antônio e o quadrilátero central, além de desbastar a densa arborização que impedia a visão do local. Hoje não se vê mais nada disso, a não ser o monumento.

- **Ver-o-Rio**

Mais do que “Ver o Rio”, imperdível é ver o pôr-do-sol no Ver-o-Rio. Belém ganhou mais vida com esse espaço aberto na orla do Guajará. São 500 m² com uma estrutura contando um palco, bares e quiosques de comidas típicas e produtos regionais, onde são apresentados shows de ritmos regionais, como o carimbó.

1.3.5 Monumentos

- **Monumento ao Frei Caetano Brandão**

Localiza-se na praça do mesmo nome, no Centro Histórico de Belém.

- **Memorial à Magalhães Barata**

É um monumento em homenagem a esse líder paraense, pelo centenário de seu nascimento. Foi projetado pelos engenheiros Stélio Santa Rosa, Rui Ventura e Luiz Guilherme Ferreira. A construção foi iniciada em 1988 e concluída em 1989. Sua edificação circular imita o chapéu que usava Magalhães Barata. O Pará e seu povo estão representados por duas massas retangulares em cor vermelha. Entre elas, está uma espécie de obelisco azul que forma uma estrela, se visto pelo topo. Um dos triângulos aponta para o conjunto circular, representando a geração contemporânea do líder político. O outro indica o respeito ao líder, que supera o tempo. A rampa de acesso à cripta (os restos mortais de Magalhães Barata estão guardados no monumento) faz a transição entre épocas distintas.

- **Monumento à República**

Em homenagem à proclamação do novo regime, foi aprovada pelo Conselho de Intendência Municipal a Resolução que determinava a construção de um monumento na Praça da República. No dia 15 de novembro de 1890, aconteceu a cerimônia de colocação da pedra fundamental.

O monumento, todo em mármore de Carrara, tem altura total de 20 metros. A estátua de uma mulher representando a República, com um ramo de oliveira na mão, dizia que o novo regime seria de paz.

A inauguração aconteceu em 15 de novembro de 1897.

- **Memorial da Cabanagem**

Localizado no bairro do Entroncamento, é uma homenagem ao maior movimento popular do Brasil – a Cabanagem. Foi inaugurado em 1985, no governo de Jader Barbalho, e projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, no qual manteve seu estilo moderno e arrojado. Com 15 metros de altura e 20 de comprimento, o Memorial da Cabanagem é uma homenagem aos líderes cabanos e seus soldados que, em 1835, lutaram pela liberdade do povo paraense. Um ano depois, a 7 de janeiro, era inaugurado o Museu-Cripta dos Cabanos, no Memorial, que abriga os restos mortais dos cinco maiores líderes cabanos (Félix Clemente Malcher, Francisco e Antônio Vinagre, Eduardo Angelim e o Cônego Batista Campos) e um vitral colorido da artista plástica italiana, Marianne Perretti, que retrata uma grande lágrima sobre o rio Amazonas, representando a dor do paraense ante a morte de seus grandes líderes.

1.3.6 Museus

- **Museu Emílio Goeldi**

Localizado no bairro de São Brás, foi criado em 1861 com o objetivo de se ter um museu de história natural. Somente 10 anos depois, na administração do naturalista Domingos Soares Ferreira Penna, o museu passou a ser vinculado à Província do Grão-Pará. Com a implantação da República em 1881, o museu começou a escrever sua história de preservação do grandioso mundo amazônico. O governador da época era Lauro Sodré. Foi ele quem contratou o zoólogo Emílio Augusto Goeldi para implantar a área científica e restaurar o museu de acordo com as normas científicas mais modernas existentes. Hoje, o Museu Emílio Goeldi é uma instituição federal, sendo considerado um dos mais importantes centros de pesquisa da Amazônia. Sem falar também que é um dos mais antigos museus de história natural do Brasil e do mundo. Situado numa área de 52 mil metros quadrados, o equivalente a sete campos de futebol, possui centros de pesquisa de zoologia, botânica, antropologia, arqueologia, linguística indígena e ciências da terra. Possui a Estação Científica de Caxiuanã, no município de Melgaço; o Parque Zoobotânico possui mais de 2 mil animais e 800 espécies raras de árvores (são 5 hectares de área verde funcionando como filtro de ar para a cidade); diversas espécies de madeira (como o mogno e a andiroba); exemplares de frutos; um aquário com espécies raras de peixes dos rios amazônicos; uma exposição permanente de arqueologia e etnologia com objetos etnográficos de vários povos indígenas da Amazônia; desenvolve permanentemente cursos e seminários, além de ter duas bibliotecas. Dentro do Museu, também há a Rocinha, espécie de casa de campo da época.

- **Museu do Círio**

Localizado no subsolo da Basílica de Nazaré, já existe há quase 15 anos e desenvolve projetos relacionados ao Círio e à Cultura Popular. O trabalho do Museu é dividido em 4 setores: museografia, museologia, pesquisa e educação. Todo o ano, a diretoria do museu abre uma exposição de longa duração sobre o Círio, mudando apenas o enfoque a cada ano. O visitante tem a oportunidade ainda de conhecer o projeto “Operários da Criação”. São exposições temporárias, que mudam a cada mês. O projeto convida um artista paraense para conversar e mostrar o seu trabalho aos estudantes que agendam visita e ao público em geral; Há o projeto “Vídeo-museu”, no qual se tem acesso a materiais em vídeo sobre o Círio. O acervo está dividido em sete coleções: ex-votos; mortalhas; roupas de anjo; vestidos de noiva; objetos em cera e de miriti; brinquedos do Círio, com barcos de até dois metros de comprimento; paramentos, com objetos de igreja, como castiçais e turibo; mantos; estandarte, adereço que sai na frente da procissão; audio-visual; fotografia; impressos e documentos, como revistas, catálogos, programas da festa e livros. Permanentemente, o Museu realiza cursos e oficinas de cerâmica, pintura em geral, papel machê, desenho e modelagem.

- **Museu do Estado do Pará - MEP**

Inaugurado em 1772, o museu está localizado nas dependências do Palácio Lauro Sodré. É formado por três pavimentos e foi projetado pelo arquiteto Antonio Landi, em estilo neoclássico. Oferece exposições

temporárias nas galerias Antonio Parreiras e Manoel Pastana. Há exposições de longa duração nos salões nobres, onde estão mobiliárias, esculturas, quadros acadêmicos e objetos utilitários do período Art Nouveau. No MEP, acontece ainda a Feira de Antiguidade realizada pela Associação dos Amigos de Museus do Estado (AMU – Pará), com apoio da Secretaria de Cultura. O MEP conta com os serviços da Cafeteria Landi Café, e do Restaurante Namura.

- **Museu de Arte Sacra - MAS**

Foi inaugurado em 1998 e está instalado no antigo Palácio Arquiepiscopal, patrimônio tombado pelo governo Federal. Possui um acervo de mais de 300 peças sacras e é parte integrante do Projeto Feliz Luzitânia, do qual também fazem parte a Igreja de Santo Alexandre, o Palácio Episcopal, o Forte do Castelo e a Casa das Onze Janelas.

- **Museu de Arte de Belém - MABE**

Inaugurado em 1991, o museu está localizado nas dependências do Palácio Antônio Lemos. Possui um grande acervo de pinturas, esculturas, gravuras, cerâmicas, objetos de diferentes épocas, além dos Anjos Tocheiros e mobiliário da alta sociedade paraense do século XIX. No pavimento térreo, há a sala Theodoro Braga, a sala Antonieta Feio e a Multiuso. No pavimento superior, os Salões Nobres, a Sala Domenico de Angelis – que retrata o século XIX e o século XX, a Sala Ruy Meira – que retrata a Arte Contemporânea, a Sala Waldemar da Costa – Acervo Moderno, a Sala Ismael Nery – retrata a Belle Époque e o grande Auditório.

Atualmente, está à disposição dos artistas locais para mostrarem seus trabalhos e para passar a história de um período ao povo do Pará.

Devem-se destacar duas telas com mais de 90 anos: “Fundação da Cidade de Belém” de Theodoro Braga e “Últimos Dias de Carlos Gomes” de Domenico de Angelis e Capeanesi.

- **Outros museus de que a cidade dispõe:** Museu da Universidade Federal do Pará, Museu da Imagem e do Som – MIS, Museu da Eletricidade do Pará Dário Gomes, Museu do Judiciário, Museu Naval, Museu de Arte do CCBEU – MABEU, Museu Diplomático do Setor Amazônico.

O Município também possui Galerias de Arte: Galeria Angelis, Galeria Debret, Galeria Edgar Contente (CCBEU), Galeria Espaço Cultural da Caixa Econômica Federal, Galeria Ismael Nery, Galeria Portinari, Galeria Theodoro Braga, Galeria Augusto Fidanza, Galeria de Arte e Espaço da Memória (UNAMA), Espaço Cultural Ernesto Pinto Filho (Ministério Público), Galeria Municipal de Artes. Canto do Patrimônio – abriga a Galeria de Arte, destinada à produção artística amazônica; espaço para produtos culturais; livreria temática, com ênfase na produção editorial do Instituto do Patrimônio Histórico da Amazônia – IPHAM e Auditório, para trinta e dois lugares.

1.3.7 Bibliotecas

- **Arquivo Público do Pará**
- **Biblioteca Central da UFPA:** Fundada em 19/12/1962
- **Biblioteca Central da UNAMA**
- **Biblioteca da CESUPA**
- **Biblioteca do CCBEU**
- **Biblioteca do Museu de Arte de Belém:** Inaugurada em 1994, conta com um acervo setorial nas áreas de musicologia e artes visuais, de aproximadamente 400 volumes.
- **Biblioteca do Museu Paraense Emílio Goeldi:** Reúne documentação e informações sobre a Amazônia. Seu acervo é composto por livros raros, fotografias, filmes, fitas, microfilmes, periódicos e folhetos.
- **Biblioteca Fran Pacheco:** (Grêmio Literário Português)
- **Biblioteca Pública Estadual Arthur Viana:** É a biblioteca mais antiga da cidade, inaugurada em 25 de março de 1871. Atualmente está instalada no CENTUR.

1.3.8 Cinemas

- **Moviecom Castanheira**
- **Moviecom Pátio Belém**
- **Cinépolis Boulevard Shopping**
- **Cinépolis Parque Shopping**
- **Cine Olímpia** - É a mais antiga sala de exibição de filmes em funcionamento do Brasil, assim como da América Latina. Inaugurado em 1912, expressava o tempo fausto da borracha na região; as sessões lotadas eram frequentadas por homens e mulheres bem vestidos, nas quais eram bem definidos os vínculos de classe social. Depois de atravessar décadas e sofrer algumas ameaças de desaparecer, o Cine Olympia (como era grafado na década de 50) continua fazendo parte do cotidiano da cidade, mas sem o glamour de antes, pois os costumes tornaram-se democratizados.

1.3.9 Mercados

- **Mercado de São Brás**

Localizado no bairro de mesmo nome, foi inaugurado em 1911, pelo governador Antônio Lemos, tendo sido construído para tentar resolver os problemas de abastecimento da cidade, que na época possuía 70 mil habitantes. O local escolhido para a construção do então Mercado Municipal foi a Praça Floriano Peixoto, próximo à Estação de Ferro de Bragança (atual Terminal Rodoviário de Belém “Hildegardo da Silva Nunes”), onde já havia uma Feira Livre que, no entanto, já não atendia às necessidades da população haja vista a grande concentração de pessoas, além das precárias condições sanitárias do lugar. O projeto de construção foi iniciado

em fevereiro de 1910 e concluído em 21 de março de 1911. O Mercado Municipal teve sua arquitetura inspirada nos estilos Art-Nouveau e no Neoclassicismo, predominantes no Brasil. Três grandes pavilhões compõem o conjunto arquitetônico, porém, em si, o espaço completo do mercado envolve ainda a sede administrativa do mesmo, localizada aos fundos. Várias reformas foram feitas desde sua inauguração.

A primeira reforma do mercado aconteceu em 1988 e a segunda, em 1999. Quanto à utilização dos espaços, em 1911, na construção original, a Ala Central era um espaço direcionado à venda de carnes, peixes, verduras e outros gêneros vendidos a retalho. No centro desta ala, localizava-se a fonte ornamental. Na primeira reforma, foi transformada em feira livre. Já na segunda, continuou como feira livre, mas sem alimentos perecíveis. A Ala Esquerda, originalmente era um espaço encarregado à venda no atacado. Na primeira reforma, foi transformado em teatro Municipal e na segunda, em feira livre. A Ala Direita foi, originalmente, o lugar onde se estabeleceram as câmaras frigoríficas. Na primeira reforma foram construídos salas, banheiros e mezanino. Na segunda reforma, virou espaço cultural da FUMBEL.

- **Mercado Bolonha** (Mercado de Peixe)

Foi inaugurado em 1901, em estilo Art Nouveau. O prédio foi projetado na administração do Intendente Antônio Lemos, pelos engenheiros Bento Miranda e Raimundo Viana. Tem sua estrutura metálica importada da França. Suas quatro torres poligonais cobertas de zinco lhe conferem o título de cartão postal mais famoso de Belém e do Pará. Foi criado com a finalidade de aferir o peso do açúcar e de outros produtos os quais, posteriormente, seriam cobrados os devidos impostos e enviados a Portugal na época da borracha. Restaurado em 1985. Atualmente, comercializa grande parte do pescado que abastece a cidade, por isso é chamado (popularmente) de Mercado de Peixe.

- **Mercado do Ver-o-Peso** (Mercado de Ferro ou Mercado de Carne)

É nesse mercado que se encontra a balança na qual era feita a averiguação do peso das mercadorias no início do século XX. Projetado pelo engenheiro Francisco Bolonha e inaugurado em 1907, na administração de Antônio Lemos, esse mercado possui uma estrutura toda de ferro, trazida da Inglaterra pela firma “Walter Macfarlane de Glasgow”, originando o nome de Mercado de Ferro. Até hoje, a finalidade de ver o peso é mantida.

1.3.10 Complexos

- **Complexo do Ver-o-Peso (Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Ver-o-Peso)**

É formado pelo Mercado Bolonha, Mercado de Ferro, Feira Livre, Prédio Solar da Beira e Praças do Relógio e do Pescador.

1. Feira Livre: é ponto de venda de produtos regionais, havendo, também, uma feira de artesanato onde se podem encontrar artigos de cerâmica, madeira entalhada, fibras, ouriço de castanha-do-pará e outros materiais.

2. Solar da Beira: construído na beira da Baía do Guajará, guarda muitas histórias. José Nápoles Tello de Menezes, que governou a capitania por volta de 1780, visando aumentar a arrecadação, propôs uma fiscalização mais rigorosa das mercadorias que chegavam à Belém. Dessa maneira, as mercadorias passaram a ser pesadas, taxadas e registradas na Casa do Ver-o-Peso, que possivelmente tenha sido construída na rua dos Mercedários, hoje rua João Alfredo. Para garantir o rigor da fiscalização, os registros e rendas arrecadados eram conferidos no prédio da Mesa das Diversas Rendas, hoje Solares da Beira. O prédio também já foi sede do Banco do Estado e da Junta Comercial. Nos últimos anos, estas funções austeras foram substituídas por outras mais amenas: foi palco de apresentações teatrais e abrigou um restaurante, sendo depois desativado. Atualmente, a Prefeitura Municipal de Belém desenvolve atividades no local.
3. Complexo da Cidade Velha (Centro Histórico de Belém): É o marco da história da cidade, tem como característica principal a herança arquitetônica do Período Brasil-Colônia, representada pelos casarões dos séculos XVII e XVIII, como sobrados, palacetes, igrejas, praças e monumentos da época da colonização.

- **Complexo de São Brás**

Datado do início do século XX, abriga construções nos estilos Jônico, Romano, Coríntio e Dórico. A fachada principal do complexo dispõe de portaria central no estilo romano, ladeada por pilastras em mármore.

- **Complexo Feliz Lusitânia**

Situado em um dos principais pontos turístico da cidade, em torno da Praça Dom Frei Caetano Brandão. Fazem parte deste complexo: a Igreja de Santo Alexandre, o Palácio Episcopal, o Forte do Castelo, o Museu de Arte Sacra e a Casa das Onze Janelas.

- **Complexo Turístico e Cultural Estação das Docas**

Localizado às margens da baía do Guajará, no bairro do Comércio, foi implantado nos antigos armazéns da Companhia das Docas do Pará (projetados em 1902, que antes serviam para armazenamento de cargas), correspondendo a uma área de 32 mil m². Inaugurado no dia 13 de maio de 2000, o projeto Estação das Docas foi inspirado no antigo sonho do paraense de ter acesso à paisagem ribeirinha, resgatando para a vida da cidade o ambiente portuário reciclado para novos usos, dentro da esfera sócio-turístico-cultural, e, ao mesmo tempo, preservando o Patrimônio Histórico, por meio da Arquitetura de ferro do início do século; são três antigos armazéns ingleses construídos no início do século XIX, durante o apogeu da exploração da borracha; foram completamente reciclados e reaproveitados por meio de uma parceria entre o Governo do Estado e a Companhia das Docas do Pará (CDP). Os galpões de arquitetura industrial de ferro, localizados na área portuária de Belém, receberam novo uso e se transformaram em polo turístico, a exemplo de grandes centros internacionais, em uma iniciativa inédita no Brasil.

Na Estação foram valorizadas principalmente as grandes aberturas por meio de vidro transparente. Este recurso permite a troca de olhar da baía do Guajará em direção ao Boulevard Castilhos França, área urbana em frente à estação.

A compartimentalização dos armazéns 1, 2 e 3 foi mantida, e eles são interligados por meio de túneis revestidos em placas transparentes e uma leve estrutura metálica. São módulos de passagem quase imperceptíveis, que articulam os ambientes e protegem da chuva, sem impedir a visão.

A ocupação dos galpões foi cuidadosamente definida para que o espaço não perdesse a característica portuária.

Os armazéns foram concebidos para ser um grande Boulevard de uma tradicional praça de feiras. Sobressaindo os recantos dos bares, cafés, cervejaria e centro gastronômico, além de abrigar espaços para exposições, vernisages, auditório, museu e teatro.

No calçadão, as vedetes são os antigos guindastes franceses, completamente restaurados que receberam iluminação cênica, transformando-os em esculturas industriais capazes de remeter à vida do início do século.

As antigas pontes rolantes que serviam para deslocar as mercadorias dentro dos galpões foram recicladas para servir de sustentação de um palco.

Os galpões foram adaptados para um grande espaço cultural e gastronômico. O Armazém 1 recebeu o nome de “Boulevard das Artes” e está dividido em três espaços: o primeiro, “Memória do Porto de Belém”, com um acervo de fotografias e objetos sobre a história do porto de Belém. “Arqueologia, Memória e Restauro”, com objetos descobertos nas escavações arqueológicas onde se situava o Forte de São Pedro Nolasco. E no outro espaço, a “Galeria da Estação”, onde se encontram bares, lanchonetes, quiosques e barracas de artesanato. A mini-fábrica de cerveja Amazon Beer, também está nesse espaço e oferece dois tipos de cervejas diferenciadas: a Amazon River e a Forester. Elas possuem aroma e paladar mais apurado e forte.

O “Boulevard da Gastronomia” dentro do Armazém 2, além de um palco suspenso e móvel, possui nove pontos de fast food e restaurantes especializados em comidas típicas da Amazônia e pratos internacionais.

O Galpão 3 foi idealizado para ser o “Boulevard das Feiras e Exposições”. Neste boulevard tem ainda o teatro Maria Sylvia Nunes, com a capacidade para receber 400 pessoas e equipado com moderno sistema de luz e som.

“O antigo terminal de embarque e desembarque de passageiros, o galpão Mosqueiro-Soure, foi reconstruído e continuará servindo como apoio para o movimento de passageiros da Amazon River – uma balsa flutuante com capacidade para 2.200 pessoas e 671 metros projetada especialmente para atender as embarcações turísticas do complexo - vai atender ao público que visitará a estação turística do local”.

- **Parque da Residência**

Moradia oficial dos governadores do estado durante várias décadas, o espaço foi transformado em um complexo cultural de lazer e turismo. O local ganhou uma nova denominação: Parque da Residência. Como residência oficial dos governadores paraenses, foi inaugurado em 1934. O primeiro morador foi Magalhães

Barata, embora alguns jornais da época indiquem que o prédio foi alugado para servir de moradia dos governadores Enéas Martins e Lauro Sodré. Foi tombado pelo Governo do Estado em 1981. Esse típico palacete do início do século XX representa uma arquitetura de transição, em que os padrões tradicionais são rompidos por edificações que primam pelo bom gosto e luxo. Sua marcante forma eclética combina recursos neoclássicos com outros elementos estilísticos e decorativos de grande importância para o patrimônio arquitetônico de Belém. Logo na entrada do parque, um Orquidário abriga espécies típicas da Amazônia, em exposição permanente.

Há, ainda, outros elementos que são um verdadeiro resgate histórico da cultura paraense: o antigo vagão da Estrada de Ferro de Bragança, que transportou o coronel Magalhães Barata, imigrantes nordestinos e muitos paraenses, foi adaptado e é usado como uma original loja de lanches e sorvetes regionais. A Estação Gasômetro, inaugurada em 1997, estrutura de ferro da antiga Companhia de Gás do Pará, foi remontada no local; abriga um teatro para 400 pessoas, um café, a loja Empório da Artes (venda de produtos culturais regionais) e uma “barraca” de comidas típicas. Outras opções de lazer do parque incluem Anfiteatro (espaço muito utilizado para apresentações de manifestações culturais na região), o Gasêbo (edificação construída em 1980 que serve de restaurante), exposição e venda de artesanato e outros. Possui uma Praça das Águas, na qual se destaca a estátua do poeta paraense Ruy Barata e a Alameda Beija-Flor, que é mais um dos acessos ao parque.

1.3.11 Teatros

- **Teatro da Paz**

Localizado na rua da Paz, no centro da Praça da República, bairro do Comércio, é o mais importante do estado do Pará e um dos mais conceituados do Brasil. Construído durante o período imperial brasileiro, em estilo neoclássico, ostenta e simboliza a riqueza dos tempos áureos da borracha e é também o mais antigo teatro da região. Seu projeto foi elaborado pelo engenheiro Tibúrcio Pereira Magalhães, no estilo neoclássico. A construção começou em 1868 e só terminou seis anos depois, em 1874. Foi o bispo Dom Antônio de Macedo Costa quem sugeriu o nome de Teatro de Nossa Senhora da Paz. Mas com o tempo, a linguagem popular consagrou o abreviativo de Teatro da Paz e assim foi oficializado pelo Presidente da Província. As reformas no governo Augusto Montenegro (1904) não alteraram o estilo.

Na fachada principal, existem colunas gregas e frontão reto e a colocação de quatro bustos, representando a música, a poesia, a comédia e a tragédia, tendo, ao centro, o escudo do estado. Possui sala de espetáculos com 1.100 lugares, obedecendo ao critério teatral italiano. E, sendo conhecido por ter a melhor acústica das casas do gênero, é palco das mais conceituadas apresentações. Possui belíssimos espelhos de cristal, bustos em mármore carrara, o teto da sala de espetáculo pintado por Domênico de Angelis e galeria com móveis da época. A maioria dos objetos encontrados no teatro foi trazida da Europa na época da construção. Nele, apresentaram-se grandes companhias de ópera européias: no seu palco, dançou a imortal Ana Pavlova; Carlos Gomes, quando vivia em Belém, já no final de sua vida, regeu sua ópera “O Guarany”. É tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional.

Juntamente com o Teatro da Paz, veio um coreto de ferro, que hoje é o Bar do Parque, um cantinho que guarda um pouco da história de Belém. Por lá já passaram muitos políticos, artistas e visitantes, sendo o *point* de intelectuais e boêmios da cidade. Um dos dias mais movimentados neste bar é a véspera do Círio, quando acontece a tradicional Festa da Chiquita. O único dia em que o bar do parque não abre é no dia do Círio de Nazaré, numa demonstração de carinho e homenagem à padroeira.

- **Teatro Waldemar Henrique**

Possui uma arquitetura eclética, característica do início do século XX, predominando o estilo Art-Nouveau. Já foi sede da Associação Comercial de Estado do Pará, Museu Comercial do Pará e Caixa Econômica. Como teatro, foi inaugurado em 17 de setembro de 1979. É experimental pelo seu teor de fomento e efervescência da arte teatral baseada em amadorismo, ou seja, seu papel é o de ser espaço adequado para os ensaios teatrais da região, bem como ambiente propício à divulgação dos valores da terra, quer seja na esfera do teatro, da música e da dança ou expressão corporal. Waldemar Henrique foi uma renomada personalidade (da terra) do teatro e da música (maestro). Sua indicação foi graças ao empenho do então Secretário de Cultura, Olavo Lira Maia.

Além desses teatros, a cidade de Belém dispõe de alguns outros: Teatro Gabriel Hermes (SESI), Teatro Cláudio Barradas, Teatro do Museu Emílio Goeldi, Teatro Estação Gasômetro, Teatro Maria Sylvia Nunes (Estação das Docas), Cine-Teatro do Centro Cultural Brasil Estados Unidos, Núcleo de Artes das UFPA, Fundação Curro Velho, Solar da Beira, Anfiteatro da Praça da República, Anfiteatro da Estação das Docas e Teatro Unipop.

- **Teatro Margarida Schiwazzapa**

Inaugurado em 1984 nas dependências do Complexo Tancredo Neves (CNETRO), o teatro conta com o maior palco da região Norte e uma capacidade para 508 lugares.

1.3.12 Parques e Bosques

- **Bosque Rodrigues Alves**

Localizado na Avenida Almirante Barroso, corredor de entrada de Belém, foi idealizado por José Coelho da Gama Abreu, Barão do Marajó, que além de Intendente da Província do Pará (1879-1881) e Intendente de Belém (1891-1894) era geógrafo da Amazônia. Sua criação visava preservar o ambiente natural na área urbana da cidade de Belém. Inspirado no “Bois de Bologne”, de Paris, foi criado no dia 25 de agosto de 1883, no bairro do Marco da Léguas, hoje Marco, apresentando as dimensões de 200 braços em quadrado e recebendo a denominação de Bosque Municipal. As 2.500 espécies florestais do bosque não foram plantadas. A reserva, de mata nativa, foi apenas cercada para que a cidade pudesse desfrutar de um pedaço natural da floresta Amazônica. Durante três anos (1900-1903), obedecendo à determinação do senador Antônio Lemos, Intendente de Belém à época, ficou fechado para reformas, recuperação e obras como o Monumento aos Intendentes

Municipais, grande cascata, ruínas do castelo, quiosque chinês, mictório público, cabana Ceci e Peri, gruta encantada, lagos artificiais e estátuas dos legendários guardiões das florestas, Mapinguari e Curupira.

Em 27 de setembro de 1903, foi novamente reaberto à visitação. A 12 de dezembro de 1906, finalmente veio a receber o nome Bosque Rodrigues Alves, sendo um pedaço da floresta amazônica preservada no meio da cidade. São centenas de árvores da flora amazônica, parque zoológico com animais de pequeno porte, em uma área de 150 mil metros quadrados. Voltado a ser espaço permanente de educação ambiental, sua última reforma (governo Hélio Gueiros) estendeu a área de espécies vegetais com plantio de novas, redefinindo o uso de suas instalações. Engendrou-se, da mesma forma, um local destinado às orquídeas – o orquidário do alto rio Negro, de municípios próximos (Vigia, Castanhal, Marapanim) e demais áreas recentemente devastadas, na região de São Félix do Xingu e no sul do estado. É um dos lugares preferidos do final de semana do belenense.

- **Bosque Ambiental de Belém**

É o mais recente parque da cidade. Unidade de proteção dos mananciais do Bolonha e água Preta, com lagos que abastecem Belém, na Floresta do Utinga. Fica na Estrada do Ceasa.

- **Parque dos Igarapés**

Bosque com piscinas, quadras de esportes, restaurantes e muitos igarapés. Os visitantes também podem desfrutar da beleza do Rio Ariri. Seu acesso é feito pelo Km-7 da Rodovia Augusto Montenegro.

- **Parque Zobotânico do Museu Paraense**

Centro de pesquisa biológica e agrônômica, está instalado em uma área de 52 mil metros quadrados, com mais de 2.000 espécies de plantas e cerca de 600 animais.

1.3.13 Espaço Cultural

- **Aldeia Cabana de Cultura Amazônica “Maestro David Miguel” – (Sambódromo)**

O projeto tem muitos significados: “Aldeia”, porque a construção se inspira na formação das ocas indígenas, principalmente os Ianomâni; e “Cabana”, em reconhecimento à Revolução da Cabanagem, um dos fatos mais marcantes da história de Belém.

Visa abrigar as mais diversas manifestações culturais e esportivas, integrando a população como um todo, e idosos, crianças e adolescentes com problemas neurológicas, especificamente.

O espaço abriga salas para oficinas de dança, música, teatro e artesanato, que se transformam em camarotes durante o Carnaval, além de arquibancadas reversíveis. No carnaval, o espaço destinado ao público tem capacidade para mais de 8.000 pessoas e funciona também em eventos como a micareta e apresentação de grupos de carimbó, quadrilhas, etc.

- **Planetário Sebastião da Gama** (cientista paraense que dirigiu o Observatório Nacional, entre 1930 e 1951)

Localizado na rodovia Augusto Montenegro, é uma espécie de teatro no qual se pode avistar planetas, estrelas, constelações, satélites artificiais, galáxias ou outros corpos celestes; eclipses lunares e solares, passagem de cometas, entre outras atrações. O objetivo é difundir conceitos astronômicos e preservar as mais diversas heranças culturais originárias da observação do céu pelo homem, frutos da velha necessidade de entender a ligação dos fenômenos celestes com as leis que regem a vida na Terra. A ideia de se construir um planetário em Belém surgiu em abril de 1995, no Forte do Castelo, durante um encontro de astrônomos, físicos e leigos interessados em Astronomia. Eles observavam o eclipse anular do sol ocorrido naquele ano – o evento foi o último visível no Brasil no século XX, e Belém foi a capital nacional que melhores condições geográficas apresentou para a sua observação na época. Presente à observação, o deputado estadual paraense Nadir Neves estimulou-se a apresentar então à Assembléia Legislativa do Estado a proposta de criação de um planetário em Belém, ideia abraçada e realizada por meio da Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM).

Em maio de 1999, o prédio e os equipamentos do Planetário Sebastião Sodré da Gama foram finalmente entregues à Universidade do Estado do Pará (UEPA). Hoje, o Planetário do Pará é um espaço cultural ligado à Pró-Reitoria de Extensão da UEPA. Está dividido em três ambientes: o Espaço da Astronomia, onde há sessões na cúpula de projeção (que é um grande cinema de 360°, por meio de um projetor Skymaster ZKP-3, um dos mais modernos existentes, e de equipamento de som) e biblioteca; Espaço do Conhecimento composto por outros seis ambientes que permitem experimentar conteúdos ligados à Astronomia e ao meio ambiente; e o Espaço Movimento e Vida, que abriga brinquedos inteligentes. O Planetário do Pará também oferece loja, lanchonete e ampla área para mostras permanentes e temporárias e intensa programação cultural.

1.3.14 Aeroporto

- **Aeroporto Internacional de Belém**

Tradicionalmente denominado de Aeroporto de Val-de-Cans, devido estar situado no bairro do mesmo nome, distante 12 km do centro da cidade, foi inaugurado em 21.01.1959.

Passou por uma ampliação e reestruturação, sendo inaugurado a 12/10/2002 pelo então governador Almir Gabriel, é considerado um dos maiores e mais modernos do País. O novo Aeroporto tem 33.200 mil m² o que lhe dá a capacidade de receber anualmente cerca de 2,8 milhões de passageiros. Possui uma pista (06/24) com 1.800m por 45m, que está preparada para receber aeronaves do tipo Boing 747/400 e atende aos tipos de aviação Nacional, Internacional, Geral e Militar, operando com 11(onze) companhias com voos regulares.

Oferece aos passageiros e usuários uma moderna infraestrutura aeroportuária, com sistemas automatizados e informatizados, fato que o classifica como um Aeroporto Inteligente. Conta com quatro terminais de desembarque, dois domésticos, um internacional e um reversível, além da sala de embarque internacional. Há também estabelecimentos comerciais, dois Free Shops e o terraço panorâmico. Totalmente climatizado em dois níveis, conta com uma arquitetura futurista, projetada para aproveitar a iluminação do ambiente. Seu interior

é ornamentado com plantas da região Amazônica, que se encontram cercadas por uma fonte, capaz de imitar o barulho das chuvas que caem na região.

O Aeroporto é contornado por uma ornamentação paisagística própria, denotando, de forma marcante, o portal da entrada da Região Amazônica.

1.3.15 Estádio

- **Estádio Olímpico do Pará**

Inaugurado a 1º de maio de 2002, Dia do Trabalhador, pelo então governador Almir Gabriel.

2 ASPECTOS FÍSICOS-TERRITORIAIS

2.1 LOCALIZAÇÃO

O município de Belém é a capital do Estado do Pará, apresenta uma área territorial de 1.059,466 km², o que corresponde a 0,09% da área total do território paraense. Pertence a região de integração do Guajará e segundo a divisão geográfica regional, elaborada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o município está inserido na mesorregião Metropolitana de Belém e microrregião de Belém e na região geográfica intermediária de Belém e na região imediata de Belém e conta com as seguintes coordenadas geográficas uma latitude de 1° 27' 18" Sul e longitude de 48° 30' 9" Oeste.

2.2 LIMITES

Seus limites são ao norte com o município de Santo Antônio do Tauá, a leste com Santa Bárbara do Pará e Ananindeua, ao sul com Acará e a oeste com Barcarena.

2.3 SOLOS

Os solos identificados no município são latossolo amarelo distrófico textura média, concrecionários lateríticos indiscriminados e hidromórficos indiscriminados eutróficos e distróficos em associações.

2.4 VEGETAÇÃO

O tipo de vegetação encontrada nesse município é a floresta ombrófila densa que apresenta períodos de chuvas intensas e constantes e uma vegetação de folhas extensas e perenifólios, domina os tratos marginais dos cursos d'água e as baixadas, onde prevalecem formações herbáceas, subarbustivas e arbustivas e é encontrada nas subformações aluvial e terras baixas.

2.5 PATRIMÔNIO NATURAL

A cidade de Belém conta com um patrimônio natural encantador, com uma diversidade de ilhas, unidades de conservações, parques ambientais e museu, que proporciona uma experiência única do ser humano com o meio ambiente.

Na cidade das mangueiras encontramos o museu Emilio Goeldi e o Bosque Rodrigues Alves, lugares de conservação da flora e fauna paraense. E conta com as seguintes unidades de conservações, o Parque estadual Utinga, a área de proteção ambiental da ilha do Combú, área de proteção ambiental da região metropolitana de Belém.

2.6 TOPOGRAFIA

A topografia do Município apresenta uma altitude média de 15 metros, com pequenas variações altimétricas, alcançando uma altitude de 25 metros na ilha de Mosqueiro e na área urbana da cidade contando com cotas abaixo dos 4 metros, sendo essas áreas mais suscetíveis a influência das marés altas, o território

Belense conta com áreas de planícies e tabuleiros que é um relevo que se encontra entre as formas plana a suave ondulado.

2.7 GEOLOGIA

A estrutura geológica do município encontra-se situada na bacia sedimentar de Marajó e é composta por Sedimentos relativos a aluviões atuais e terraços mais antigos do Holoceno. Seguindo a escala de tempo geológico essa estrutura é datada da era Cenozóico.

2.8 HIDROGRAFIA

Belém conta com uma suntuosa hidrografia, desenhada por rios, igarapés e ilhas, como o rio Guamá, o rio Ariri e a Baía do Guajará, suas encantadoras ilhas, como a ilha do Combu, ilha de Caratateua, ilha de Mosqueiro e ilha de Cotijuba.

A cidade está situada na região hidrográfica Tocantins – Araguaia, e na hidrovia do Tocantins e conta com alguns portos. O aquífero encontrado nessa localidade é o Marajó, que integra o sistema poroso.

2.9 CLIMA

O clima de Belém apresenta-se no clima zonal equatorial dividido em equatorial úmido, equatorial super-úmido subseca e equatorial super-úmido sem seca, sendo identificados ao norte da ilha de Mosqueiro o úmido com 1 a 2 meses de seca, o super-úmido subseca que engloba a porção sul da ilha de Mosqueiro, toda a ilha de Outeiro, ilha de Cotijuba, ilha Jutuba e ilha Paquetá e nas demais localidades é registrado o clima zonal equatorial super-úmido sem seca.

Conta com índice pluviométrico com uma média anual em torno de 2.085 mm, com alta umidade do ar em quase todo o ano, as temperaturas são elevadas e com médias anuais em torno de 26.7 °C e conta com uma amplitude térmica baixa.

3 DADOS ESTATÍSTICOS

3.1 DEMOGRAFIA

3.1.1 População, Área e Densidade Demográfica 2000-2024

Anos	População (Hab.)	Área (Km²)	Densidade (Hab./Km²)
2000	1.280.614	1.065,30	1.196,72
2001 ⁽¹⁾	1.304.314	1.065,30	1.224,36
2002 ⁽¹⁾	1.322.683	1.065,30	1.241,61
2003 ⁽¹⁾	1.342.202	1.065,30	1.259,93
2004 ⁽¹⁾	1.386.482	1.065,30	1.301,49
2005 ⁽¹⁾	1.405.871	1.065,30	1.319,70
2006 ⁽¹⁾	1.428.368	1.065,30	1.340,81
2007	1.408.847	1.065,30	1.322,49
2008 ⁽¹⁾	1.424.124	1.065,30	1.336,83
2009 ⁽¹⁾	1.437.600	1.065,30	1.349,48
2010	1.393.399	1.059,40	1.315,27
2011 ⁽¹⁾	1.402.056	1.059,40	1.323,44
2012 ⁽¹⁾	1.410.430	1.059,40	1.331,35
2013 ⁽¹⁾	1.425.923	1.059,40	1.345,97
2014 ⁽¹⁾	1.432.844	1.065,30	1.345,01
2015 ⁽¹⁾	1.439.561	1.065,30	1.351,32
2016 ⁽¹⁾	1.446.042	1.059,46	1.364,89
2017 ⁽¹⁾	1.452.275	1.059,46	1.370,77
2018 ⁽¹⁾	1.485.732	1.059,46	1.402,35
2019 ⁽¹⁾	1.492.745	1.059,47	1.408,96
2020 ⁽¹⁾	1.499.641	1.059,47	1.415,47
2021 ⁽¹⁾	1.506.420	1.059,47	1.421,87
2022	1.303.403	1.059,47	1.230,25
2023 ⁽²⁾	1.407.017	1.059,46	1.328,05
2024 ⁽¹⁾	1.398.531	1.059,46	1.320,04

Fonte: IBGE

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

⁽¹⁾ População Estimada

⁽²⁾ População Estimada MS/DATASUS.

3.1.2 População Segundo Situação da Unidade Domiciliar 2000/2007/2010/2022

Anos	Urbana	Rural
2000	1.272.354	8.260
2007 ⁽¹⁾	1.399.689	9.158
2010	1.381.475	11.924
2022	1.296.633	6.770

Fonte: IBGE

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

⁽¹⁾ Contagem Populacional.

3.1.3 População por Sexo 2000/2007/2010/2022

Anos	Masculino	Feminino
2000	608.253	672.361
2007 ⁽¹⁾	687.596	721.251
2010	659.008	734.391
2022	610.777	692.626

Fonte: IBGE

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

⁽¹⁾ Contagem Populacional.

3.1.4 População por Faixa Etária 2000/2010/2022

Faixa Etária	2000	2010	2022
Menor de 01 ano	24.381	19.853	13.036
01 a 04 anos	96.919	79.641	57.589
05 a 09 anos	119.419	105.722	80.003
10 a 14 anos	125.035	119.561	84.509
15 a 29 anos	409.480	398.861	297.715
30 a 49 anos	333.117	414.246	402.543
50 a 69 anos	133.838	198.741	278.538
70 e mais	38.425	56.774	89.470

Fonte: IBGE

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

(1) População Estimada.

3.1.5 População Residente, Segundo Algumas Características 1991/2000/2010/2022

Características	1991		2000		2010		2022	
	População	%	População	%	População	%	População	%
Cor ou Raça								
Branca	324.018	26,03	404.779	31,61	379.990	27,27	342.476	26,28
Preta	42.667	3,43	61.044	4,77	105.441	7,57	149.395	11,46
Amarela	2.330	0,19	3.242	0,25	11.218	0,81	3.298	0,25
Parda	868.954	69,81	798.718	62,37	894.388	64,19	806.103	61,85
Indígena	649	0,05	3.583	0,28	2.271	0,16	2.069	0,16
Sem Declaração	-	-	9.248	0,72	91	0,01	62	0,00
Religião ⁽¹⁾								
Católica apostólica romana	1.025.740	82,41	914.343	71,40	-	-		
Evangélicas	120.323	9,67	231.209	18,05	-	-		
Espírita	-	-	17.201	1,34	-	-		
Umbanda e Candomblé	3.507	0,28	1.742	0,14	-	-		
Judaica	1.569	0,13	900	0,07	-	-		
Religiões Orientais	3.498	0,28	3.711	0,29	-	-		
Outras Religiões	681	0,05	30.779	2,40	-	-		
Sem Religião	45.343	3,64	77.194	6,03	-	-		
Não Determinadas	5.935	0,48	1.272	0,10	-	-		
Estado Civil								
Casado(a)	158.957	16,39	277.887	26,72	294.674	24,80		
Desquitado(a) ou separado(a) judicialmente	4.590	0,47	13.843	1,33	12.159	1,02		
Divorciado(a)	-	-	12.862	1,24	30.485	2,57		
Viúvo(a)	35.043	3,61	38.009	3,66	47.333	3,98		
Solteiro(a)	471.235	48,57	697.294	67,05	803.375	67,62		
Anos de Estudo ⁽²⁾								
Sem Instrução e menos de 1 ano	74.000	7,63	46.008	4,42	-	-		
1 a 3 anos	200	0,02	165.756	15,94	-	-		
4 a 7 anos	330.997	34,12	323.617	31,12	-	-		
8 a 10 anos	163.621	16,87	210.527	20,25	-	-		
11 a 14 anos	155.558	16,03	225.690	21,70	-	-		
15 anos ou mais	43.766	4,51	60.708	5,84	-	-		
Não determinados	1.974	0,20	7.588	0,73	-	-		
Tipo de Deficiência ^(3 e 4)								
Pelo menos uma das deficiências enumeradas	-	-	208.707	16,30	-	-		
Deficiência mental permanente	-	-	17.092	1,33	-	-		
Deficiência Física			9.953	0,78	-	-		
Tetraplegia, paraplegia ou hemiplegia permanente	-	-	6.118	61,47	-	-		
Falta de membro ou de parte dele ⁽⁵⁾	-	-	3.835	38,53	-	-		
Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de enxergar	-	-	151.643	11,84	-	-		
Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de ouvir	-	-	43.654	3,41	-	-		
Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas	-	-	59.697	4,66	-	-		
Nenhuma destas deficiências ⁽⁶⁾	-	-	1.062.342	82,96	-	-		

Fonte: IBGE/Censo Demográfico

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD. ⁽¹⁾ Inclusive as pessoas sem declaração de religião; ⁽²⁾ Considerou-se a população de 10 anos ou mais; ⁽³⁾ As pessoas incluídas em mais de um tipo de deficiência foram contadas apenas uma vez; ⁽⁴⁾ Inclusive as pessoas sem declaração destas deficiências; ⁽⁵⁾ Falta de perna, braço, mão, pé ou dedo polegar e ⁽⁶⁾ Inclusive a população sem qualquer deficiência.

3.1.6 Indicadores Demográficos 1970/80/91/00/2010/2022

Indicadores	1970	1980	1991	2000	2010	2022
Razão de Sexo	0,88	0,91	0,90	0,90	0,90	0,88
Taxa de Urbanização	95,18	88,33	68,22	99,35	99,14	-
Razão de Dependência	82,94	74,68	60,88	49,90	42,06	40,40
Índice de Envelhecimento	6,86	8,30	10,49	16,55	27,02	59,49
Taxa Geométrica de Incremento	...	3,95	2,65	0,32	0,85	-

Fonte: IBGE

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.1.7 População Residente, Segundo Lugar de Nascimento 1991/2000/2010

Estados	1991		2000		2010	
	População	%	População	%	População	%
Acre	1.829	0,15	1.681	0,13	1.103	0,08
Alagoas	366	0,03	507	0,04	485	0,03
Amapá	6.488	0,52	6.781	0,53	6.106	0,44
Amazonas	8.414	0,68	7.639	0,60	5.824	0,42
Bahia	1.714	0,14	2.206	0,17	2.121	0,15
Brasil sem especificação	-	-	-	-	3.120	0,22
Ceará	16.642	1,34	13.824	1,08	11.620	0,84
Distrito Federal	525	0,04	1.001	0,08	949	0,07
Espírito Santo	416	0,03	514	0,04	702	0,05
Goiás	2.033	0,16	1.839	0,14	1.911	0,14
Maranhão	35.833	2,88	38.821	3,03	35.991	2,59
Mato Grosso	304	0,02	401	0,03	529	0,04
Mato Grosso do Sul	258	0,02	272	0,02	371	0,03
Minas Gerais	2.111	0,17	2.136	0,17	2.422	0,17
Pará	1.133.872	91,10	1.170.589	91,41	1.291.562	92,85
Paraíba	2.069	0,17	1.346	0,11	1.258	0,09
Paraná	1.301	0,10	1.362	0,11	1.285	0,09
Pernambuco	3.575	0,29	3.330	0,26	3.275	0,24
Piauí	6.194	0,50	5.189	0,41	4.190	0,30
Rio de Janeiro	5.984	0,48	7.629	0,60	6.840	0,49
Rio Grande do Norte	1.952	0,16	1.885	0,15	1.452	0,10
Rio Grande do Sul	972	0,08	1.221	0,10	1.074	0,08
Rondônia	858	0,07	869	0,07	606	0,04
Roraima	460	0,04	627	0,05	572	0,04
Santa Catarina	435	0,03	618	0,05	463	0,03
São Paulo	4.009	0,32	4.332	0,34	4.541	0,33
Sergipe	241	0,02	363	0,03	151	0,01
Tocantins	192	0,02	423	0,03	424	0,03

Fonte: IBGE

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.1.8 População Residente, por Naturalidade em relação à Unidade de Federação e ao Município 1991/00/2010

Ano	Total	Naturais da Federação			Não Naturais da Federação
		Total	Naturais do Município	Não Naturais do Município	
1991	1.244.687	1.133.871	895.701	238.170	110.816
2000	1.280.614	1.170.589	...	...	110.025
2010	1.393.399	1.291.121	1.050.816	240.305	102.278

Fonte: IBGE

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.1.9 Pessoas não Naturais da Unidade da Federação que Tinham 10 Anos ou Mais, Ininterruptos de Residência na Unidade da Federação 2000/2010

Tempo Ininterruptos na Unidade da Federação	2000		2010	
	Pop. Não Naturais	%	Pop. Não Naturais	%
Total de Pessoas não Naturais	38.170	-	102.278	-
Menos de 1 ano	3.772	9,88	6.631	6,5
1 a 2 anos	11.364	29,77	7.583	7,4
3 a 5 anos	12.194	31,95	8.845	8,6
6 a 9 anos	10.840	28,40	8.957	8,8
10 anos ou mais	-	-	70.262	68,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.2 HABITAÇÃO

3.2.1 Habitantes por Domicílios Permanentes 1996/2000/2007/2010

Ano	População (Hab.)	Unidades Domiciliares	Habitantes/Unidades Domiciliares
1996	1.144.312	253.449	4,51
2000	1.280.614	296.352	4,32
2007	1.408.847	...	...
2010	1.393.399	368.877	3,78

Fonte: IBGE

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.2.2 Domicílios Particulares Permanentes, por Alguns Serviços e Bens Duráveis Existentes nos Domicílios 2000/2010

Serviços/Bens Duráveis	2000		2010	
	Nº de Domicílios	%	Nº de Domicílios	%
Total de Domicílios	296.195		368.889	
Geladeira	260.459	87,93	347.703	94,26
Máquina de lavar roupa	101.788	34,37	168.431	45,66
Aparelho de ar-condicionado	50.384	17,01	-	-
Rádio	248.162	83,78	263.319	71,38
Televisão	276.309	93,29	359.212	97,38
Microcomputador	32.904	11,11	144.549	39,18
Microcomputador com acesso à internet	-	-	115.589	31,33
Automóvel para uso particular	56.509	19,08	93.558	25,36
Telefone fixo	169.555	57,24	170.646	46,26

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.2.3 Domicílios particulares permanentes, por forma de abastecimento de água 1991/2000/2010

Ano	Total	Forma de Abastecimento de Água		
		Rede Geral de Distribuição	Poço ou Nascente na Propriedade	Outra
1991	255.902	191.689	48.313	15.900
2000	296.352	218.066	67.305	10.981
2010	368.877	278.467	75.965	14.428

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000/2010

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.2.4 Domicílios particulares permanentes, por existência de banheiro ou sanitário e tipo de esgotamento sanitário 1991/2000/2010

Ano	Total ⁽¹⁾	Existência de Banheiro ou Sanitário				
		Tinham				Não Tinham
		Total ⁽²⁾	Tipo de Esgotamento Sanitário			
			Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Outro	
1991	258.688	241.193	5.851	151.686	83.656	17.495
2000	296.352	283.052	76.177	146.366	60.509	13.300
2010	368.877	364.510	138.781	113.529	112.200	4.348

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000/2010

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

⁽¹⁾ Inclusive os domicílios sem declaração da existência de banheiro ou sanitário

⁽²⁾ Inclusive os domicílios sem declaração do tipo de esgotamento sanitário

3.2.5 Domicílios particulares permanentes, por destino do lixo 1991/2000/2010

Ano	Total ⁽¹⁾	Destino de Lixo			
		Coletado			Outro
		Total	Diretamente por Serviço de Limpeza	Em Caçamba de Serviço de Limpeza	
1991	255.902	195.636	22.837	172.799	60.266
2000	296.352	282.825	274.331	8.494	13.527
2010	368.860	356.772	334.295	22.477	12.088

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000/2010

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

⁽¹⁾ Inclusive os domicílios sem declaração do destino do lixo

3.2.6 Domicílios particulares permanentes, por tipo do domicílio 1991/2000/2010

Ano	Total ⁽¹⁾	Tipo de Domicílio				
		Casa	Casa de Vila ou em Condomínio	Apartamento	Habitação em casa de cômodos, cortiço ou cabeça de corpo	Oca ou Maloca
1991	255.902	231.114	-	-	3.627	-
2000	296.352	255.452	-	-	10.350	-
2010	368.877	294.491	30.993	-	2.481	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000/2010

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

⁽¹⁾ Inclusive os domicílios sem declaração do tipo do domicílio

3.2.7 Domicílios particulares permanentes, por condição de ocupação do domicílio 1991/2000/2010

Ano	Total ⁽¹⁾	Condição de ocupação do domicílio			
		Próprio	Alugado	Cedido	Outra
1991	255.902	208.483	35.664	11.045	710
2000	296.352	244.034	33.799	13.188	5.331
2010	368.877	291.788	60.154	14.551	2.383

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000/2010

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

⁽¹⁾ Inclusive os domicílios sem declaração do tipo do domicílio

3.3 SAÚDE

3.3.1 Profissionais de Saúde, Segundo Município 2006-2014

Esfera	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Médico	2.002	2.213	2.282	2.269	2.408	2.292	2.509	2.716	2.937
Odontólogo	335	383	537	630	707	760	841	898	950
Enfermeiro	675	709	806	896	944	874	1.019	1.105	1.210
Fisioterapeuta	157	164	214	259	291	318	392	426	470
Fonoaudiólogo	70	82	106	128	144	150	158	166	182
Nutricionista	134	155	182	181	192	196	215	222	238
Farmacêutico	122	264	279	285	311	324	338	256	267
Assistente Social	223	220	252	274	293	308	314	335	374
Psicólogo	182	208	246	270	306	320	333	355	398
Auxiliar de Enfermagem	1.247	1.198	1.197	1.146	1.151	1.082	1.152	1.100	1.053
Técnico de Enfermagem	1.118	1.200	1.766	2.273	2.379	2.436	2.743	3.019	3.321
TOTAL	6.265	6.796	7.867	8.611	9.126	9.060	10.014	10.598	11.400

Fonte: DATASUS/MS
Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.3.2 Profissionais de Saúde, Segundo Município 2015-2020

Esfera	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Médico	2.997	3.243	3.502	3.528	3.494	3.584
Odontólogo	960	981	1.001	1.058	1.047	645
Enfermeiro	1.298	1.430	1.501	1.609	1.702	1.929
Fisioterapeuta	535	548	576	635	675	665
Fonoaudiólogo	195	195	198	231	229	210
Nutricionista	250	273	284	304	308	299
Farmacêutico	303	320	313	337	348	384
Assistente Social	391	399	403	444	434	429
Psicólogo	429	447	456	523	524	420
Auxiliar de Enfermagem	1.009	868	830	815	674	648
Técnico de Enfermagem	3.390	3.683	3.722	3.920	4.119	4.740
TOTAL	11.757	12.387	12.786	13.404	13.554	13.953

Fonte: DATASUS/MS
Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.3.3 Profissionais de Saúde, Segundo Município 2021-2024

Esfera	2021	2022	2023	2024
Médico	3.910	4.205	4.289	4.631
Odontólogo	857	902	894	915
Enfermeiro	2.068	2.248	2.713	2.951
Fisioterapeuta	785	823	834	871
Fonoaudiólogo	250	257	271	270
Nutricionista	334	361	374	397
Farmacêutico	411	490	499	608
Assistente Social	481	495	499	516
Psicólogo	507	565	593	667
Auxiliar de Enfermagem	577	537	458	410
Técnico de Enfermagem	4.740	5.198	6.228	6.906
TOTAL	14.920	16.081	17.652	19.142

Fonte: DATASUS/MS
Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.3.4 Número de Ocupações de Saúde, segundo Município 2006-2014

Esfera	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Médico	4.747	5.233	5.705	5.902	6.230	3.324	3.417	3.599	3.810
Odontólogo	449	534	741	894	1.050	1.110	1.282	1.363	1.502
Enfermeiro	985	1.014	1.139	1.248	1.332	1.345	1.352	1.465	1.610
Fisioterapeuta	202	224	293	353	393	410	528	566	622
Fonoaudiólogo	89	108	139	172	193	208	215	230	250
Nutricionista	178	205	249	251	259	256	276	282	304
Farmacêutico	173	352	381	389	419	434	437	357	377
Assistente Social	286	278	329	355	378	373	369	389	428
Psicólogo	227	262	298	338	380	397	414	430	482
Auxiliar de Enfermagem	1.727	1.640	1.807	1.736	1.718	1.458	1.384	1.334	1.288
Técnico de Enfermagem	1.308	1.442	2.077	2.639	2.742	2.786	3.119	3.510	3.952
Agente Comunitário de Saúde	1.044	846	989	1.004	797	754	1.123	1.387	1.195
TOTAL	11.415	12.138	14.147	15.281	15.891	12.855	13.916	14.912	15.820

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.3.5 Número de Ocupações de Saúde, Segundo Município 2015-2020

Esfera	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Médico	6.972	7.541	8.004	8.091	8.239	8.256
Odontólogo	1.474	1.534	1.577	1.651	1.600	849
Enfermeiro	1.728	1.865	1.945	2.068	2.128	2.403
Fisioterapeuta	690	727	767	871	908	859
Fonoaudiólogo	267	266	281	326	321	269
Nutricionista	316	339	350	378	381	365
Farmacêutico	411	433	420	451	480	516
Assistente Social	451	462	470	524	500	490
Psicólogo	518	540	551	633	639	497
Auxiliar de Enfermagem	1.227	1.059	1.022	1.004	803	769
Técnico de Enfermagem	3.909	4.212	4.396	4.677	4.813	5.635
Agente Comunitário de Saúde	1.078	792	678	679	668	647
TOTAL	19.041	19.770	20.461	21.353	21.480	21.555

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.3.6 Número de Ocupações de Saúde, Segundo Município 2021-2024

Esfera	2020	2021	2022	2023
Médico	8.774	9.709	9.402	10.385
Odontólogo	1.200	1.277	1.255	1.271
Enfermeiro	2.549	2.788	3.413	3.669
Fisioterapeuta	1.035	1.106	1.134	1.165
Fonoaudiólogo	333	350	384	379
Nutricionista	397	434	452	487
Farmacêutico	531	613	628	748
Assistente Social	545	563	566	593
Psicólogo	611	686	718	808
Auxiliar de Enfermagem	684	646	576	515
Técnico de Enfermagem	5.639	6.292	7.531	8.394
Agente Comunitário de Saúde	648	646	1.657	1.647
TOTAL	22.946	25.110	27.716	30.061

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.3.7 Profissionais por Esfera 2006-2014

Esfera	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
POR NATUREZA									
Administração Dir.Saúde	4.519	5.135	5.749	5.173	5.282	5.151	5.079	5.757	5.919
Administração Dir.Outros	81	96	110	82	81	88	86	111	183
Autarquias	616	590	1.568	1.592	1.682	1.967	2.019	2.261	2.377
Fundação Pública	1.517	1.510	1.638	1.745	2.007	2.067	1.782	1.949	2.071
Org.Soc.Pública	-	-	-	-	-	-	4	4	41
Empresa Privada	1.950	2.136	1.786	1.947	2.210	2.275	2.417	2.532	2.542
Fundação Privada	-	3	5	28	31	33	83	31	33
Cooperativa	56	59	76	77	224	426	555	528	524
S.Soc.Autônomo	16	22	49	49	50	50	50	51	51
Entidade S/fins Lucrativos	1.121	1.151	1.182	1.147	684	532	1.482	1.565	1.746
Sindicato	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POR ESFERA ADMINISTRATIVA									
Federal	640	636	634	734	767	772	1.090	1.131	1.310
Estadual	2.797	2.703	3.955	3.890	4.362	4.551	3.998	4.446	4.756
Municipal	3.296	3.992	4.476	3.968	3.923	3.950	3.882	4.505	4.525
Privada	3.143	3.371	3.098	3.262	3.199	3.331	4.602	4.707	4.909

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.3.8 Profissionais por Natureza Jurídica e Por Esfera Jurídica 2015-2020 (*)

Esfera	2015	2016	2017	2018	2019	2020
POR NATUREZA JURÍDICA						
Administração Pública	11.343	12.547	12.999	13.849	13.939	15.252
Entidades Empresariais	2.485	2.498	2.634	2.857	3.064	2.844
Entidades sem Fins Lucrativos	1.812	1.844	1.818	1.851	1.881	1.887
Pessoas Físicas	7	7	7	7	-	-
POR ESFERA JURÍDICA						
Administração Pública	11.343	12.547	12.999	13.849	13.939	15.252
Federal	1.252	1.213	1.441	1.515	1.197	1.410
Estadual ou Distrito Federal	5.016	5.819	6.067	6.552	6.882	7.388
Municipal	5.075	5.515	5.491	5.782	5.860	6.454
Outros	-	-	-	-	-	-
Entidades Empresariais	2.485	2.498	2.634	2.857	3.064	2.844
Emp.Púb ou Soc de Econ Mista	3	3	3	3	3	-
Demais Entidade Empresariais	2.482	2.495	2.631	2.854	3.061	2.844
Entidades sem Fins Lucrativos	1.812	1.844	1.818	1.851	1.883	1.888
Pessoas Físicas	704	713	729	772	793	212

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

(*) A partir de 2015, "Natureza" e "Esfera Administrativa" estão disponíveis como "Natureza Jurídica" e "Esfera Jurídica".

3.3.9 Profissionais por Natureza Jurídica e Por Esfera Jurídica 2021-2024 (*)

Esfera	2021	2022	2023	2024
POR NATUREZA JURÍDICA				
Administração Pública	15.824	15.618	18.183	19.273
Entidades Empresariais	3.446	5.242	5.136	6.024
Entidades sem Fins Lucrativos	1.884	1.990	2.536	2.287
Pessoas Físicas	7	7	8	8
POR ESFERA JURÍDICA				
Administração Pública	15.824	15.618	18.183	19.273
Federal	1.550	533	481	463
Estadual ou Distrito Federal	7.289	7.679	8.851	9.624
Municipal	6.985	7.406	8.851	9.186
Outros	-	-	-	-
Entidades Empresariais	3.446	5.242	5.136	6.024
Emp.Púb ou Soc de Econ Mista	-	1.331	1.365	1.579
Demais Entidade Empresariais	3.446	3.911	3.771	4.445
Entidades sem Fins Lucrativos	1.884	1.990	2.536	2.287
Pessoas Físicas	374	374	379	376

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

(*) A partir de 2015, "Natureza" e "Esfera Administrativa" estão disponíveis como "Natureza Jurídica" e "Esfera Jurídica".

3.3.10 Unidades Ambulatoriais Cadastradas no SIASUS 2006-2014

Estabelecimentos	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Centro de saúde/unidade básica de saúde	65	72	73	73	73	73	72	72	78
Central de regulação de serviços de saúde	1	1	1	1	2	2	1	1	1
Clínica/ambulatório especializado	155	192	207	226	276	326	373	408	431
Consultório isolado	323	424	650	808	928	989	1.044	1092	1.153
Cooperativa	1	1	1	1	1	3	3	3	3
Farmácia	-	3	3	3	3	4	4	15	17
Hospital especializado	18	22	23	21	22	21	23	23	25
Hospital geral	14	15	16	16	18	20	17	17	20
Hospital dia	3	3	2	3	2	2	3	4	4
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	-	-	1	1	1	1	1	-	-
Policlínica	11	10	11	14	15	15	17	18	21
Posto de saúde	5	5	5	5	5	5	5	5	1
Pronto socorro especializado	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Pronto socorro geral	-	-	-	-	-	1	1	1	1
Secretaria de saúde	-	1	1	1	4	4	4	4	4
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	55	60	62	63	67	73	88	88	91
Unidade de vigilância em saúde	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Unidade mista	2	2	1	1	-	-	-	-	-
Unid móvel de nível pré-hosp-urgência/emergência	-	-	-	2	2	2	2	18	26
Unidade móvel fluvial	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Unidade móvel terrestre	12	12	14	14	14	17	17	17	17
Outros	-	-	9	10	10	10	12	14	16
TOTAL	668	826	1.083	1.266	1.446	1.571	1.690	1804	1913

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.3.11 Unidades Ambulatoriais Cadastradas no SIASUS 2015-2020

Estabelecimentos	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Centro de Saúde/unidade básica de Saúde	76	84	84	86	87	89
Central de regulação de serviços de Saúde	-	1	2	-	-	-
Clínica/ambulatório especializado	440	450	463	494	496	269
Consultório isolado	1098	1141	1.176	1.238	1.311	396
Cooperativa	3	4	8	8	11	13
Farmácia	23	23	16	16	19	22
Hospital especializado	25	26	26	23	19	15
Hospital geral	20	20	20	20	18	24
Hospital dia	4	5	-	5	8	9
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	-	-	-	-	-	-
Policlínica	24	28	38	48	59	43
Posto de Saúde	1	1	1	6	5	3
Pronto socorro especializado	2	2	2	2	-	-
Pronto socorro geral	1	1	1	1	1	1
Secretaria de Saúde	4	4	4	4	4	4
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	89	86	96	111	113	88
Unidade de Vigilância em Saúde	2	2	3	3	4	4
Unidade mista	-	-	-	-	-	-
Unid móvel de nível pré-hosp-urgência/emergência	22	21	21	21	21	21
Unidade móvel fluvial	-	-	1	1	1	1
Unidade móvel terrestre	18	14	13	13	6	3
Outros	19	17	18	25	23	26
TOTAL	1.872	1.931	1.997	2.125	2.206	1.031

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.3.12 Unidades Ambulatoriais Cadastradas no SIASUS 2021-2024

Estabelecimentos	2021	2022	2023	2024
Centro de Saúde/unidade básica de Saúde	90	91	92	95
Central de regulação de serviços de Saúde	-	-	-	-
Clínica/ambulatório especializado	390	420	421	489
Consultório isolado	686	711	702	725
Cooperativa	16	24	34	41
Farmácia	26	44	51	85
Hospital especializado	15	16	16	16
Hospital geral	24	25	22	25
Hospital dia	9	9	9	10
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	-	-	-	-
Policlínica	59	62	57	60
Posto de Saúde	10	10	10	5
Pronto socorro especializado	-	-	-	-
Pronto socorro geral	1	1	1	1
Secretaria de Saúde	4	4	4	4
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	102	105	108	107
Unidade de Vigilância em Saúde	4	4	4	4
Unidade mista	-	-	-	-
Unid móvel de nível pré-hosp-urgência/emergência	21	22	22	23
Unidade móvel fluvial	1	2	2	2
Unidade móvel terrestre	3	6	1	1
Outros	34	35	34	38
TOTAL	1.495	1.591	1.590	1.731

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.3.13 Leitos por Habitantes 2006-2014

Leitos	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Número de Leitos - Hospitalares	4.558	4.800	5.005	4.874	4.951	5.068	5.320	5.459	5.687
Número de Leitos - Ambulatórios	184	192	211	218	229	235	217	222	242
Número de Leitos - Urgência	223	231	238	230	244	253	285	306	328
Total de leitos	4.965	5.223	5.454	5.322	5.424	5.556	5.822	5.987	6.257
Leitos/ Mil Habitantes	3,48	3,71	3,83	3,70	3,89	3,96	4,15	4,20	4,37

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.3.14 Leitos por Habitantes 2015-2020

Leitos	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Número de Leitos - Hospitalares	5.708	5.898	5.551	5.402	4.942	5.472
Número de Leitos - Ambulatórios	236	239	201	224	195	219
Número de Leitos - Urgência	338	381	381	375	344	408
Total de leitos	6.282	6.518	6.133	6.001	5.481	6.099
Leitos/ Mil Habitantes	4,36	4,51	4,22	4,04	3,67	4,07

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.3.15 Leitos por Habitantes 2021-2024

Leitos	2021	2022	2023	2024
Número de Leitos - Hospitalares	5.395	5.000	4.878	5.223
Número de Leitos - Ambulatórios	242	240	246	245
Número de Leitos - Urgência	363	420	360	397
Total de leitos	6.000	5.660	5.484	5.865
Leitos/ Mil Habitantes	3,98	4,34	3,90	4,19

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.3.16 Hospitais e Leitos Segundo Algumas Características 2006-2010

Características	Hospitais					Leitos				
	2006	2007	2008	2009	2010	2006	2007	2008	2009	2010
POR NATUREZA										
Administ. Direta da Saúde (MS, SES e SMS)	4	4	4	4	4	364	386	425	406	430
Adm. Direta outros órgãos (MEX, MEX, Marinha)	-	1	1	1	1	-	59	59	59	59
Adm. Indireta – Autarquias	2	2	2	3	3	314	314	530	534	534
Adm. Indireta - Fundação Pública	2	2	2	2	2	686	686	724	613	618
Org. Social Pública	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresa Privada	21	25	26	24	25	2.355	2.516	2.417	2.412	2.408
Fundação Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Entidade Beneficente sem fins lucrativos	6	6	6	6	6	839	839	850	850	850
POR ESFERA ADMINISTRATIVA										
Federal	2	3	3	3	3	314	373	337	341	341
Estadual	4	4	5	5	5	823	823	1.125	1.014	1.019
Municipal	2	2	2	2	2	227	249	276	257	281
Privada	27	31	31	30	32	3.194	3.355	3.267	3.262	3.310

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.3.17 Hospitais e Leitos Segundo Algumas Características 2011-2014

Características	Hospitais				Leitos			
	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014
POR NATUREZA								
Administ. Direta da Saúde (MS, SES e SMS)	3	4	4	4	411	429	449	372
Adm. Direta outros órgãos (MEX, MEX, Marinha)	1	1	1	2	59	59	59	105
Adm. Indireta – Autarquias	4	3	3	3	625	656	664	523
Adm. Indireta - Fundação Pública	2	2	2	2	627	625	714	470
Org. Social Pública	-	-	-	1	-	-	-	94
Empresa Privada	25	26	26	27	2.403	2.679	2601	2.190
Fundação Privada	-	1	-	-	1	74	1	1
Entidade Beneficente sem fins lucrativos	6	5	7	9	850	745	918	994
POR ESFERA ADMINISTRATIVA								
Federal	3	3	3	4	341	405	413	347
Estadual	5	5	5	6	1.037	1.020	1.119	920
Municipal	2	2	2	2	344	344	354	297
Privada	33	33	34	37	3.346	3.551	3.573	3.221

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.3.18 Hospitais e Leitos Hospitalares Segundo Algumas Características 2015-2019 (*)

Características	Hospitais					Leitos				
	2015	2016	2017	2018	2019	2015	2016	2017	2018	2019
POR NATUREZA JURÍDICA										
Administração Pública	13	14	15	15	16	2.070	2.275	2.314	2.239	2.259
Entidades Empresariais	27	28	26	24	20	2.519	2.484	2.103	2.004	1.509
Entidades sem Fins Lucrativos	9	9	9	9	9	1.119	1.139	1.134	1.159	1.174
Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POR ESFERA JURÍDICA										
Administração Pública	13	14	15	15	16	2070	2275	2.314	2.239	2.259
Federal	4	4	5	5	3	436	436	496	496	377
Estadual ou Distrito Federal	7	8	8	8	9	1296	1414	1.393	1.313	1.562
Municipal	2	2	2	2	4	338	425	425	430	320
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entidades Empresariais	27	28	26	24	20	2519	2484	2.103	2.004	1.509
Emp. Púb. ou Soc. de Econ. Mista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Entidades Empresariais	27	28	26	24	20	2519	2484	2.103	2.004	1.509
Entidades sem Fins Lucrativos	9	9	9	9	9	1119	1139	1.134	1.159	1.174
Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

(*) A partir de 2015, "Natureza" e "Esfera Administrativa" estão disponíveis como "Natureza Jurídica" e "Esfera Jurídica".

3.3.19 Hospitais e Leitos Hospitalares Segundo Algumas Características 2020-2024 (*)

Características	Hospitais					Leitos				
	2020	2021	2022	2023	2024	2020	2021	2022	2023	2024
POR NATUREZA JURÍDICA										
Administração Pública	19	19	16	15	16	3.013	2.972	2.232	2.201	2.382
Entidades Empresariais	20	22	26	23	26	1.251	1.373	1.732	1.634	1.821
Entidades sem Fins Lucrativos	9	7	8	9	9	1.208	1.050	1.036	1.043	1.020
Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POR ESFERA JURÍDICA										
Administração Pública	19	19	16	15	16	3.013	2.972	2.232	2.201	2.382
Federal	5	5	3	2	2	503	439	176	116	116
Estadual ou Distrito Federal	9	9	8	8	9	2.124	2.134	1.685	1.669	1.833
Municipal	5	5	5	5	5	386	399	371	416	433
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entidades Empresariais	20	22	26	23	26	1.251	1.373	1.732	1.634	1.821
Emp. Púb. ou Soc. de Econ. Mista	-	-	2	2	2	-	-	253	253	265
Demais Entidades Empresariais	20	22	24	21	24	1.251	1.373	1.479	1.381	1.556
Entidades sem Fins Lucrativos	9	7	8	9	9	1.208	1.050	1.036	1.043	1.020
Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

(*)A partir de 2015, "Natureza" e "Esfera Administrativa" estão disponíveis como "Natureza Jurídica" e "Esfera Jurídica".

3.3.20 Internações 2000-2023

Ano	Internações segundo local de residência	Internações segundo local de internação
2000	93.427	115.602
2001	95.360	116.288
2002	93.245	115.699
2003	92.020	116.690
2004	89.293	116.387
2005	89.914	123.028
2006	89.045	122.592
2007	89.266	123.715
2008	86.588	117.233
2009	88.781	119.309
2010	84.094	115.989
2011	75.067	101.645
2012	75.180	103.479
2013	74.595	103.695
2014	71.300	102.028
2015	70.789	107.673
2016	70.379	110.029
2017	71.815	115.315
2018	71.277	112.895
2019	66.555	102.853
2020	62.975	99.195
2021	70.272	118.002
2022	69.698	118.948
2023	76.996	130.819
2024	80.439	132.214

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.3.21 Nascimento por Residência da Mãe, Segundo Sexo 2000-2013

Sexo	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Masculino	14.171	13.066	13.237	12.931	12.672	12.002	12.387	1.2430	12.451	12.011	11.435	11.246	10.968	11.205
Feminino	13.279	12.497	12.557	12.292	11.778	11.551	11.676	1.1620	11.552	11.188	10.672	10.726	10.400	10.669
Ignorado	1	-	1	-	4	4	8	4	3	4	8	9	3	4
TOTAL	27.451	25.563	25.795	25.223	24.454	23.557	24.071	24.054	24.006	23.203	22.115	21.981	21.371	21.878

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.3.22 Nascimento por Residência da Mãe, Segundo Sexo 2014-2023

Sexo	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Masculino	10.963	11.035	9.887	9.931	9.752	9.462	8.657	8.660	7.920	7.746
Feminino	10.563	10.213	9.359	9.475	9.585	9.119	8.302	8.153	7.940	7.399
Ignorado	4	2	4	3	11	6	7	3	5	1
TOTAL	21.530	21.250	19.250	19.409	19.348	18.587	16.966	16.816	15.865	15.146

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.3.23 Natalidade por Residência da Mãe, Segundo Peso ao Nascer 2000-2013

Peso	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Menos de 500g	5	1	-	3	2	4	15	8	3	24	18	22	38	59
500 a 999g	61	55	69	123	105	92	126	117	128	154	134	115	112	138
1.000 a 1.499g	186	166	166	206	194	197	178	204	206	176	151	171	182	159
1.500 a 2.499g	1.971	1.866	1.959	2.093	2.021	1.952	1.819	1.816	1.926	1.876	1.841	1.836	1.725	1.608
2.500 a 2.999g	6.453	6.189	6.369	6.485	6.359	6.109	6.007	6.130	5.974	6.225	6.012	6.040	5.784	5.860
3.000 a 3.999g	17.480	16.153	16.223	15.451	14.943	14.368	15.011	14.891	14.829	13.974	13.225	13.112	12.842	13.277
4.000 e mais	1.291	1.132	1.007	861	829	833	914	883	905	774	734	679	688	777
Ignorado	4	1	2	1	1	2	1	5	35	-	-	6	-	-
TOTAL	27.451	25.563	25.795	25.223	24.454	23.557	24.071	24.054	24.006	23.203	22.115	21.981	21.371	21.878

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.3.24 Natalidade por Residência da Mãe, Segundo Peso ao Nascer 2014-2023

Peso	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Menos de 500g	50	70	22	16	26	14	14	16	20	20
500 a 999g	167	125	107	111	102	97	101	101	86	97
1.000 a 1.499g	103	164	181	169	180	160	150	146	144	123
1.500 a 2.499g	1.652	1.652	1.431	1.478	1.443	1.443	1.329	1.337	1.314	1.268
2.500 a 2.999g	5.615	5.310	4.792	4.862	4.616	4.382	4.022	4.136	4.065	3.923
3.000 a 3.999g	13.183	13.081	11.909	11.972	12.118	11.615	10.554	10.305	9.636	9.138
4.000 e mais	760	848	808	800	862	876	796	775	600	577
Ignorado	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-
TOTAL	21.530	21.250	19.250	19.409	19.348	18.587	16.966	16.816	15.865	15.146

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.3.25 Nascimento por Faixa Etária e Residência da Mãe 2000-2013

Faixa Etária da Mãe	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
10 a 14 anos	269	232	234	226	187	190	242	214	229	211	219	177	201	190
15 a 19 anos	7.157	6.539	6.337	5.921	5.573	5.390	5.270	5.090	4.804	4.560	4.094	4.234	4.052	4.173
20 a 24 anos	9.659	9.184	9.258	8.919	8.736	7.999	8.014	7.913	7.528	7.261	6.782	6.392	6.093	6.102
25 a 29 anos	5.980	5.545	5.592	5.661	5.465	5.452	5.736	5.829	6.055	5.756	5.528	5.571	5.171	5.255
30 a 34 anos	2.978	2.727	2.985	3.001	2.985	3.032	3.159	3.308	3.594	3.533	3.594	3.597	3.789	3.952
35 a 39 anos	1.150	1.068	1.128	1.232	1.221	1.229	1.327	1.357	1.454	1.544	1.496	1.612	1.649	1.767
40 a 44 anos	228	245	245	249	267	244	308	327	310	326	377	371	395	417
45 a 49 anos	25	19	16	14	16	15	15	13	23	9	23	23	20	21
50 a 54 anos	1	-	-	-	1	-	-	3	8	2	1	4	1	1
55 a 59 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-
Idade Ignorada	4	-	-	-	3	6	-	-	-	-	1	-	-	-
TOTAL	27.451	25.559	25.795	25.223	24.454	23.557	24.071	24.054	24.006	23.203	22.115	21.981	21.371	21.878

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.3.26 Nascimento por Faixa Etária e Residência da Mãe 2014-2023

Faixa Etária da Mãe	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
10 a 14 anos	199	162	145	125	118	97	97	69	92	65
15 a 19 anos	4.055	3.840	3.336	3.031	2.935	2.761	2.416	2.360	1.938	1.849
20 a 24 anos	6.043	5.808	5.342	5.413	5.201	4.921	4.509	4.363	4.167	3.953
25 a 29 anos	5.013	5.040	4.465	4.508	4.535	4.455	4.144	4.110	3.968	3.780
30 a 34 anos	3.986	4.009	3.611	3.813	3.802	3.582	3.240	3.232	3.059	2.930
35 a 39 anos	1.799	1.929	1.906	2.050	2.214	2.201	1.976	2.033	2.032	1.928
40 a 44 anos	411	425	421	445	508	535	547	621	575	608
45 a 49 anos	20	33	23	24	32	32	35	25	33	31
50 a 54 anos	4	4	1	-	3	2	2	2	-	1
55 a 59 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
60 a 64 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Idade Ignorada	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-
TOTAL	21.530	21.250	19.250	19.409	19.348	18.587	16.966	16.816	15.865	15.146

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.3.27 Óbitos por Residência, Segundo o Sexo 2000-2013

Sexo	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Masculino	3.829	3.997	3.684	3.892	3.691	4.001	3.844	3.910	4.247	4.339	4.604	4.505	4.866	4.768
Feminino	3.174	3.402	2.973	3.083	3.109	3.104	3.037	3.164	3.393	3.415	3.325	3.529	3.955	3.837
Ignorado	3	7	3	2	2	2	7	2	4	5	13	6	5	10
TOTAL	7.006	7.406	6.660	6.977	6.802	7.107	6.888	7.076	7.644	7.759	7.942	8.040	8.826	8.615

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.3.28 Óbitos por Residência, Segundo o Sexo 2014-2023

Sexo	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Masculino	4.835	5.072	5.340	5.259	5.407	5.111	7.237	6.304	5.090	4.902
Feminino	3.822	4.058	4.068	4.046	4.215	4.217	5.767	5.585	4.649	4.454
Ignorado	3	3	13	4	11	7	5	1	3	3
TOTAL	8.660	9.133	9.421	9.309	9.633	9.335	13.009	11.890	9.742	9.359

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.3.29 Óbitos por Residência, Segundo Faixa Etária 2000-2013

Faixa Etária	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Menor de 1 ano	761	720	565	580	512	472	457	422	400	376	386	371	366	396
1 a 4 anos	112	115	106	86	73	89	61	58	71	62	53	44	72	44
5 a 9 anos	46	59	55	57	48	31	40	31	31	34	28	37	30	38
10 a 14 anos	68	57	65	47	56	48	52	50	54	52	57	52	65	48
15 a 19 anos	182	189	163	193	132	207	179	167	222	227	251	258	261	235
20 a 29 anos	420	423	419	414	394	482	485	490	596	580	681	545	648	606
30 a 39 anos	413	447	436	424	390	461	419	439	538	501	548	498	571	572
40 a 49 anos	618	610	603	591	589	592	628	589	655	629	671	634	703	663
50 a 59 anos	771	844	767	797	758	788	810	828	869	900	940	959	992	979
60 a 69 anos	1.054	1.147	959	1.070	1.092	1.038	983	1.092	1.136	1.145	1.147	1.218	1.314	1.340
70 a 79 anos	1.246	1.328	1.229	1.299	1.282	1.328	1.283	1.323	1.348	1.462	1.401	1.477	1.644	1.576
80 anos e mais	1.315	1.453	1.275	1.397	1.471	1.531	1.462	1.562	1.687	1.758	1.743	1.929	2.135	2.064
Ignorado	-	14	18	22	5	40	29	25	37	33	36	18	25	54
TOTAL	7.006	7.406	6.660	6.977	6.802	7.107	6.888	7.076	7.644	7.759	7.942	8.040	8.826	8.615

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.3.30 Óbitos por Residência, Segundo Faixa Etária 2014-2023

Faixa Etária	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Menor de 1 ano	331	318	283	263	282	288	267	261	235	235
1 a 4 anos	56	49	44	40	40	56	47	31	34	46
5 a 9 anos	37	34	24	24	30	24	18	24	18	29
10 a 14 anos	39	47	39	39	34	34	35	31	23	24
15 a 19 anos	244	248	267	211	203	158	128	88	94	80
20 a 29 anos	633	613	695	704	729	505	438	422	376	331
30 a 39 anos	583	560	635	614	603	554	588	545	439	443
40 a 49 anos	646	733	695	653	704	674	874	891	687	613
50 a 59 anos	978	1.043	1.133	1.052	1.028	1.040	1.471	1.490	1.006	1.057
60 a 69 anos	1.335	1.377	1.390	1.508	1.540	1.527	2.547	2.481	1.776	1.664
70 a 79 anos	1.590	1.709	1.755	1.677	1.831	1.901	2.955	2.612	2.080	2.077
80 anos e mais	2.157	2.345	2.410	2.463	2.554	2.561	3.634	3.012	2.969	2.753
Ignorado	31	57	51	61	55	13	7	2	5	7
TOTAL	8.660	9.133	9.421	9.309	9.633	9.335	13.009	11.890	9.742	9.359

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.3.31 Mortalidade Geral Segundo Principais Causas 2000-2013

Causas	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Sistema Nervoso	66	73	89	72	76	93	141	102	126	120	123	139	135	173
Aparelho Circulatório	1.882	1.821	1.589	1.675	1.621	1.620	1.639	1.743	1.766	1.849	1.904	1.988	2.103	2.062
Aparelho Respiratório	787	991	824	908	929	1.055	841	955	908	934	980	957	1.120	1.216
Aparelho Digestivo	291	373	337	353	285	330	361	316	380	373	378	386	435	504
TranstMentais e Comportamentais	8	18	18	20	15	15	22	-	29	29	23	22	20	30
Causas Exter Morbidade e Mortalidade	654	688	696	723	617	879	866	855	1.101	1.032	1.262	1.114	1.262	1.248
Gravidez, Parto e Puerpério	7	6	13	8	13	16	10	-	7	9	6	8	15	26
Aparelho Geniturinário	147	164	139	134	124	147	110	121	124	163	151	168	185	167
TOTAL	5.842	6.135	5.707	5.896	5.684	6.160	5.996	6.099	6.449	4.509	4.827	4.782	5.275	5.426

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.3.32 Mortalidade Geral Segundo Principais Causas 2014-2023

Causas	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Sistema Nervoso	141	221	220	227	237	260	350	297	333	340
Aparelho Circulatório	2.014	2.174	2.198	2.218	2.295	2.239	2.458	2.431	2.521	2.435
Aparelho Respiratório	1.182	1.279	1.335	1.234	1.371	1.428	2.613	1.224	1.399	1.357
Aparelho Digestivo	513	515	505	465	489	506	485	565	546	572
TranstMentais e Comportamentais	24	38	20	45	38	52	86	99	70	69
Causas Exter Morbidade e Mortalidade	1.268	1.245	1.512	1.470	1.515	1.045	862	787	771	778
Gravidez, Parto e Puerpério	17	14	12	20	16	14	18	19	11	6
Aparelho Geniturinário	235	215	291	276	329	295	348	366	380	396
TOTAL	5.394	5.701	6.093	5.955	6.290	5.839	7.220	5.788	6.031	5.953

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.4 EDUCAÇÃO

3.4.1 Estabelecimentos por Dependência Administrativa e Etapas de Ensino 2000-2012

Anos/Etapas	Estabelecimentos				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
2000					
Pré-Escolar	2	108	79	197	386
Ensino Fundamental	2	237	59	158	456
Ensino Médio	3	73	1	35	112
2001					
Pré-Escolar	2	128	84	217	431
Ensino Fundamental	2	237	62	161	462
Ensino Médio	3	73	1	-	77
2002					
Pré-Escolar	2	61	84	193	340
Ensino Fundamental	2	230	62	146	440
Ensino Médio	3	77	1	37	118
2003					
Pré-Escolar	1	11	81	96	189
Ensino Fundamental	2	229	61	88	380
Ensino Médio	2	76	1	32	111
2004					
Pré-Escolar	1	8	85	106	200
Ensino Fundamental	1	228	61	89	379
Ensino Médio	1	83	1	37	122
2005					
Pré-Escolar	2	5	87	147	241
Ensino Fundamental	2	223	61	103	389
Ensino Médio	2	81	1	37	121
2006					
Pré-Escolar	2	3	86	130	221
Ensino Fundamental	2	220	61	105	388
Ensino Médio	3	83	1	39	126
2007					
Pré-Escolar	2	-	88	106	196
Ensino Fundamental	2	215	61	100	378
Ensino Médio	3	84	1	38	126
2008					
Pré-Escolar	1	-	91	139	231
Ensino Fundamental	2	214	62	62	113
Ensino Médio	3	89	1	41	134
2009					
Pré-Escolar	1	-	116	157	274
Ensino Fundamental	2	214	79	162	457
Ensino Médio	3	91	1	42	137
2010					
Pré-Escolar	1	2	117	192	312
Ensino Fundamental	2	213	74	212	501
Ensino Médio	3	95	1	47	146
2011					
Pré-Escolar	1	4	118	172	295
Ensino Fundamental	2	211	71	190	474
Ensino Médio	3	93	1	46	143
2012					
Pré-Escolar	1	4	118	249	372
Ensino Fundamental	2	214	67	253	536
Ensino Médio	3	93	1	54	151

Fonte: MEC/INEP/SEDUC
Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.4.2 Estabelecimentos por Dependência Administrativa e Etapas de Ensino 2013-2023

Anos/Etapas	Estabelecimentos				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
2013					
Pré-Escolar	1	4	124	245	374
Ensino Fundamental	2	213	70	265	550
Ensino Médio	3	94	1	59	157
2014					
Pré-Escolar	1	3	122	243	369
Ensino Fundamental	2	212	69	268	551
Ensino Médio	3	94	1	64	162
2015					
Pré-Escolar	1	3	127	218	349
Ensino Fundamental	2	209	71	245	527
Ensino Médio	3	98	1	66	168
2016					
Pré-Escolar	1	-	136	230	367
Ensino Fundamental	3	208	73	264	548
Ensino Médio	3	97	1	70	171
2017					
Pré-Escolar	1	-	109	248	358
Ensino Fundamental	3	200	75	260	538
Ensino Médio	3	97	1	70	171
2018					
Pré-Escolar	1	-	108	248	357
Ensino Fundamental	3	199	76	266	544
Ensino Médio	3	96	1	71	171
2019					
Pré-Escolar	1	-	107	261	369
Ensino Fundamental	3	196	77	279	555
Ensino Médio	3	95	1	76	175
2020					
Pré-Escolar	1	-	110	254	365
Ensino Fundamental	3	195	80	268	546
Ensino Médio	4	98	1	76	179
2021					
Pré-Escolar	1	-	109	249	359
Ensino Fundamental	3	191	80	266	540
Ensino Médio	4	94	1	75	174
2022					
Pré-Escolar	1	1	111	232	345
Ensino Fundamental	3	190	80	248	521
Ensino Médio	4	94	1	76	175
2023					
Pré-Escolar	1	1	110	234	346
Ensino Fundamental	3	189	80	253	525
Ensino Médio	4	93	1	75	173

Fonte: MEC/INEP/SEDUC
Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.4.3 Bibliotecas por Dependência Administrativa e Etapas de Ensino 2000-2015

Anos/Etapas	Bibliotecas				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
2000					
Ensino Fundamental	2	114	30	97	243
Ensino Médio	3	60	1	31	95
2001					
Ensino Fundamental	2	90	5	87	184
Ensino Médio	4	49	1	31	85
2002					
Ensino Fundamental	2	85	8	80	175
Ensino Médio	4	57	1	26	88
2003					
Ensino Fundamental	2	95	6	53	156
Ensino Médio	2	59	1	26	88
2004					
Ensino Fundamental	1	79	2	50	132
Ensino Médio	1	57	1	27	86
2005					
Ensino Fundamental	2	86	8	65	161
Ensino Médio	2	58	1	31	92
2006					
Ensino Fundamental	2	85	10	67	164
Ensino Médio	3	62	1	31	97
2007					
Ensino Fundamental	2	125	50	67	244
Ensino Médio	3	73	1	30	107
2008					
Ensino Fundamental	2	142	51	88	283
Ensino Médio	3	81	1	35	120
2009					
Ensino Fundamental	2	133	8	99	242
Ensino Médio	3	80	-	31	114
2010					
Ensino Fundamental	2	128	7	117	254
Ensino Médio	3	83	-	33	119
2011					
Ensino Fundamental	2	125	19	101	247
Ensino Médio	3	82	1	34	120
2012					
Ensino Fundamental	2	117	5	123	247
Ensino Médio	3	80	-	39	122
2013					
Ensino Fundamental	2	116	7	129	254
Ensino Médio	3	82	-	43	128
2014					
Ensino Fundamental	2	119	56	141	318
Ensino Médio	5	84	1	62	152
2015					
Ensino Fundamental	2	116	59	140	317
Ensino Médio	3	84	1	50	138

Fonte: MEC/INEP/SEDUC

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.4.4 Bibliotecas por Dependência Administrativa e Etapas de Ensino 2016-2023

Anos/Graus	Bibliotecas				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
2016					
Ensino Fundamental	3	109	60	167	339
Ensino Médio	3	80	1	56	140
2017					
Ensino Fundamental	3	98	61	174	336
Ensino Médio	3	79	1	58	141
2018					
Ensino Fundamental	3	98	63	181	345
Ensino Médio	3	80	1	61	145
2019					
Ensino Fundamental	3	101	70	191	365
Ensino Médio	3	79	1	66	149
2020					
Ensino Fundamental	3	106	69	186	364
Ensino Médio	4	84	1	66	155
2021					
Ensino Fundamental	3	105	73	184	365
Ensino Médio	4	80	1	65	150
2022					
Ensino Fundamental	3	106	74	172	355
Ensino Médio	4	82	-	63	149
2023					
Ensino Fundamental	3	105	74	172	354
Ensino Médio	4	79	1	61	145

Fonte: MEC/INEP/SEDUC
Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.4.5 Laboratórios de Informática por Dependência Administrativa e Etapas de Ensino 2000-2015

Anos/Etapas	Laboratórios de Informática				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
2000					
Ensino Fundamental	2	20	25	64	111
Ensino Médio	3	19	1	22	45
2001					
Ensino Fundamental	2	25	25	64	116
Ensino Médio	4	20	1	24	49
2002					
Ensino Fundamental	2	31	25	69	127
Ensino Médio	4	30	1	26	61
2003					
Ensino Fundamental	2	37	24	41	104
Ensino Médio	2	36	1	22	61
2004					
Ensino Fundamental	1	36	47	50	134
Ensino Médio	1	32	1	25	59
2005					
Ensino Fundamental	2	40	24	54	120
Ensino Médio	2	37	1	28	68
2006					
Ensino Fundamental	2	49	25	59	135
Ensino Médio	3	48	1	30	82
2007					
Ensino Fundamental	2	47	45	53	147
Ensino Médio	3	49	1	29	82
2008					
Ensino Fundamental	2	71	48	78	199
Ensino Médio	3	69	1	36	109
2009					
Ensino Fundamental	2	78	56	90	226
Ensino Médio	3	72	1	33	109
2010					
Ensino Fundamental	2	85	57	100	244
Ensino Médio	3	76	1	36	116
2011					
Ensino Fundamental	2	96	56	101	255
Ensino Médio	3	83	1	37	124
2012					
Ensino Fundamental	5	126	1	117	249
Ensino Médio	2	87	-	40	129
2013					
Ensino Fundamental	2	111	48	110	271
Ensino Médio	3	89	1	40	133
2014					
Ensino Fundamental	2	111	57	117	287
Ensino Médio	5	88	1	55	149
2015					
Ensino Fundamental	2	110	60	114	286
Ensino Médio	3	89	1	44	137

Fonte: MEC/INEP/SEDUC

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.4.6 Laboratórios de Informática por Dependência Administrativa e Etapas de Ensino 2016-2023

Anos/Etapas	Laboratórios de Informática				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
2016					
Ensino Fundamental	2	98	60	118	278
Ensino Médio	3	77	1	46	127
2017					
Ensino Fundamental	3	77	60	120	260
Ensino Médio	3	61	1	44	109
2018					
Ensino Fundamental	3	74	61	119	257
Ensino Médio	3	62	1	43	109
2019					
Ensino Fundamental	3	76	60	121	260
Ensino Médio	3	62	1	49	115
2020					
Ensino Fundamental	3	76	58	114	251
Ensino Médio	4	65	1	45	115
2021					
Ensino Fundamental	3	80	56	121	260
Ensino Médio	4	66	1	48	119
2022					
Ensino Fundamental	3	75	64	110	252
Ensino Médio	4	66	1	44	115
2023					
Ensino Fundamental	3	77	62	102	244
Ensino Médio	4	66	1	45	116

Fonte: MEC/INEP/SEDUC
Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.4.7 Matrícula por Dependência Administrativa e Etapas de Ensino 2000-2012

Anos/Etapas	Matrícula				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
2000					
Pré-Escolar	366	10.006	7.281	11.723	29.376
Ensino Fundamental	3.688	161.069	44.397	31.965	241.119
Ensino Médio	4.586	80.589	67	14.044	99.286
2001					
Pré-Escolar	329	12.726	7.734	14.530	35.319
Ensino Fundamental	3.657	154.009	46.619	32.411	236.696
Ensino Médio	4.883	84.373	76	15.499	104.831
2002					
Pré-Escolar	255	4.653	8.886	13.282	27.076
Ensino Fundamental	3.426	152.208	48.226	29.175	233.035
Ensino Médio	4.609	83.654	125	15.557	103.945
2003					
Pré-Escolar	267	1.044	8.909	7.133	17.353
Ensino Fundamental	3.323	145.511	47.547	25.677	222.058
Ensino Médio	3.877	80.230	170	15.193	99.470
2004					
Pré-Escolar	228	915	10.012	9.807	20.962
Ensino Fundamental	1.907	139.896	48.548	26.534	216.885
Ensino Médio	535	79.749	171	16.526	96.981
2005					
Pré-Escolar	222	581	10.210	15.842	26.855
Ensino Fundamental	2.738	136.593	47.427	30.351	217.109
Ensino Médio	1.066	79.788	183	15.298	96.335
2006					
Pré-Escolar	183	209	10.475	14.764	25.631
Ensino Fundamental	2.435	136.544	46.261	32.178	217.418
Ensino Médio	2.242	78.319	204	16.940	97.705
2007					
Pré-Escolar	163	-	11.783	9.361	21.307
Ensino Fundamental	2.147	136.538	47.426	26.763	212.874
Ensino Médio	1.132	74.208	198	12.925	88.463
2008					
Pré-Escolar	118	-	12.130	11.256	23.504
Ensino Fundamental	2.117	122.389	47.734	33.215	205.455
Ensino Médio	988	62.425	287	12.785	76.485
2009					
Pré-Escolar	114	-	13.886	9.544	23.544
Ensino Fundamental	1.979	118.560	48.180	38.338	207.057
Ensino Médio	2.194	60.452	246	12.561	75.453
2010					
Pré-Escolar	110	212	13.520	10.696	24.538
Ensino Fundamental	2.129	113.516	45.911	43.320	204.876
Ensino Médio	2.328	57.257	167	14.237	73.989
2011					
Pré-Escolar	83	323	12.916	9.825	23.147
Ensino Fundamental	1.993	105.421	44.998	44.827	197.239
Ensino Médio	2.135	53.898	159	15.491	71.683
2012					
Pré-Escolar	85	377	13.687	12.097	26.246
Ensino Fundamental	1.978	99.933	44.345	51.495	197.751
Ensino Médio	1.998	49.603	119	16.644	68.364

Fonte: MEC/INEP/SEDUC

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.4.8 Matrícula por Dependência Administrativa e Etapas de Ensino 2013-2023

Anos/Etapas	Matrícula				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
2013					
Pré-Escolar	88	463	17.898	14.474	32.923
Ensino Fundamental	1.952	95.320	43.365	53.597	194.234
Ensino Médio	1.388	47.607	118	16.563	65.676
2014					
Pré-Escolar	88	312	14.813	11.890	27.103
Ensino Fundamental	1.888	91.446	42.784	54.900	191.018
Ensino Médio	2.026	46.008	146	16.484	64.664
2015					
Pré-Escolar	77	277	14.740	10.388	25.482
Ensino Fundamental	1.838	89.527	41.506	53.170	186.041
Ensino Médio	1.973	45.157	122	15.854	63.106
2016					
Pré-Escolar	70	-	14.891	9.958	24.919
Ensino Fundamental	1.882	87.428	41.548	54.469	185.327
Ensino Médio	1.975	45.344	131	15.710	63.160
2017					
Pré-Escolar	69	-	13.088	11.870	25.027
Ensino Fundamental	1.783	81.868	41.966	51.786	177.403
Ensino Médio	2.072	46.207	155	14.997	63.431
2018					
Pré-Escolar	70	-	13.270	11.927	25.267
Ensino Fundamental	1.772	81.505	42.348	50.695	176.320
Ensino Médio	2.162	46.192	124	13.888	62.366
2019					
Pré-Escolar	69	-	13.044	11.652	24.765
Ensino Fundamental	1.921	77.585	42.846	50.365	172.717
Ensino Médio	2.117	45.912	100	13.636	61.765
2020					
Pré-Escolar	48	-	12.938	10.892	23.878
Ensino Fundamental	1.864	74.324	46.257	48.358	170.803
Ensino Médio	2.286	43.163	42	12.922	58.413
2021					
Pré-Escolar	27	-	11.659	9.060	20.746
Ensino Fundamental	1.753	72.572	46.179	44.543	165.047
Ensino Médio	2.248	46.937	75	12.808	62.068
2022					
Pré-Escolar	64	111	11.309	10.275	21.759
Ensino Fundamental	1.869	70.401	42.934	44.249	159.453
Ensino Médio	2.358	41.838	110	12.707	57.013
2023					
Pré-Escolar	68	246	11.356	10.885	22.555
Ensino Fundamental	1.965	66.052	42.578	44.380	154.975
Ensino Médio	2.298	35.791	140	12.010	50.239

Fonte: MEC/INEP/SEDUC
Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.4.9 Funções Docentes por Dependência Administrativa e Etapas de Ensino 2000-2010

Anos/Etapas	Funções Docentes				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
2000					
Pré-Escolar	20	341	333	641	1.335
Ensino Fundamental	214	5.102	1.723	1.919	8.958
Ensino Médio	470	2.753	16	965	4.204
2001					
Pré-Escolar	25	431	378	731	1.565
Ensino Fundamental	219	5.125	1.795	1.907	9.046
Ensino Médio	510	2.953	16	959	4.438
2002					
Pré-Escolar	25	166	404	662	1.257
Ensino Fundamental	229	5.140	1.891	1.793	9.053
Ensino Médio	612	3.055	18	1.029	4.714
2003					
Pré-Escolar	17	35	408	363	823
Ensino Fundamental	292	5.055	1.925	1.407	8.679
Ensino Médio	382	3.126	18	959	4.485
2004					
Pré-Escolar	29	31	459	501	1.020
Ensino Fundamental	95	4.961	1.968	1.472	8.496
Ensino Médio	54	3.103	10	1.058	4.225
2005					
Pré-Escolar	20	11	451	718	1200
Ensino Fundamental	185	4.872	1.796	1.729	8.582
Ensino Médio	116	3.186	10	1.059	4.371
2006					
Pré-Escolar	18	5	443	657	1.123
Ensino Fundamental	188	4.916	1.631	1.650	8.385
Ensino Médio	392	3.230	19	1.201	4.842
2007					
Pré-Escolar	8	-	485	470	963
Ensino Fundamental	112	3.823	1.392	1.236	6.563
Ensino Médio	242	2.499	18	611	3.370
2008					
Pré-Escolar	11	-	484	542	1.037
Ensino Fundamental	138	4.088	1.485	1.599	7.310
Ensino Médio	313	2.649	27	724	3.713
2009					
Pré-Escolar	9	-	539	540	1.088
Ensino Fundamental	137	3.704	1.548	1.836	7.225
Ensino Médio	253	2.169	30	604	3.056
2010					
Pré-Escolar					
Ensino Fundamental	159	3.780	1.459	2.198	7.596
Ensino Médio	297	2.628	22	771	3.718

Fonte: MEC/INEP/SEDUC

Nota: Dados não mais fornecidos a partir de 2011

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.4.10 Número de Docentes por Etapas de Ensino e Dependência Administrativa 2010-2023

Anos/Etapas	Docentes				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
2010					
Pré-Escolar	10	31	464	687	1.185
Ensino Fundamental	159	3.813	1.461	2.245	7.226
Ensino Médio	297	2.631	22	771	3.498
2011					
Pré-Escolar	8	39	471	641	1.155
Ensino Fundamental	148	3.736	1.428	2.386	7.265
Ensino Médio	284	2.634	22	799	3.538
2012					
Pré-Escolar	10	28	470	784	1.291
Ensino Fundamental	171	3.722	1.478	2.793	7.719
Ensino Médio	314	2.665	23	871	3.659
2013					
Pré-Escolar	10	28	530	771	1.335
Ensino Fundamental	158	3.655	1.577	2.979	7.897
Ensino Médio	253	2.677	21	968	3.704
2014					
Pré-Escolar	11	25	554	801	1.390
Ensino Fundamental	154	3.462	1.562	3.053	7.805
Ensino Médio	319	2.536	24	1.002	3.676
2015					
Pré-Escolar	11	26	565	697	1.296
Ensino Fundamental	152	3.479	1.520	2.979	7.719
Ensino Médio	331	2.580	28	1.040	3.774
2016					
Pré-Escolar	9	-	618	723	1.344
Ensino Fundamental	157	3.358	1.571	3.195	7.881
Ensino Médio	311	2.467	28	1.035	3.654
2017					
Pré-Escolar	10	-	494	790	1.291
Ensino Fundamental	161	3.039	1.497	3.177	7.546
Ensino Médio	318	2.358	26	1.039	3.581
2018					
Pré-Escolar	11	-	508	828	1.342
Ensino Fundamental	174	3.007	1.483	3.289	7.610
Ensino Médio	343	2.333	22	1.074	3.609
2019					
Pré-Escolar	9	-	525	849	1.379
Ensino Fundamental	167	2.931	1.518	3.414	7.683
Ensino Médio	347	2.308	19	1.103	3.601
2020					
Pré-Escolar	8	-	477	833	1.315
Ensino Fundamental	160	2.880	1.503	3.402	7.621
Ensino Médio	373	2.249	17	1.078	3.548
2021					
Pré-Escolar	5	-	445	746	1.192
Ensino Fundamental	151	2.786	1.434	3.322	7.366
Ensino Médio	341	2.296	18	1.082	3.575
2022					
Pré-Escolar	5	7	463	744	1.217
Ensino Fundamental	172	2.751	1.534	3.152	7.301
Ensino Médio	399	2.228	17	1.118	3.618
2023					
Pré-Escolar	10	13	455	770	1.246
Ensino Fundamental	179	2.349	1.532	3.257	7.065
Ensino Médio	390	1.941	23	1.174	3.399

Fonte: INEP-Censo da Educação Básica

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

Notas: 1-Os docentes são contados somente uma vez em cada Etapa de Ensino/Pendência Administrativa, independente de atuarem em mais de uma delas.

2-Inclui os docentes de turmas unificadas de Ensino Regular e/ou Especial

3.4.11 Taxas de Rendimento Escolar 2000-2013

Anos	Ensino Fundamental				Ensino Médio			
	Dependência Administrativa				Dependência Administrativa			
	Federal	Estadual	Municipal	Privado	Federal	Estadual	Municipal	Privado
2000								
Aprovação	91,2	63,2	78,5	88,5	71,0	63,5	62,9	83,3
Reprovação	8,2	16,2	10,8	3,2	14,7	10,7	19,4	7,4
Abandono	0,6	20,6	10,7	8,3	14,3	25,8	17,7	9,3
2001								
Aprovação	90,4	70,3	82,4	94,5	61,8	61,8	68,2	89,4
Reprovação	9,1	17,1	9,5	3,3	10,3	10,3	9,1	4,1
Abandono	0,5	12,6	8,1	2,2	27,9	27,9	22,7	6,5
2002								
Aprovação	91,7	72,0	81,3	96,8	74,3	63,3	65,7	92,8
Reprovação	6,4	16,9	9,3	2,3	18,2	9,6	9,8	4,1
Abandono	1,9	11,1	9,4	0,9	7,5	27,1	24,5	3,1
2003								
Aprovação	91,0	71,6	81,4	96,6	68,9	64,7	59,4	94,5
Reprovação	9,0	17,5	10,6	2,5	31,1	10,5	11,1	3,8
Abandono	-	10,9	8,0	0,9	-	24,8	29,5	1,7
2004								
Aprovação	85,9	69,9	76,2	95,9	78,6	61,4	69,9	91,3
Reprovação	13,4	19,2	15,1	3,3	21,4	11,2	8,4	5,9
Abandono	0,7	10,9	8,7	0,8	-	27,4	21,7	2,8
2005								
Aprovação	89,2	70,8	75,5	96,3	78,9	60,6	60,7	91,0
Reprovação	10,2	19,9	15,6	3,4	17,4	12,3	24,3	7,8
Abandono	0,3	9,3	8,9	0,3	3,7	27,1	15,0	1,2
2007								
Aprovação	91,5	68,3	77,9	96,5	78,8	56,2	66,5	94,3
Reprovação	8,2	22,6	15,7	3,2	14,0	18,8	12,2	5,2
Abandono	0,3	9,1	6,4	0,3	7,2	25,0	21,3	0,5
2008								
Aprovação	91,8	70,5	78,7	96,7	81,4	56,9	47,6	96,6
Reprovação	8,0	20,6	15,7	3,1	14,0	17,2	30,9	3,0
Abandono	0,2	8,9	5,6	0,2	4,6	25,9	21,5	0,4
2009								
Aprovação	94,2	75,0	80,5	96,8	82,5	58,3	58,1	95,2
Reprovação	5,6	16,9	14,4	2,8	12,8	17,3	26,6	4,5
Abandono	0,2	8,1	5,1	0,4	4,7	24,4	15,3	0,3
2010								
Aprovação	91,1	74,7	83,2	96,4	72,8	57,2	62,0	95,6
Reprovação	8,8	18,0	11,5	3,2	22,1	19,6	28,2	4,0
Abandono	0,1	7,3	5,3	0,4	5,1	23,2	9,8	0,4
2011								
Aprovação	90,4	77,0	86,7	96,1	78,4	60,2	32,9	94,9
Reprovação	9,4	17,1	9,0	3,6	16,9	19,9	62,5	4,8
Abandono	0,2	5,9	4,3	0,3	4,7	19,9	4,6	0,3
2012								
Aprovação	89,5	75,3	88,1	96,3	77,6	61,9	67,9	95,5
Reprovação	10,4	18,8	9,1	3,2	20,9	21,1	22,3	4,1
Abandono	0,1	5,9	2,8	0,5	1,5	17,0	9,8	0,4
2013								
Aprovação	89,3	74,5	85,8	96,1	88,3	61,6	56,5	95,5
Reprovação	10,6	19,5	10,9	3,5	9,5	21,9	43,5	3,8
Abandono	0,1	6,0	3,3	0,4	2,2	16,5	-	0,7

Fonte: MEC/INEP/SEDUC
Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.4.12 Taxas de Rendimento Escolar 2014-2023

Anos	Ensino Fundamental				Ensino Médio			
	Dependência Administrativa				Dependência Administrativa			
	Federal	Estadual	Municipal	Privado	Federal	Estadual	Municipal	Privado
2014								
Aprovação	89,6	74,3	86,9	96,4	67,4	64,8	46,9	95,6
Reprovação	10,1	19,6	10,2	3,3	23,4	18,7	51,0	3,9
Abandono	0,3	6,1	2,9	0,3	9,2	16,5	2,1	0,5
2015								
Aprovação	92,9	76,5	87,3	96,6	83,8	67,3	79,0	96,0
Reprovação	7,1	16,6	10,2	3,0	12,0	15,5	20,2	3,7
Abandono	-	6,9	2,5	0,4	4,2	17,2	0,8	0,3
2016								
Aprovação	91,8	78,4	90,6	97,3	87,8	69,2	70,0	96,6
Reprovação	8,2	16,1	7,3	2,3	9,1	17,6	24,6	3,2
Abandono	-	5,5	2,1	0,4	3,1	13,2	5,4	0,2
2017								
Aprovação	91,6	80,8	90,9	97,6	88,5	70,5	56,0	96,5
Reprovação	8,4	15,0	7,3	2,1	10,5	17,7	37,3	3,2
Abandono	-	4,2	1,8	0,3	1,0	11,8	6,7	0,3
2018								
Aprovação	93,2	84,4	91,6	98,1	86,4	74,4	83,9	97,5
Reprovação	6,6	11,6	7,0	1,6	11,8	13,4	13,6	2,2
Abandono	0,2	4,0	1,4	0,3	1,8	12,2	2,5	0,3
2019								
Aprovação	94,8	86,3	93,2	98,2	95,4	73,5	60,0	96,9
Reprovação	5,0	11,2	5,7	1,5	3,7	17,2	35,8	2,8
Abandono	0,2	2,5	1,1	0,3	0,9	9,3	4,2	0,3
2020								
Aprovação	99,9	99,8	99,6	94,0	99,0	99,7	97,6	98,1
Reprovação	0,1	0,1	-	0,6	0,2	0,0	0,0	0,6
Abandono	0,0	0,1	0,4	5,4	0,8	0,3	2,4	1,3
2021								
Aprovação	99,9	87,3	96,6	98,8	93,7	70,3	97,3	99,2
Reprovação	0,1	8,2	0,2	0,8	3,7	16,1	0,0	0,6
Abandono	0,0	4,5	3,2	0,4	2,6	13,6	2,7	0,2
2022								
Aprovação	98,7	86,9	93,0	98,7	89,4	77,2	80,6	98,3
Reprovação	1,2	10,8	5,0	1,2	10,5	14,1	13,0	1,4
Abandono	0,1	2,3	2,0	0,1	0,1	8,7	6,4	0,3
2023								
Aprovação	97,3	99,5	98,7	98,9	89,9	99,3	100,0	98,6
Reprovação	2,6	0,3	0,0	0,9	9,6	0,5	0,0	1,2
Abandono	0,1	0,2	1,3	0,2	0,5	0,2	0,0	0,2

Fonte: MEC/INEP/SEDUC
Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.5 MERCADO DE TRABALHO

3.5.1 Número de Estabelecimentos com Vínculos Empregatícios Segundo Setor de Atividade Econômica do Cadastro RAIS 2003-2013

SETOR DE ATIVIDADE	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Extrativa Mineral	6	5	7	8	13	10	13	12	13	12	15
Indústria Transformação	711	722	716	796	791	842	855	831	897	993	997
Serv. Ind. Utilida. Pública	22	23	25	28	29	29	33	32	30	22	26
Construção Civil	554	580	567	643	599	701	747	828	861	922	987
Comércio	5.099	5.291	5.537	5.662	5.782	6.061	6.231	6.513	6.714	7.008	7.156
Serviços	5.350	5.485	5.594	5.716	5.866	6.189	6.469	6.839	7.042	7.439	7.735
Administração Pública	134	138	138	130	146	158	143	149	153	142	138
Agropecuária	221	213	212	197	193	211	201	196	188	175	160
Outros/Ignorados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	12.097	12.457	12.796	13.180	13.419	14.201	14.692	15.400	15.898	16.713	17.214

Fonte: MTE/RAIS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.5.2 Número de Estabelecimentos com Vínculos Empregatícios Segundo Setor de Atividade Econômica do Cadastro RAIS 2014-2023

SETOR DE ATIVIDADE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Extrativa Mineral	14	16	10	8	7	5	3	5	4	5
Indústria de Transformação	1.021	993	981	942	912	836	796	802	1.045	1.076
Serviços Indust Utilid. Pública	24	24	26	20	24	21	27	30	34	36
Construção Civil	1.121	1.091	965	904	921	850	869	907	1.020	1.155
Comércio	7.302	7.301	7.167	7.088	6.827	6.408	6.294	6.416	7.603	7.897
Serviços	7.999	8.198	8.256	8.374	8.362	8.031	8.087	8.362	9.808	10.354
Administração Pública	141	144	140	140	143	135	140	139	124	120
Agropecuária, Ext.Veg.,Caça	165	149	146	149	138	125	118	120	110	107
Outros / Ignorados	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-
TOTAL	17.787	17.916	17.691	17.625	17.334	16.411	16.334	16.781	19.857	20.750

Fonte: MTE/RAIS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.5.3 Vínculos Empregatícios Segundo Setor de Atividade Econômica 2003-2013

SETOR DE ATIVIDADE	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Extrativa Mineral	48	58	57	88	162	130	193	212	230	235	290
Indústria Transformação	14.997	15.569	16.733	16.931	17.392	16.655	16.030	16.988	15.897	16.344	16.674
Serv. Ind. Utilida. Pública	3.445	3.416	2.194	3.277	3.138	4.526	5.324	4.635	4.326	4.252	4.679
Construção Civil	10.772	11.498	11.674	12.682	12.122	16.301	17.867	21.394	25.904	26.160	31.102
Comércio	43.861	50.341	51.904	55.389	59.975	62.549	65.559	71.657	73.180	79.506	78.262
Serviços	86.002	89.420	92.382	103.726	108.424	118.531	118.734	132.238	144.964	157.094	157.916
Administração Pública	114.602	113.720	117.426	120.931	127.841	136.461	131.937	142.073	152.611	121.932	144.204
Agropecuária	2.198	2.508	2.613	2.577	2.737	2.724	2.001	1.971	2.911	4.419	6.374
Outros/Ignorados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	275.925	286.530	294.983	315.601	331.791	357.877	357.645	391.168	420.023	409.942	439.501

Fonte: MTE/RAIS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.5.4 Vínculos Empregatícios Segundo Setor de Atividade Econômica 2014-2023

SETOR DE ATIVIDADE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 ^(*)	2023
Extrativa Mineral	170	157	94	80	72	54	49	47	55	171
Indústria de Transformação	17.317	16.628	14.488	13.870	13.050	10.951	11.690	12.569	14.028	14.534
Serv. Indust Utilid. Pública	5.097	4.862	4.618	4.303	4.434	4.099	4.359	4.256	4.568	4.400
Construção Civil	25.685	23.532	20.344	20.325	20.440	18.948	19.564	19.296	15.580	20.489
Comércio	77.037	74.478	71.807	66.602	65.057	63.487	64.874	67.902	69.903	71.370
Serviços	159.983	157.145	157.922	160.548	169.268	165.166	158.021	160.707	189.484	197.217
Administração Pública	137.376	138.837	137.570	131.179	135.766	132.891	139.038	138.758	134.773	111.148
Agropecuária	1.231	1.360	1.210	1.316	1.190	1.103	1.119	1.183	891	877
Outros / Ignorados	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-
TOTAL	423.896	416.999	408.053	398.223	409.277	396.699	398.714	404.718	433.899	420.206

Fonte: MTE/RAIS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

*Para o ano de 2022, o total é a soma das categorias do setor econômico mais a categoria "nã class", que constou apenas nesse ano.

3.5.5 Indicadores de População de 10 Anos ou Mais de Idade, Economicamente Ativa e Ocupada 1991/2000/2010

Indicadores	1991	2000	2010
População Residente de 10 anos ou mais	970.133	1.039.895	1.188.026
População Economicamente Ativa – PEA	460.540	568.521	663.589
População Ocupada – POC	421.813	460.540	595.399
Taxa de Atividade	47,47	54,67	55,86
Taxa de Desocupação	8,41	18,96	5,74

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000/2010

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.5.6 Distribuição da POC por Classe de Rendimento Nominal Mensal de Todos os Trabalhos em Salário Mínimo(1) 2000/2010

Classe de Rendimentos	2000		2010	
	POC	%	POC	%
Total da POC	460.540	-	595.399	-
Até 1	118.221	25,67	239.435	40,21
Mais de 1 a 2	134.290	29,16	167.871	28,19
Mais de 2 a 3	55.985	12,16	55.307	9,29
Mais de 3 a 5	54.002	11,73	48.596	8,16
Mais de 5 a 10	49.586	10,77	43.693	7,34
Mais de 10 a 20	24.307	5,28	18.114	3,04
Mais de 20	13.507	2,93	8.640	1,45
Sem rendimento ⁽²⁾	10.641	2,31	13.743	2,31

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

(1) Salário-mínimo utilizado no ano 2000: R\$ 151,00 e em 2010: R\$ 510,00. Inclusive as pessoas que receberam somente em benefício.

3.5.7 Distribuição da POC por Posição na Ocupação e a Categoria no Trabalho Principal 1991/2000/2010

Posição na Ocupação no Trabalho	1991		2000		2010	
	POC	%	POC	%	POC	%
Total POC	-	-	460.540		595.399	-
Empregados	290.796	68,94	318.972	69,26	419.442	70,45
Com carteira de trabalho assinada ⁽¹⁾	-	-	154.048	48,30	238.515	56,86
Militares e funcionários públicos estatutários	-	-	42.480	13,22	52.512	12,52
Outros sem carteira de trabalho assinada ⁽²⁾	-	-	122.443	38,39	128.414	30,62
Empregadores	13.802	3,27	10.022	2,18	9.211	1,55
Conta própria	-	-	124.092	26,94	156.422	26,27
Não remunerados em ajuda a membro do domicílio	2.203	0,52	6.402	1,39	8.966	1,51
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	-	-	1.053	0,213	1.358	0,23

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000/2010

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

(1) Inclusive os trabalhadores domésticos

(2) Inclusive os aprendizes ou estagiários sem remuneração

3.5.8 Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, Ocupadas na Semana de Referência, por Seção de Atividade do Trabalho Principal 1991/2000/2010

Seção	1991		2000		2010	
	Pop. de 10 anos ou mais	%	Pop. de 10 anos ou mais	%	Pop. de 10 anos ou mais	%
Agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca	11.563	2,74	7.522	1,63	9.953	1,67
Indústria extrativa, indústria de transformação e distribuição de eletricidade, gás e água	39.515	9,37	45.223	9,82	39.569	6,65
Construção	33.339	7,90	31.172	6,77	44.064	7,40
Comércio reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos.	-	-	112.278	24,38	146.331	24,58
Alojamento e alimentação	-	-	30.227	6,56	25.959	4,36
Transporte, armazenagem e comunicação	26.020	6,17	29.906	6,49	37.508	6,30
Intermediação financeira e atividade imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	-	-	41.013	8,91	9.900	1,66
Administração pública, defesa e seguridade social	35.543	8,43	37.978	8,25	47.489	7,98
Educação	-	-	29.643	6,44	36.553	6,14
Saúde e serviços sociais	-	-	19.737	4,29	27.225	4,57
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	-	-	21.521	4,67	23.071	3,87
Serviços domésticos	-	-	47.897	10,40	50.840	8,54
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	20	0,05	25	0,00
Atividades mal definidas	-	-	6.404	1,39	42.298	7,10

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000/2010
Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.6 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

3.6.1 Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM 1970/1980/1991/2000

IDHM	Anos			
	1970	1980	1991	2000
IDH – M	0,547	0,749	0,796	0,806
IDH – M Longevidade	0,465	0,572	0,669	0,758
IDH – M Educação	0,680	0,731	0,771	0,928
IDH – M Renda	0,498	0,945	0,949	0,732

Fonte: PNUD/IPEA/FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.6.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) 1991/2000/2010 – Nova Metodologia

IDHM	Anos		
	1991	2000	2010
IDH – M	0,562	0,644	0,746
IDH – M Longevidade	0,71	0,758	0,822
IDH – M Educação	0,371	0,504	0,673
IDH – M Renda	0,674	0,7	0,751

Fonte: PNUD / IPEA / FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.7 SEGURANÇA PÚBLICA

3.7.1 Taxa de Homicídio Total (100 mil habitantes), Taxa de Homicídio de Jovens de 15 a 29 anos (100.000 jovens) e Taxa de Mortes por Acidente de Trânsito (100 mil habitantes) 2011-2023

Anos	Taxa de Homicídio Total (100 mil habitantes)	Taxa de Homicídio de Jovens de 15 a 29 anos (100.000 jovens)	Taxa de Mortes por Acidente de Trânsito (100 mil habitantes)
2011	48,64	115,20	13,77
2012	55,30	130,48	14,89
2013	58,84	134,27	12,20
2014	57,65	136,32	11,93
2015	60,78	139,15	9,59
2016	76,14	172,02	10,86
2017	73,26	168,53	9,98
2018	72,02	164,50	9,89
2019	40,60	95,07	9,91
2020	27,94	60,88	9,87
2021	23,03	52,04	10,16
2022	24,78	59,45	12,12
2023	22,89	46,94	9,81

Fonte: DATASUS/RIPSA/IBGE

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.8 POLÍTICO ELEITORAL

3.8.1 Eleitores por Sexo 2000/02/04/06/08/10/12/2014

Sexo	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014
Masculino	371.330	395.725	414.910	427.250	516.683	535.641	466.940	473.822
Feminino	419.096	450.426	477.577	499.172	442.394	460.348	541.800	548.481
Não Informou	2.053	1.871	1.516	1.356	1.194	1.116	1.016	866
TOTAL	792.479	848.022	894.003	927.778	960.271	997.105	1.009.756	1.023.169

Fonte: TRE

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.8.2 Eleitores por Sexo 2016/2018/2020/2022/2024

Sexo	2016	2018	2020	2022	2024
Masculino	484.205	453.928	464.566	493.635	490.965
Feminino	558.232	536.937	545.165	571.985	563.221
Não Informou	782	-	-	-	-
TOTAL	1.043.219	990.865	1.009.731	1.065.620	1.054.186

Fonte: TRE

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.9 ENERGIA ELÉTRICA

3.9.1 Consumidores e Consumo de Energia Elétrica por Classe 2000-2008

Anos/Classe	Consumidores	Consumo (KW/h)
2000		
Residencial	288.118	735.658.012
Comercial	35.809	510.015.704
Industrial	604	232.503.428
Outros	1.320	316.346.748
Total	325.7851	1.794.523.892
2001		
Residencial	282.568	637.998.216
Comercial	36.136	475.544.035
Industrial	592	215.690.595
Outros	1.281	298.561.401
Total	320.577	1.627.794.247
2002		
Residencial	299.288	628.764.476
Comercial	34.855	478.411.091
Industrial	575	221.571.592
Outros	1.324	307.240.972
Total	336.042	1.635.988.131
2003		
Residencial	302.887	655.365.845
Comercial	34.824	501.628.479
Industrial	537	224.987.055
Outros	1.471	325.738.320
Total	339.719	1.707.719.699
2004		
Residencial	327.138	660.297.162
Industrial	532	230.415.235
Comercial	36.291	516.930.912
Outros	1.535	339.930.827
Total	365.496	1.747.574.136
2005		
Residencial	321.460	679.205.339
Industrial	512	232.184.577
Comercial	35.285	534.919.123
Outros	1.535	336.701.958
Total	358.792	1.783.010.997
2006		
Residencial	338.880	680.032.668
Comercial	36.545	539.261.760
Industrial	509	228.676.348
Outros	1.558	347.992.747
Total	377.492	1.795.963.523
2007		
Residencial	352.217	717.006.817
Comercial	37.667	570.412.241
Industrial	497	231.158.957
Outros	1.956	362.004.419
Total	392.337	1.880.582.434
2008		
Residencial	343.139	762.426.494
Comercial	35.885	596.623.139
Industrial	490	230.339.307
Outros	2.032	365.959.054
Total	381.546	1.955.347.994

Fonte: CELPA/ REDE CELPA/ EQUATORIAL ENERGIA
Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.9.2 Consumidores e Consumo de Energia Elétrica por Classe 2009-2017

Anos/Classe	Consumidores	Consumo (KW/h)
2009		
Residencial	354.791	757.648.568
Comercial	36.799	613.995.851
Industrial	484	217.457.883
Outros	2.113	357.470.046
Total	394.187	1.946.572.348
2010		
Residencial	368.012	847.763.343
Comercial	37.654	671.480.793
Industrial	491	241.918.068
Outros	2.162	373.997.617
Total	408.319	2.135.159.821
2011		
Residencial	364.427	816.452.641
Comercial	38.188	700.348.190
Industrial	475	235.190.564
Outros	2.247	381.201.961
Total	405.337	2.133.193.356
2012		
Residencial	384.472	799.116.798
Comercial	39.593	734.241.570
Industrial	449	217.764.888
Outros	2.419	387.466.305
Total	426.933	2.138.589.561
2013		
Residencial	404.654	868.026.863
Comercial	41.265	792.047.021
Industrial	498	218.928.306
Outros	2.462	393.137.346
Total	448.879	2.272.139.536
2014		
Residencial	428.315	1.045.561.505
Comercial	43.052	802.453.654
Industrial	494	232.737.487
Outros	2.522	407.794.046
Total	474.383	2.488.546.692
2015		
Residencial	449.974	1.064.102.655
Comercial	44.547	797.432.604
Industrial	478	232.146.737
Outros	2.578	407.269.262
Total	497.577	2.500.951.258
2016		
Residencial	470.819	1.013.660.247
Comercial	47.489	811.370.198
Industrial	441	221.547.478
Outros	2.774	430.000.484
Total	521.523	2.476.578.408
2017		
Residencial	497.219	1.095.968.495
Comercial	48.058	805.614.960
Industrial	382	203.681.248
Outros	2.750	398.275.992
Total	548.409	2.503.540.695

Fonte: CELPA/ REDE CELPA/ EQUATORIAL ENERGIA
Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.9.3 Consumidores e Consumo de Energia Elétrica por Classe 2018-2023

Anos/Classe	Consumidores	Consumo (KW/h)
2018		
Residencial	501.750	1.019.246.680
Comercial	46.178	779.434.848
Industrial	499	203.984.071
Outros	2.781	404.981.302
Total	551.208	2.407.646.901
2019		
Residencial	516.706	1.005.349.972
Comercial	45.891	783.473.701
Industrial	504	185.725.133
Outros	2.800	402.787.301
Total	565.901	2.377.336.106
2020		
Residencial	519.106	1.118.323.455
Comercial	42.638	731.204.782
Industrial	474	190.828.405
Outros	2.593	389.849.773
Total	564.811	2.430.206.414
2021		
Residencial	543.559	1.199.562.295
Comercial	41.325	813.068.973
Industrial	466	196.056.464
Outros	2.674	374.976.763
Total	588.024	2.583.664.495
2022		
Residencial	558.708	1.217.243.946
Comercial	40.312	819.273.121
Industrial	457	203.639.487
Outros	2.720	392.039.839
Total	602.197	2.632.196.393
2023		
Residencial	572.163	1.338.892.382
Comercial	38.794	864.719.357
Industrial	459	195.823.604
Outros	2.706	396.229.526
Total	614.122	2.795.664.868

Fonte: CELPA/ REDE CELPA/ EQUATORIAL ENERGIA
Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.10 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

3.10.1 Consumidores e Consumo de Água por Classe 2000-2009

Anos/Classe	Consumidores	Consumo (m³)
2000		
Residencial	228.565	40.870.977
Comercial	21.713	3.605.218
Industrial	748	168.031
2001		
Residencial	211.718	38.242.669
Comercial	16.558	8.096.479
Industrial	659	506.763
2002		
Residencial	222.756	46.743.425
Comercial	17.117	3.727.649
Industrial	667	207.491
Público	4.358	2.879.143
2003		
Residencial	228.908	42.026.761
Comercial	17.213	6.430.215
Industrial	671	141.350
Público	4.407	3.158.491
2004		
Residencial	233.949	38.917.477
Comercial	17.227	6.277.572
Industrial	649	131.373
Público	4.471	2.541.837
2005⁽¹⁾		
Residencial	196.421	3.426.792
Comercial	13.668	304.504
Industrial	575	14.831
Público	4.121	207.197
2006		
Residencial	213.627	40.856.359
Comercial	18.879	3.529.543
Industrial	661	195.043
Público	5.414	2.890.855
2007		
Residencial	219.498	41.045.995
Comercial	18.785	3.500.783
Industrial	692	192.722
Público	8.382	2.849.634
2008		
Residencial	217.712	35.164.124
Comercial	19.052	3.401.886
Industrial	760	190.954
Público	8.342	2.804.767
Total	245.866	41.561.731
2009		
Residencial	216.911	35.620.099
Comercial	14.959	3.179.510
Industrial	689	202.115
Público	8.428	2.730.154
Total	240.987	41.731.878

Fonte: COSANPA

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

(1) Os totais de Consumo de Residencial e Comercial são referentes apenas ao mês de dez/2005

3.10.2 Consumidores e Consumo de Água por Classe 2010-2015

Anos/Classe	Consumidores	Consumo (m³)
2010		
Residencial	230.277	43.604.174
Comercial	14.728	3.231.849
Industrial	663	203.478
Público	8.428	3.425.223
Total	254.096	50.464.724
2011		
Residencial	226.641	40.309.789
Comercial	14.497	3.073.991
Industrial	720	257.980
Público	8.277	3.244.643
Total	250.135	46.886.403
2012		
Residencial	224.964	37.282.400
Comercial	15.003	2.888.744
Industrial	649	277.442
Público	8.083	3.104.391
Total	248.699	43.552.977
2013		
Residencial	227.406	36.822.698
Comercial	15.386	2.925.561
Industrial	584	265.128
Público	7.965	3.097.017
Total	251.341	43.110.404
2014		
Residencial	228.471	
Comercial	-	
Industrial	546	
Público	7.119	
Total	236.136	
2015		
Residencial	233.967	
Comercial	16.945	
Industrial	539	
Público	7.118	
Total	258.569	

Fonte: COSANPA
Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.11 TRANSPORTE

3.11.1 Veículos por Tipo 2000-2013

Tipo	2000 ⁽¹⁾	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Automóvel	102.171	104.952	108.489	112.392	115.763	120.178	128.765	139.691	149.968	159.652	173.955	183.720	194.478	207.715
Caminhão	4.860	4.830	5.081	5.364	5.610	5.843	6.158	6.321	6.575	7.014	7.493	7.700	8.060	8.411
Caminhão-Trator	412	429	435	501	554	580	643	665	713	752	856	938	1.044	1.097
Caminhonete	767	1.939	3.191	4.071	11.815	12.436	13.176	14.061	15.429	16.724	18.892	21.104	22.727	24.979
Camioneta	15.093	14.634	14.434	14.288	7.620	8.178	8.831	9.456	10.129	10.816	11.897	13.105	14.522	15.980
Ciclomotor	84	121	135	145	154	160	161	158	189	216	252	392	605	826
Micro-ônibus	499	566	556	590	674	755	840	1.062	1.204	1.295	1.389	1.523	1.601	1.789
Motocicleta	8.217	9.579	11.628	13.662	16.162	19.327	22.977	28.433	35.995	44.682	55.573	67.756	77.724	93.516
Motoneta	828	1.127	1.598	2.132	2.759	3.415	4.179	5.088	6.102	6.974	8.046	9.238	10.694	13.247
Motor-Casa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	14	16	52	59
Ônibus	2.332	2.283	2.408	2.377	2.410	2.289	2.272	2.367	2.483	2.645	2.958	3.159	3.369	3.527
Quadriciclo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reboque	1.256	1.361	1.522	1.690	1.840	1.994	2.255	2.505	2.804	3.132	3.488	3.982	4.453	5.251
Semi-Reboque	796	885	952	1.024	1.092	1.048	1.272	1.428	1.663	1.789	2.075	2.292	2.548	2.826
SideCar	2	8	9	12	15	24	47	84	97	95	95	93	92	93
Trator de Rodas	7	8	7	5	4	4	3	3	4	4	4	4	5	11
Trator-Misto	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	3	3	3	3
Triciclo	5	6	7	14	16	18	19	19	27	60	117	196	274	381
Utilitários	-	23	52	98	192	310	520	1.048	1.775	2.352	2.882	3.555	4.143	4.915
TOTAL	137.330	142.752	150.506	158.367	166.682	176.561	192.120	212.401	235.159	258.220	289.989	318.776	346.394	384.626

Fonte: DENATRAN

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

(1) Para o ano 2000 foram considerados apenas veículos circulantes e com cadastro no sistema RENAVAM (placas de 3 letras)

3.11.2 Veículos por Tipo 2014-2024

Tipo	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Automóvel	212.846	245.606	245.769	247.567	231.131	245.606	244.199	245.606	245.769	247.863	250.207
Caminhão	9.031	9.142	9.217	9.294	9.031	9.142	9.031	9.142	9.217	9.303	9.312
Caminhão Trator	1.151	1.223	1.242	1.243	1.151	1.223	1.151	1.223	1.242	1.245	1.243
Caminhonete	31.135	31.912	32.513	33.667	31.135	31.912	31.135	31.912	32.513	33.444	34.116
Camioneta	19.522	19.935	20.369	21.092	19.522	19.935	19.522	19.935	20.369	21.138	22.040
Ciclomotor	1.286	1.046	1.355	1.443	1.286	1.285	1.286		1.355	1.454	1.734
Micro-ônibus	2.190	2.241	2.241	2.234	2.190	2.241	2.190	2.241	2.241	2.241	2.256
Motocicleta	133.370	138.972	147.260	158.182	133.370	138.972	133.370	138.972	147.260	159.124	175.238
Motoneta	22.609	24.722	27.605	31.334	22.609	24.722	22.609	24.722	27.605	31.805	37.881
Ônibus	3.959	3.998	3.989	4.010	3.959	3.998	3.959	3.998	3.989	4.021	3.986
Quadriciclo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reboque	7.049	7.383	7.627	7.875	7.049	7.383	7.049	7.383	7.627	7.896	8.210
Semi-reboque	3.193	3.253	3.358	3.428	3.193	3.253	3.193	3.253	3.358	3.424	3.404
Side-car	103	103	103	103	103	103	103	103	103	103	103
Trator de Rodas	16	15	17	23	16	15	16	15	17	22	23
Triciclo	414	434	488	514	414	434	414	434	488	525	579
Utilitário	6.665	7.590	8.396	9.090	6.665	7.590	6.665	7.590	8.396	9.205	10.432
Outros	89	90	133	130	89	90	89	90	133	130	131
TOTAL	486.052	497.999	511.753	531.300	486.052	497.999	486.052	497.999	511.753	532.943	560.966

Fonte: DENATRAN

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.11.3 Veículos Licenciados e Não Licenciados 2000-2023

Anos	Licenciados	Não Licenciados	Total
2000	102.347	34.983	137.330
2001	104.114	38.638	142.752
2002	107.556	42.950	150.506
2003	112.423	45.944	158.367
2004	118.554	48.128	166.682
2005	126.755	49.806	176.561
2006	136.532	55.588	192.120
2007	150.980	61.421	212.401
2008	164.338	70.823	235.161
2009	174.078	84.142	258.220
2010	198.957	91.032	289.989
2011	217.966	100.810	318.776
2012	231.534	114.860	346.394
2013	244.213	140.413	384.626
2014	258.758	135.785	394.543
2015	261.382	150.960	412.342
2016	262.229	164.091	426.320
2017	261.659	173.828	435.487
2018	265.679	183.545	449.224
2019	272.952	193.265	466.217
2020	278.664	204.306	482.970
2021	261.125	233.270	494.395
2022	263.415	244.723	508.138
2023	286.753	242.216	528.969

Fonte: DETRAN

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.11.4 Número de Carteiras Nacionais de Habilitação Expedidas, Vencidas e Percentual das mesmas 2009-2013

Anos	Carteiras de Habilitação Expedidas, Vencidas e Percentual (%)		
	CNH	Vencidas	(%)
2009	271.203	41.572	15,33
2010	285.883	50.180	17,55
2011	306.264	45.170	14,75
2012	326.749	48.563	14,86
2013	351.825	56.080	15,94

Fonte: DETRAN

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.11.5 Fluxo de Passageiros por Terminal Rodoviário Intermunicipal e Interestadual (Belém e Mosqueiro) 1997-2006

Anos	Intermunicipal	Interestadual
CAPACIDADE	1.000	1.000
ITINERÁRIO		
Federal	BR 316	BR 316
Estadual	PA-391	-
PASSAGEIROS		
1997		
Embarque	2.114.740	242.394
Desembarque	1.421.437	226.381
1998		
Embarque	1.804.230	221.177
Desembarque	1.179.020	204.375
1999		
Embarque	1.533.064	240.839
Desembarque	933.016	219.010
2000		
Embarque	1.643.426	237.219
Desembarque	879.531	239.972
2001		
Embarque	2.150.914	232.623
Desembarque	1.200.855	214.204
2002		
Embarque	2.083.876	140.980
Desembarque	1.789.421	167.213
2003		
Embarque	1.946.669	186.837
Desembarque	310.083	48.548
2004		
Embarque	2.165.927	186.837
Desembarque	343.465	53.193
2005		
Embarque	2.463.487	166.489
Desembarque	369.564	57.344
2006		
Embarque	2.572.033	149.848
Desembarque	361.421	59.528

Fonte: FTERPA / SINART

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

Obs.: A SINART passou a administrar o Terminal Rodoviário de Belém e as Estações Rodoviárias do Interior a partir de Maio/2003

Movimento Aéreo:

3.11.6 Movimento Anual de Aeronaves e Passageiros no Aeroporto Internacional de Belém 2013

	Aeronaves (unidade)			Passageiros (unidade)		
	Doméstico	Internacional	Total	Doméstico	Internacional	Total
2013	53.144	864	54.008	3.430.423	45.188	3.475.611

Fonte: INFRAERO

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

Nota: a partir de 2014 houve uma nova estruturação e formatação nas tabelas referentes aos movimentos de aeronaves, passageiros e cargas

3.11.7 Movimento Anual de Carga Aérea (kg) no Aeroporto Internacional de Belém 2013

	Carga aérea (kg)			Mala Postal (kg)		
	Doméstico	Internacional	Total	Doméstico	Internacional	Total
2013	32.986.850	22.464	33.009.314	5.532.708	200	5.532.908

Fonte: INFRAERO

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

Nota: a partir de 2014 houve uma nova estruturação e formatação nas tabelas referentes aos movimentos de aeronaves, passageiros e cargas

Aeroporto Brigadeiro Protásio de Oliveira (antigo Júlio César)

3.11.8 Movimento Anual de Aeronaves e Passageiros no Aeroporto Júlio César 2013

	Aeronaves (unidade)			Passageiros (unidade)		
	Doméstico	Internacional	Total	Doméstico	Internacional	Total
2013	14.266	12	14.278	28.969	0	28.969

Fonte: INFRAERO

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

Nota: a partir de 2014 houve uma nova estruturação e formatação nas tabelas referentes aos movimentos de aeronaves, passageiros e cargas

3.11.9 Movimento Anual de Carga Aérea (kg) no Aeroporto Júlio César 2013

	Carga aérea (kg)			Mala Postal (kg)		
	Doméstico	Internacional	Total	Doméstico	Internacional	Total
2013	55.990	0	55.990	0	0	0

Fonte: INFRAERO

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

Nota: a partir de 2014 houve uma nova estruturação e formatação nas tabelas referentes aos movimentos de aeronaves, passageiros e cargas

Movimento Marítimo:

3.11.10 Movimento de Carga para Exportação no Porto de Belém, Terminal Petroquímico de Miramar e Porto da SOTAVE 1996-2009 (t)

Ano	Longo Curso				Cabotagem				Fluvial		
	Granel Sólido	Granel Líquido	Carga Geral	Contêiner	Granel Sólido	Granel Líquido	Carga Geral	Contêiner	Granel Sólido	Granel Líquido	Carga Geral
1996	-	-	473.084	-	-	-	-	-	-	369.881	81.862
1997	-	-	493.197	-	-	-	-	-	-	317.057	62.534
1998	-	-	491.420	-	-	-	-	-	-	284.909	27.758
1999	-	5.009	509.319	-	-	-	29	-	-	203.420	26.865
2000	-	-	620.010	-	-	-	4.967	-	-	211.408	24.647
2001	-	-	731.833	-	-	2.777	536	-	-	212.676	23.107
2002	-	-	682.747	-	-	38	-	-	-	223.993	21.149
2003	-	-	928.909	-	-	-	-	-	-	297.766	15.694
2004	-	-	849.084	-	-	-	-	-	-	352.279	13.551
2005	-	-	632.778	-	-	-	-	-	-	375.734	15.516
2006	-	-	686.754	-	-	-	-	-	-	376.492	15.313
2007	-	-	771.264	-	-	-	-	-	-	416.761	12.556
2008	-	-	129.565	385.489	-	-	-	-	-	430.086	11.555
2009	15	-	30.600	211.188	-	-	39	-	-	449.303	10.630

Fonte: Companhia Docas do Pará – CDP

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.11.11 Movimento de Carga para Importação no Porto de Belém, Terminal Petroquímico de Miramar e Porto da SOTAVE 1996-2009 (t)

Ano	Longo Curso				Cabotagem				Fluvial		
	Granel Sólido	Granel Líquido	Carga Geral	Contêiner	Granel Sólido	Granel Líquido	Carga Geral	Contêiner	Granel Sólido	Granel Líquido	Carga Geral
1996	127.485	231.518	84.706	-	-	895.315	-	-	-	-	12.146
1997	122.859	92.618	95.569	-	-	1.106.818	-	-	-	-	5.317
1998	144.792	199.244	109.833	-	-	1.078.286	-	-	-	-	8.395
1999	138.491	198.847	100.791	-	-	961.333	6.514	-	-	3.172	9.459
2000	145.015	250.906	86.424	-	-	817.082	7.802	-	-	50.138	15.425
2001	179.921	54.460	65.479	-	-	1.064.549	854	-	-	5.790	38.087
2002	197.638	91.057	55.522	-	-	1.079.146	2.184	-	-	1.753	51.779
2003	165.450	39.070	48.835	-	-	1.068.558	-	-	-	297	2.621
2004	160.834	32.857	126.099	-	-	1.311.067	-	-	-	-	1.396
2005	239.970	-	67.663	-	-	1.337.017	-	-	-	-	3.864
2006	159.888	-	100.755	-	11.164	1.432.920	-	-	-	-	6.122
2007	260.011	-	102.012	-	-	1.505.932	-	-	-	-	855
2008	293.544	-	1.724	54.615	-	1.515.528	-	-	-	-	11.555
2009	561.017	6	5.240	34.936	29.475	1.458.749	-	-	-	-	3.787

Fonte: Companhia Docas do Pará – CDP

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.11.12 Características do Porto de Belém e Terminal Petroquímico de Miramar 2000

Características	Porto	Terminal Petroquímico de Miramar
Calado (m)	7,3	7,92
Berços de Acostagem	12	2
Navios (fluxo mensal)	83	82
Tipo de Carga	Granel Sólido	-
	Carga Geral	-
	Containers	Derivados de Petróleo
Cargas Exportadas	Madeira, Palmito, Castanha, Pimenta, pescado	Derivados de Petróleo
Cargas Importadas	Trigo, Cimento, Cevada, Juta	Derivados de Petróleo

Fonte: Companhia Docas do Pará – CDP
Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

PORTO DE BELÉM:

3.11.13 Movimento de Carga Geral para Carregamento no Porto de Belém 2010-2013

Ano	Carregamento (t)										
	Carga Geral										
	Conteinerizada ⁽¹⁾					Não Conteinerizada ⁽¹⁾					
	LC	Int	Cab	AP	Total	LC	Int	Cab	AP	AM	Total
2010 ⁽²⁾	246.013	0	82	0	246.095	13.278	17.217	4	137	0	30.636
2011	180.737	0	0	0	180.737	5.565	10.821	39	52	0	16.477
2012	158.105	164	880	57	159.206	2.931	16.283	816	0	354	20.384
2013	153.943	0	7.832	0	161.775	1.892	27.492	3	5	0	29.392

Fonte: Companhia Docas do Pará (CDP)
Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

Nota (1): Tipos de navegação: **LC** = Longo Curso; **Int** = Interior; **Cab** = Cabotagem; **AP** = Apoio Portuário; **AM** = Apoio Marítimo

Nota (2): A partir de 2010, a CDP alterou/adicionou algumas nomenclaturas utilizadas em suas tabelas, gerando, assim, uma modificação nas tabelas apresentadas pela Estatística Municipal.

3.11.14 Movimento de Carga a Granel para Carregamento no Porto de Belém 2010-2013

Ano	Carregamento (t)									
	Granel									
	Sólido ⁽¹⁾				Líquido ⁽¹⁾					
	LC	Int	Cab	Total	LC	Int	Cab	AP	AM	Total
2010 ⁽²⁾	0	0	0	0	6.512	0	0	693	0	7.205
2011	0	0	0	0	10.000	0	0	692	0	10.692
2012	0	0	0	0	483	0	150	0	0	633
2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Companhia Docas do Pará (CDP)
Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

Nota (1): Tipos de navegação: **LC** = Longo Curso; **Int** = Interior; **Cab** = Cabotagem; **AP** = Apoio Portuário; **AM** = Apoio Marítimo

Nota (2): A partir de 2010, a CDP alterou/adicionou algumas nomenclaturas utilizadas em suas tabelas, gerando, assim, uma modificação nas tabelas apresentadas pela Estatística Municipal.

3.11.15 Movimento de Carga Geral para Descarregamento no Porto de Belém 2010-2013

Ano	Descarregamento (t)								
	Carga Geral								
	Conteinerizada ⁽¹⁾				Não Conteinerizada ⁽¹⁾				
	LC	Int	Cab	Total	LC	Int	Cab	AP	Total
2010 ⁽²⁾	52.980	0	5.040	58.020	34.620	8.351	0	30	43.001
2011	51.098	0	1.996	53.094	89.798	3.110	39	83	93.030
2012	65.474	0	0	65.474	4.317	4.030	1.312	0	9.659
2013	63.901	0	7.405	71.306	35.836	27.801	2.584	0	66.221

Fonte: Companhia Docas do Pará (CDP)
Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

Nota (1): Tipos de navegação: **LC** = Longo Curso; **Int** = Interior; **Cab** = Cabotagem; **AP** = Apoio Portuário; **AM** = Apoio Marítimo

Nota (2): A partir de 2010, a CDP alterou/adicionou algumas nomenclaturas utilizadas em suas tabelas, gerando, assim, uma modificação nas tabelas apresentadas pela Estatística Municipal.

3.11.16 Movimento de Carga a Granel para Descarregamento no Porto de Belém 2010-2013

Ano	Descarregamento (t)								
	Granel								
	Sólido ⁽¹⁾					Líquido ⁽¹⁾			
	LC	Int	Cab	AP	Total	LC	Int	AP	Total
2010 ⁽²⁾	669.269	0	49.875	0	719.144	0	383	1.703	2.086
2011	245.330	0	8.240	0	253.570	0	0	1.076	1.076
2012	204.410	0	0	0	204.410	925	0	0	925
2013	237.053	0	0	0	237.053	0	150	0	150

Fonte: Companhia Docas do Pará (CDP)

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

Nota (1): Tipos de navegação: **LC** = Longo Curso; **Int** = Interior; **Cab** = Cabotagem; **AP** = Apoio Portuário; **AM** = Apoio Marítimo

Nota (2): A partir de 2010, a CDP alterou/adicionou algumas nomenclaturas utilizadas em suas tabelas, gerando, assim, uma modificação nas tabelas apresentadas pela Estatística Municipal.

PORTO DE MIRAMAR:

3.11.17 Movimento de Carga Geral para Carregamento no Porto de Belém (MIRAMAR) 2010-2013

Ano	Carregamento (t)									
	Carga Geral									
	Conteinerizada ⁽¹⁾				Não Conteinerizada ⁽¹⁾					
	LC	Int	Cab	Total	LC	Int	Cab	AP	AM	Total
2010 ⁽²⁾	0	0	0	0	0	0	72	959	0	1.031
2011	0	0	0	0	0	0	0	369	32	401
2012	0	0	0	0	0	0	181	22	0	203
2013	0	0	0	0	0	0	0	238	0	238

Fonte: Companhia Docas do Pará (CDP)

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

Nota (1): Tipos de navegação: **LC** = Longo Curso; **Int** = Interior; **Cab** = Cabotagem; **AP** = Apoio Portuário; **AM** = Apoio Marítimo

Nota (2): A partir de 2010, a CDP alterou/adicionou algumas nomenclaturas utilizadas em suas tabelas, gerando, assim, uma modificação nas tabelas apresentadas pela Estatística Municipal.

3.11.18 Movimento de Carga a Granel para Carregamento no Porto de Belém (MIRAMAR) 2010-2013

Ano	Carregamento (t)									
	Granel									
	Sólido ⁽¹⁾				Líquido ⁽¹⁾					
	LC	Int	Cab	Total	LC	Cab	Int	AP	AM	Total
2010 ⁽²⁾	0	0	0	0	0	25.943	458	2.839	0	29.240
2011	0	0	0	0	0	7.579	356.477	15.068	3.246	382.370
2012	0	0	0	0	0	30.306	336.215	2.878	0	369.399
2013	0	0	0	0	0	8.550	270.415	19.130	0	298.095

Fonte: Companhia Docas do Pará (CDP)

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

Nota (1): Tipos de navegação: **LC** = Longo Curso; **Int** = Interior; **Cab** = Cabotagem; **AP** = Apoio Portuário; **AM** = Apoio Marítimo

Nota (2): A partir de 2010, a CDP alterou/adicionou algumas nomenclaturas utilizadas em suas tabelas, gerando, assim, uma modificação nas tabelas apresentadas pela Estatística Municipal.

3.11.19 Movimento de Carga Geral para Descarregamento no Porto de Belém (MIRAMAR) 2010-2013

Ano	Descarregamento (t)								
	Carga Geral								
	Conteinerizada ⁽¹⁾				Não Conteinerizada ⁽¹⁾				
	LC	Int	Cab	Total	LC	Int	Cab	AP	Total
2010 ⁽²⁾	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2012	0	0	0	0	0	0	10	18	28
2013	0	0	0	0	0	0	0	211	211

Fonte: Companhia Docas do Pará (CDP)

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

Nota (1): Tipos de navegação: **LC** = Longo Curso; **Int** = Interior; **Cab** = Cabotagem; **AP** = Apoio Portuário; **AM** = Apoio Marítimo

Nota (2): A partir de 2010, a CDP alterou/adicionou algumas nomenclaturas utilizadas em suas tabelas, gerando, assim, uma modificação nas tabelas apresentadas pela Estatística Municipal.

3.11.20 Movimento de Carga a Granel para Descarregamento no Porto de Belém (MIRAMAR) 2010-2013

Ano	Descarregamento (t)									
	Granel									
	Sólido ⁽¹⁾					Líquido ⁽¹⁾				
	LC	Int	Cab	AP	Total	LC	Cab	Int	AP	Total
2010 ⁽²⁾	0	0	0	0	0	0	1.677.947	0	6	1.677.953
2011	0	0	0	0	0	0	1.775.645	983	94	1.776.722
2012	0	0	0	0	0	0	1.794.426	1.247	0	1.795.673
2013	0	0	0	0	0	10.520	1.777.152	19.337	0	1.807.009

Fonte: Companhia Docas do Pará (CDP)

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

Nota (1): Tipos de navegação: **LC** = Longo Curso; **Int** = Interior; **Cab** = Cabotagem; **AP** = Apoio Portuário; **AM** = Apoio Marítimo

Nota (2): A partir de 2010, a CDP alterou/adicionou algumas nomenclaturas utilizadas em suas tabelas, gerando, assim, uma modificação nas tabelas apresentadas pela Estatística Municipal.

PORTO DE OUTEIRO:

3.11.21 Movimento de Carga Geral para Carregamento no Porto de Belém (OUTEIRO) 2011-2013

Ano	Carregamento (t)								
	Carga Geral								
	Conteinerizada ⁽¹⁾				Não Conteinerizada ⁽¹⁾				
	LC	Int	Cab	Total	LC	Int	Cab	AP	Total
2011 ⁽²⁾	0	0	0	0	11.249	0	0	39	11.288
2012	0	0	0	0	144.631	0	941	0	145.572
2013	11	0	0	11	234.844	0	0	27	234.871

Fonte: Companhia Docas do Pará (CDP)

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

Nota (1): Tipos de navegação: **LC** = Longo Curso; **Int** = Interior; **Cab** = Cabotagem; **AP** = Apoio Portuário; **AM** = Apoio Marítimo

Nota (2): A partir de 2010, a CDP alterou/adicionou algumas nomenclaturas utilizadas em suas tabelas, gerando, assim, uma modificação nas tabelas apresentadas pela Estatística Municipal.

3.11.22 Movimento de Carga a Granel para Carregamento no Porto de Belém (OUTEIRO) 2011-2013

Ano	Carregamento (t)									
	Granel									
	Sólido ⁽¹⁾					Líquido ⁽¹⁾				
	LC	Int	Cab	Total	LC	Int	Cab	AP	AM	Total
2011 ⁽²⁾	278.324	0	0	278.324	0	0	0	450	0	450
2012	250.105	0	0	250.105	0	0	0	0	0	0
2013	101.395	0	0	101.395	0	34	0	2.101	0	2.135

Fonte: Companhia Docas do Pará (CDP)

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

Nota (1): Tipos de navegação: **LC** = Longo Curso; **Int** = Interior; **Cab** = Cabotagem; **AP** = Apoio Portuário; **AM** = Apoio Marítimo

Nota (2): A partir de 2010, a CDP alterou/adicionou algumas nomenclaturas utilizadas em suas tabelas, gerando, assim, uma modificação nas tabelas apresentadas pela Estatística Municipal.

3.11.23 Movimento de Carga Geral para Descarregamento no Porto de Belém (OUTEIRO) 2011-2013

Ano	Descarregamento (t)								
	Carga Geral								
	Conteinerizada ⁽¹⁾				Não Conteinerizada ⁽¹⁾				
	LC	Int	Cab	Total	LC	Int	Cab	AP	Total
2011 ⁽²⁾	0	0	0	0	18.777	4.834	0	25	23.636
2012	0	0	0	0	11	25.058	365	0	25.434
2013	0	0	0	0	6.090	60.359	0	13	66.462

Fonte: Companhia Docas do Pará (CDP)

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

Nota (1): Tipos de navegação: **LC** = Longo Curso; **Int** = Interior; **Cab** = Cabotagem; **AP** = Apoio Portuário; **AM** = Apoio Marítimo

Nota (2): A partir de 2010, a CDP alterou/adicionou algumas nomenclaturas utilizadas em suas tabelas, gerando, assim, uma modificação nas tabelas apresentadas pela Estatística Municipal.

3.11.24 Movimento de Carga a Granel para Descarregamento no Porto de Belém (OUTEIRO) 2011-2013

Ano	Descarregamento (t)								
	Granel								
	Sólido ⁽¹⁾					Líquido ⁽¹⁾			
	LC	Int	Cab	AP	Total	LC	Int	AP	Total
2011 ⁽²⁾	0	42.408	0	0	42.408	0	0	350	350
2012	0	146.261	0	2.011	148.272	475	0	0	475
2013	0	92.072	0	0	92.072	150	0	2.135	2.285

Fonte: Companhia Docas do Pará (CDP)

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

Nota (1): Tipos de navegação: **LC** = Longo Curso; **Int** = Interior; **Cab** = Cabotagem; **AP** = Apoio Portuário; **AM** = Apoio Marítimo

Nota (2): A partir de 2010, a CDP alterou/adicionou algumas nomenclaturas utilizadas em suas tabelas, gerando, assim, uma modificação nas tabelas apresentadas pela Estatística Municipal.

3.12 PRODUTO INTERNO BRUTO MUNICIPAL

3.12.1 Composição do Produto Interno Bruto a Preço de Mercado Corrente 2002-2021 (R\$ Mil)

Ano	Valor Adicionado bruto a preço básico corrente	Impostos sobre produtos, líquidos de subsídios	Produto interno bruto a preço de mercado corrente
2002	6.796.597	1.207.484	8.004.081
2003	7.740.169	1.365.918	9.106.087
2004	9.540.914	1.483.333	11.024.247
2005	9.723.471	1.791.295	11.514.766
2006	11.030.961	2.106.065	13.137.025
2007	12.212.799	2.155.449	14.368.248
2008	13.336.319	2.467.278	15.803.597
2009	14.803.435	2.491.433	17.294.868
2010	15.953.303	2.847.736	18.801.039
2011	18.207.217	3.219.630	21.426.847
2012	22.457.841	3.904.174	26.362.015
2013	22.799.776	4.339.510	27.139.286
2014	24.375.853	4.311.635	28.687.488
2015	24.841.973	4.373.063	29.215.036
2016	24.990.966	4.475.927	29.466.894
2017	25.616.906	4.627.874	30.244.780
2018	26.752.377	4.726.895	31.479.272
2019	26.904.338	5.468.633	32.372.971
2020	25.765.082	5.033.474	30.798.556
2021	27.125.314	6.341.813	33.467.126

Fonte: FAPESPA/IBGE

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.12.2 Valor Adicionado Bruto a Preço Básico Corrente por Setor 2002-2021

(R\$ Mil)

Ano	Agropecuário	Indústria	Serviços	V.A (Total)
2002	18.305	1.392.452	5.385.840	6.796.597
2003	18.553	1.781.797	5.939.819	7.740.169
2004	19.201	2.137.597	7.384.117	9.540.914
2005	21.389	1.975.816	7.726.266	9.723.471
2006	24.293	2.114.923	8.891.744	11.030.961
2007	24.676	2.008.718	10.179.404	12.212.799
2008	27.321	2.309.878	10.999.120	13.336.319
2009	29.981	2.248.921	12.524.533	14.803.435
2010	32.769	2.682.845	13.237.690	15.953.303
2011	41.446	3.397.389	14.768.382	18.207.217
2012	54.548	4.779.421	17.623.872	22.457.841
2013	61.065	3.977.912	18.760.799	22.799.776
2014	59.900	4.307.069	20.008.884	24.375.853
2015	64.869	4.350.671	20.426.433	24.841.973
2016	61.151	3.714.307	21.215.509	24.990.966
2017	79.110	3.659.489	21.878.307	25.616.906
2018	69.341	3.807.244	22.875.791	26.752.377
2019	75.550	3.475.695	23.353.092	26.904.338
2020	91.379	3.797.119	21.876.584	25.765.082
2021	99.129	3.545.283	23.480.901	27.125.314

Fonte: FAPESPA/IBGE

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.12.3 Produto Interno Bruto Per Capita a Preço de Mercado Corrente 2002-2021

Ano	PIB			PIB PERCAPITA	
	Valor (R\$ Mil)	Participação	Ranking no Estado	Valor (R\$)	Ranking no Estado
2002	8.004.081	30,22	1°	6.051	12°
2003	9.106.087	30,08	1°	6.784	13°
2004	11.024.247	29,58	1°	7.951	14°
2005	11.514.766	28,42	1°	8.190	14°
2006	13.137.025	28,57	1°	9.197	13°
2007	14.368.248	27,71	1°	10.199	11°
2008	15.803.597	25,93	1°	11.097	11°
2009	17.294.868	28,05	1°	12.030	9°
2010	18.801.039	22,74	1°	13.506	10°
2011	21.426.847	21,71	1°	15.282	12°
2012	26.362.015	24,62	1°	18.691	8°
2013	27.139.286	22,39	1°	19.033	11°
2014	28.687.488	23,03	1°	20.021	13°
2015	29.215.036	22,32	1°	20.294	17°
2016	29.466.894	21,34	1°	20.378	19°
2017	30.244.780	19,48	1°	20.826	19°
2018	31.479.272	19,51	1°	21.188	21°
2019	32.372.971	18,15	1°	21.687	22°
2020	30.798.556	14,26	2°	20.537	32°
2021	33.467.126	12,73	3°	22.216	36°

Fonte: FAPESPA/IBGE

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.13 AGRICULTURA

3.13.1 PRODUTOS DAS LAVOURAS TEMPORÁRIAS

3.13.1.1 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Temporárias 2005-2008

Produtos	Área Colhida (ha)				Quant. Produzida (t)				Valor (mil reais)			
	2005	2006	2007	2008	2005	2006	2007	2008	2005	2006	2007	2008
Mandioca	-	-	74	-	-	-	1.480	-	-	-	222	-

Fonte: IBGE/PAM

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.13.1.2 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Temporárias 2009-2012

Produtos	Área Colhida (ha)				Quant. Produzida (t)				Valor (mil reais)			
	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012
Mandioca	-	-	100	100	-	-	1.200	1.200	-	-	264	-

Fonte: IBGE/PAM

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.13.1.3 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Permanentes 2013-2015

Produtos	Área Colhida (ha)			Quant. Produzida (t)			Valor (mil reais)		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Mandioca	100	100		1.200	1.200		360	336	

Fonte: IBGE/PAM

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.13.1.4 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Temporárias 2016-2018

Produtos	Área Colhida (ha)			Quant. Produzida (t)			Valor (mil reais)		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Mandioca	-	170	-	-	1.530	-	-	536	-

Fonte: IBGE/PAM

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.13.1.5 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Temporárias 2019-2021

Produtos	Área Colhida (ha)			Quant. Produzida (t)			Valor (mil reais)		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Mandioca	-	-		-	-		-	-	-

Fonte: IBGE/PAM

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.13.1.6 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Temporárias 2022-2023

Produtos	Área Colhida (ha)			Quant. Produzida (t)			Valor (mil reais)		
	2022	2023	2024	2022	2023	2024	2022	2023	2024
Mandioca	-	-		-	-		-	-	

Fonte: IBGE/PAM

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.13.2 PRODUTOS DAS LAVOURAS PERMANENTES

3.13.3.1 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Permanentes 1997-2000

Produtos	Área Colhida (ha)				Quant. Produzida (mil frutos)				Valor (mil reais)			
	1997	1998	1999	2000	1997	1998	1999	2000	1997	1998	1999	2000
Coco-da-baía (mil frutos)	6	550	-	-	26	4.685	-	-	7	937	-	-

Fonte: IBGE/PAM

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.13.3.2 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Permanentes 2005-2008

Produtos	Área Colhida (ha)				Quant. Produzida (t)				Valor (mil reais)			
	2005	2006	2007	2008	2005	2006	2007	2008	2005	2006	2007	2008
Coco-da-baía (mil frutos)	-	-	1	-	-	-	8	-	-	-	5	-

Fonte: IBGE/PAM

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

Nota: no período de 2009 até a presente data, o município de Belém não apresentou nenhuma produção da Lavoura Permanente

3.13.3.3 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Permanentes 2016-2019

Produtos	Área Colhida (ha)				Quant. Produzida (t)				Valor (mil reais)			
	2016	2017	2018	2019	2016	2017	2018	2019	2016	2017	2018	2019
Açaí (mil frutos)	-	1.141	150	180	-	2.400	550	658	-	7.080	1.375	1.053

Fonte: IBGE/PAM

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.13.3.4 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Permanentes 2020-2023

Produtos	Área Colhida (ha)				Quant. Produzida (t)				Valor (mil reais)			
	2020	2021	2022	2023	2020	2021	2022	2023	2020	2021	2022	2023
Açaí (mil frutos)	170	190	190	170	623	720	623	623	1.994	2.304	1.246	3.738

Fonte: IBGE/PAM

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.14 PECUÁRIA

3.14.1 Principais Rebanhos Existentes 1997-2004

Rebanhos	Efetivo							
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Bovinos	148	148	162	165	187	183	165	762
Suínos	3.503	3.535	3.707	3.811	4.015	3.262	2.933	1.433
Bubalinos	102	106	125	123	140	162	184	192
Equinos	58	68	82	85	90	105	143	143
Muare	-	-	-	-	-	-	65	73
Galinhas	1.954	2.010	4.150	4.350	4.500	4.540	1.346	965
Galos, Frangas, Frangos e Pintos	5.836	6.824	7.230	8.180	8.200	8.114	4.388	3.214
Vacas Ordenhadas	12	12	16	16	17	13	8	4

Fonte: IBGE/PAM

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.14.2 Principais Rebanhos Existentes 2005-2012

Rebanhos	Efetivo							
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Bovinos	451	480	495	430	470	485	550	422
Suínos	1.360	1.300	1.590	1.350	1.633	1.645	1.757	1.594
Bubalinos	200	260	280	280	285	310	320	213
Equinos	145	135	142	108	98	98	104	110
Muare	75	75	80	60	63	70	74	70
Ovinos	-	-	37	37	48	54	58	55
Caprinos	-	-	12	12	20	25	26	22
Galinhas	1.000	1.600	1.800	1.000	1.200	1.210	1.330	1.210
Galos, Frangas, Frangos e Pintos	3.500	45.400	116.000	90.000	88.200	88.600	94.501	89.480
Vacas Ordenhadas	5	10	15	10	20	25	30	30

Fonte: IBGE/PPM

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.14.3 Principais Rebanhos Existentes 2013-2020

Tipo de Rebanho	Efetivo							
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Bovino	503	173	310	108	95	118	32	86
Bubalino	199	208	-	227	185	145	173	201
Equino	30	15	90	200	167	164	171	187
Suíno - Total	200	165	1.403	1.800	1.530	1.537	1.546	2.149
Suíno - Matrizes de Suínos	-	-	-	120	110	113	117	100
Caprino	27	10	93	110	115	45	42	83
Ovino	60	9	-	-	-	110	115	77
Galináceos - Total	70.000	58.000	200.000	185.000	155.000	155.120	156.840	42.393
Galináceos - Galinhas	1.150	1.300	3.000	4.000	4.500	4.480	4.570	4.380
Codornas	-	-	-	-	-	-	-	-
Vacas Ordenhadas	25	18	30	26	27	31	32	33

Fonte: IBGE/Pesquisa Pecuária Municipal

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

Nota 1: A série de efetivos dos rebanhos, por tipo, foi encerrada no ano de 2012, iniciando uma nova série a partir de 2013

Nota 2: Os dados sobre matrizes de suínos só estão disponíveis a partir de 2013.

3.14.4 Principais Rebanhos Existentes 2021-2023

Tipo de Rebanho	Efetivo							
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Bovino	77	86	87					
Bubalino	298	201	237					
Equino	145	130	120					
Suíno - Total	2.018	2.149	2.175					
Suíno - Matrizes de Suínos	90	92	51					
Caprino	45	83	59					
Ovino	196	77	267					
Galináceos - Total	45.000	42.393	41.000					
Galináceos - Galinhas	4.000	3.900	3.700					
Codornas	-	-	-					
Vacas Ordenhadas	30	25	23					

Fonte: IBGE/Pesquisa Pecuária Municipal

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

Nota 1: A série de efetivos dos rebanhos, por tipo, foi encerrada no ano de 2012, iniciando uma nova série a partir de 2013

Nota 2: Os dados sobre matrizes de suínos só estão disponíveis a partir de 2013.

3.15 PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

3.15.1 Quantidade e Valor dos Produtos de Origem Animal 1997-2001

Produtos	Quantidade Produzida					Valor (mil reais)				
	1997	1998	1999	2000	2001	1997	1998	1999	2000	2001
Leite de Vaca (mil l)	9	9	9	9	10	5	5	6	5	5
Ovos Galinha (mil dz)	1	1	2	3	26	2	2	3	4	31

Fonte: IBGE/PPM

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.15.2 Quantidade e Valor dos Produtos de Origem Animal 2002-2006

Produtos	Quantidade Produzida					Valor (mil reais)				
	2002	2003	2004	2005	2006	2002	2003	2004	2005	2006
Leite de Vaca (mil l)	8	4	2	3	5	5	2	1	1	2
Ovos Galinha (mil dz)	26	13	9	6	10	63	24	19	13	16

Fonte: IBGE/PPM

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.15.3 Quantidade e Valor dos Produtos de Origem Animal 2007-2012

Produtos	Quantidade Produzida						Valor (mil reais)					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Leite de Vaca (mil l)	9	6	14	16	20	20	4	3	11	7	13	17
Ovos Galinha (mil dz)	16	8	9	9	11	10	32	18	21	30	33	53

Fonte: IBGE/PPM

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.15.4 Quantidade e Valor dos Produtos de Origem Animal 2013-2016

Produtos	Quantidade Produzida				Valor (mil reais)			
	2013	2014	2015	2016	2013	2014	2015	2016
Leite (mil L)	16	16	34	33	16	15	32	32
Ovos Galinha (mil dz)	9	11	26	31	38	23	71	90

Fonte: IBGE/PPM

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.15.5 Quantidade e Valor dos Produtos de Origem Animal 2017-2020

Produtos	Quantidade Produzida				Valor (mil reais)			
	2017	2018	2019	2020	2017	2018	2019	2020
Leite (mil L)	38	40	40	42	36	44	46	76
Ovos de Galinha (mil dz.)	33	33	33	33	99	93	96	99
Ovos de Codorna (mil dz.)	-	-	-	-	-	-	-	-
Mel de Abelha (kg)	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE/PPM

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.15.6 Quantidade e Valor dos Produtos de Origem Animal 2021-2023

Produtos	Quantidade Produzida				Valor (mil reais)			
	2021	2022	2023	2024	2021	2022	2023	2024
Leite (mil L)	40	35	33		74	63	63	
Ovos de Galinha (mil dz.)	30	25	23		141	125	101	
Ovos de Codorna (mil dz.)	-	-	-		-	-	-	
Mel de Abelha (kg)	-	-	-		-	-	-	

Fonte: IBGE/PPM

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.16 EXTRATIVISMO VEGETAL

3.16.1 Quantidade e Valor dos Produtos da Extração Vegetal 1997-2001

Produtos	Quantidade Produzida (t)					Valor (mil reais)				
	1997	1998	1999	2000	2001	1997	1998	1999	2000	2001
ALIMENTÍCIOS										
Açaí (fruto)	85	92	106	147	126	17	18	44	66	126
MADEIRAS										
Carvão Vegetal	12	14	9	-	-	3	3	4	-	-
Lenha (m³)	2.214	1.835	-	-	-	9	7	-	-	-

Fonte: IBGE

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.16.2 Quantidade e Valor dos Produtos da Extração Vegetal 2002-2006

Produtos	Quantidade Produzida (t)					Valor (mil reais)				
	2002	2003	2004	2005	2006	2002	2003	2004	2005	2006
ALIMENTÍCIOS										
Açaí (fruto)	127	127	112	125	140	146	146	51	69	119

Fonte: IBGE

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.16.3 Quantidade e Valor dos Produtos da Extração Vegetal 2007-2012

Produtos	Quantidade Produzida (t)						Valor (mil reais)					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2007	2008	2009	2010	2011	2012
ALIMENTÍCIOS												
Açaí (fruto)	160	380	360	350	450	460	138	350	432	438	810	828
Palmito	-	-	60	62	55	58	-	-	42	50	50	52

Fonte: IBGE

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.16.4 Quantidade e Valor dos Produtos da Extração Vegetal 2013-2016

Produtos	Quantidade Produzida (t)				Valor (mil reais)			
	2013	2014	2015	2016	2013	2014	2015	2016
ALIMENTÍCIOS								
Açaí (fruto)	410	350	300	350	656	630	570	1.120
Palmito	50	43	15	12	50	43	30	38
MADEIRAS								
Madeira tora (m³)	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE/PAM

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.16.5 Quantidade e Valor dos Produtos da Extração Vegetal 2017-2020

Produtos	Quantidade Produzida (t)				Valor (mil reais)			
	2017	2018	2019	2020	2017	2018	2019	2020
ALIMENTÍCIOS								
Açaí (fruto) (t)	380	370	361	390	1.330	1.036	830	1.053
Palmito (t)	6	6	6	5	18	18	18	15
MADEIRAS								
Madeira em tora (m³)	-	31.342	31.264	68.834	-	5.642	5.471	17.330

Fonte: IBGE/PAM

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.16.6 Quantidade e Valor dos Produtos da Extração Vegetal 2021-2022

Produtos	Quantidade Produzida (t)				Valor (mil reais)			
	2021	2022	2023	2024	2021	2022	2023	2024
ALIMENTÍCIOS								
Açaí (fruto) (t)	450	520	580		1.710	1.924	2.262	
Palmito (t)	4	4	4		14	12	11	
MADEIRAS								
Lenha (m³)	39.260	32.000	28.000		824	576	420	
Madeira em tora (m³)	55.470	67.769	55.000		12.157	18.975	20.900	

Fonte: IBGE/PAM

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.17 FINANÇAS PÚBLICAS

3.17.1 Receitas Municipais 2000-2004

R\$ 1,00 (Valores Nominais)

Receitas Municipais	2000	2001	2002	2003	2004
Receita Corrente	451.749.287,00	544.369.651,10	630.532.514,75	719.442.325,17	844.649.523,00
Receita Tributária	91.617.734,00	117.710.660,20	132.854.169,96	120.214.161,16	148.026.305,50
Impostos	72.662.202,00	78.944.756,51	90.652.077,92	101.704.198,47	127.971.824,90
<i>IPTU</i>	17.840.301,00	19.170.399,22	20.654.223,84	25.054.850,71	27.575.948,78
<i>ISS</i>	51.945.473,00	56.856.214,18	60.888.870,53	64.673.366,06	84.478.026,01
<i>ITBI</i>	2.876.428,00	2.918.143,11	2.805.735,82	3.374.928,37	5.201.236,22
<i>IRRF</i>	-	-	6.303.247,73	8.601.053,33	10.716.613,89
Taxas	18.955.532,00	38.765.903,72	42.202.092,04	18.509.962,69	20.054.480,59
Outras Receitas Próprias	13.827.885	55.600.938	68.663.590,31	114.834.861,78	134.922.637,40
Receitas Transferidas	346.303.668,00	371.058.053,30	429.014.754,48	484.393.302,23	561.700.580,10

Fonte: STN

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

3.17.2 Receitas Municipais 2005-2010

R\$ 1,00 (Valores Nominais)

Receitas Municipais	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Receita Corrente	919.507.567,00	1.087.586.775,00	1.216.496.408,00	1.388.465.697,00	1.466.479.781,00	1.718.075.575,00
Receita Tributária	170.898.610,00	195.599.295,00	225.232.945,00	255.837.745,00	274.754.492,00	340.499.747,00
Impostos	148.640.389,00	171.436.292,00	196.892.745,00	224.752.128,00	242.387.942,00	300.860.613,00
<i>IPTU</i>	30.285.156,00	30.773.551,00	33.605.643,00	36.518.656,00	40.289.591,00	47.629.279,00
<i>ISSQN⁽¹⁾</i>	99.846.151,00	117.942.575,00	132.925.419,00	154.782.220,00	168.369.454,00	206.563.573,00
<i>ITBI</i>	5.296.798,00	5.954.755,00	9.961.461,00	9.658.035,00	12.772.373,00	20.291.667,00
<i>IRRF</i>	13.212.284,00	16.765.411,00	20.400.222,00	23.793.217,00	20.956.524,00	26.376.094,00
Taxas	22.258.221,00	24.163.003,00	28.340.200,00	31.085.617,00	32.366.550,00	39.639.134,00
Outras Receitas Próprias	38.958.243,00	34.540.998,00	44.950.487,00	62.437.884,00	52.980.781,00	77.743.273,00
Receitas Transferidas	603.418.742,00	721.155.544,00	824.476.242,00	953.392.952,00	1.015.066.495,00	1.153.034.376,00

Fonte: STN

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

(1) Até o ano de 2001 a sigla desse imposto era ISS.

Nota: O total da Receita Própria equivale à soma da Receita Tributária e Outras Receitas Próprias

3.17.3 Receitas Municipais 2011-2015

R\$1,00 (Valores Nominais)

Receitas Municipais	2011	2012	2013	2014	2015
Receita Corrente	1.887.495.095,00	2.073.336.913,00	2.182.798.766,60	2.564.889.655,00	2.738.357.070,14
Receita Tributária	388.692.623,00	457.410.893,00	495.376.666,63	555.904.760,00	577.549.496,06
Impostos	345.185.474,00	407.880.069,00	443.218.375,09	495.671.070,00	512.896.836,61
<i>IPTU</i>	52.074.446,00	58.148.999,00	64.442.428,89	71.464.836,00	76.325.301,21
<i>ISSQN⁽¹⁾</i>	237.470.409,00	272.911.747,00	290.725.907,53	324.513.265,00	322.646.598,32
<i>ITBI</i>	21.768.585,00	30.869.260,00	33.996.378,48	31.716.997,00	32.860.201,60
<i>IRRF</i>	33.872.034,00	45.950.063,00	54.053.660,19	67.975.972,00	81.064.735,48
Taxas	43.507.149,00	49.530.824,00	52.158.291,54	60.233.690,00	64.652.659,45
Outras Receitas Próprias	73.821.731,00	78.405.922,00	83.914.444,07	104.345.915,00	122.709.350,09
Receitas Transferidas	1.233.615.869,00	1.342.079.336,00	1.406.212.008,51	1.594.763.141,00	1.739.336.358,60

Fonte: STN

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

(1) Até o ano de 2001 a sigla desse imposto era ISS.

Nota: O total da Receita Própria equivale à soma da Receita Tributária e Outras Receitas Próprias.

3.17.4 Receitas Municipais 2016-2020

R\$1,00 (Valores Nominais)

Receitas Municipais	2016	2017	2018	2019	2020
Receita Corrente	2.700.256.198	2.761.567.033	2.890.560.644	3.231.008.231	2.978.570.852
Receita Tributária	605.368.184	651.250.877	788.300.281	874.594.718	764.643.282
Impostos	529.379.157	563.885.903	695.440.980	772.562.613	667.213.046
<i>IPTU</i>	87.161.902	102.913.527	171.329.089	213.107.465	197.099.151
<i>ISSQN⁽¹⁾</i>	325.690.348	339.221.619	433.375.054	418.391.446	347.826.277
<i>ITBI</i>	29.153.167	30.789.817	29.473.693	35.410.868	26.405.884
<i>IRRF</i>	87.373.740	90.960.940	90.736.837	105.652.834	95.881.734
Taxas	75.989.028	87.364.974	92.859.301	102.032.105	97.430.236
Outras Receitas Próprias	92.146.316	142.512.072	75.140.978	69.999.275	62.335.147
Receitas Transferidas	1.696.726.999	1.659.050.994	1.715.750.392	1.897.675.645	1.861.407.812

Fonte: STN

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

(1) Até o ano de 2001 a sigla desse imposto era ISS.

Nota: O total da Receita Própria equivale à soma da Receita Tributária e Outras Receitas Próprias

3.17.5 Receitas Municipais 2021-2024

R\$1,00 (Valores Nominais)

Receitas Municipais	2021	2022	2023	2024*	2025
Receita Corrente	3.689.592.387	4.336.582.760	4.669.792.895		
Receita Tributária	1.005.050.283	1.200.185.148	1.352.418.457		
Impostos	892.774.431	1.075.385.548	1.212.857.297		
<i>IPTU</i>	219.639.257	256.562.806	283.829.460		
<i>ISSQN⁽¹⁾</i>	503.656.160	609.157.145	666.727.826		
<i>ITBI</i>	45.204.462	40.440.397	48.294.095		
<i>IRRF</i>	124.274.552	169.225.200	214.005.916		
Taxas	112.275.852	124.799.600	139.561.160		
Outras Receitas Próprias	62.086.733	95.078.192	70.130.764		
Receitas Transferidas	2.282.650.669	2.579.047.324	2.710.549.284		

Fonte: STN

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

(1) Até o ano de 2001 a sigla desse imposto era ISS.

Nota: O total da Receita Própria equivale à soma da Receita Tributária e Outras Receitas Próprias

(*) O município não apresentou seus dados financeiros ao STN até a data da extração

3.13.1 Transferências Constitucionais do ICMS, FPM, IPI e FUNDEF/FUNDEB 1997-2010(1)

(R\$ 1,00)

Anos	Transferência do ICMS	Transferência do FPM	Transferência do IPI	Transferência do FUNDEF/FUNDEB	Total
1997	55.302.246,33	51.832.851,00	6.300.017,48	5.562.690,50	132.967.230,75
1998	56.526.828,63	67.451.812,00	5.816.488,98	13.120.721,98	158.079.178,84
1999	55.648.846,77	74.528.628,00	4.821.578,85	13.718.959,47	163.332.057,88
2000	62.248.379,00	72.122.354,00	4.764.923,00	15.026.657,00	167.163.463,00
2001	76.795.433,27	84.897.074,91	5.177.506,77	16.707.179,69	198.909.390,72
2002	87.004.169,96	105.024.044,48	4.560.542,94	20.084.365,89	233.295.281,87
2003	106.896.521,30	109.169.162,59	3.756.464,04	23.046.536,31	260.776.519,57
2004	112.909.351,14	120.348.811,72	3.769.421,12	22.763.678,81	280.330.348,56
2005	127.547.690,56	154.738.365,81	4.062.066,48	31.662.452,44	342.062.580,34
2006	142.056.329,93	169.962.630,49	5.021.392,89	34.470.584,32	378.393.831,47
2007	155.346.835,55	198.274.869,17	5.453.459,75	50.584.070,37	439.434.299,45
2008	185.498.793,35	245.092.069,35	7.329.557,52	73.599.542,71	596.530.865,97
2009	186.001.018,32	228.614.348,91	5.331.944,90	87.806.555,78	604.474.491,50
2010	210.903.162,51	250.414.741,47	8.170.762,18	103.310.766,65	675.786.569,26

Fonte: STN

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

Nota: Valores Nominais

(1) Menos 15% do FUNDEF

(...) aguardando uma posição da STN

3.13.2 Transferências Constitucionais do ICMS, IPI, IPVA, FUNDEB-ICMS e FUNDEB-IPVA 2011-2024 (R\$ 1,00)

Anos	Transferência do ICMS ⁽¹⁾	Transferência do IPI ⁽¹⁾	Transferência do IPVA ⁽²⁾	FUNDEB - ICMS	FUNDEB - IPVA	Total
2011	235.085.704,64	8.023.470,01	46.938.168,64	58.771.426,17	11.734.540,08	360.553.309,54
2012	286.091.877,98	10.913.668,73	52.297.712,88	71.522.969,49	13.074.422,09	433.900.651,17
2013	293.460.318,90	10.060.702,57	57.158.045,79	73.365.185,57	14.289.498,16	448.333.750,99
2014	315.395.298,28	9.865.936,88	63.009.837,13	78.848.824,58	15.791.679,52	482.911.576,39
2015	345.457.087,46	10.563.157,24	68.559.784,41	86.364.271,86	17.139.932,34	528.084.233,31
2016	360.128.571,40	8.018.085,09	68.849.384,23	90.032.142,83	17.213.103,36	544.241.286,91
2017	346.843.304,32	8.454.352,85	72.947.266,61	86.710.826,08	18.236.802,67	533.192.552,53
2018	348.489.164,60	10.543.656,82	77.217.410,96	87.122.291,15	19.304.338,87	542.676.862,40
2019	372.866.355,03	10.476.108,70	85.674.407,68	93.216.626,13	21.418.588,57	583.652.086,11
2020	400.635.339,82	9.746.394,26	89.644.579,89	100.158.834,95	22.411.158,70	622.596.307,62
2021	452.808.184,58	15.862.677,55	97.479.488,90	113.202.046,14	24.369.856,88	703.722.254,05
2022	445.153.829,10	14.339.042,21	130.203.451,48	111.288.457,28	30.169.143,42	731.153.923,49
2023	355.605.875,77	8.004.051,00	165.447.375,91	88.901.468,94	41.361.828,70	659.320.600,32
2023	400.334.958,25	8.728.597,90	182.651.965,84	100.083.739,56	45.662.976,49	737.462.238,04

Fonte: SEFA

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

Nota: Valores Nominais

(1) Deduzidos 20,00% de contribuição ao FUNDEB

(2) Valor de 50% deduzidos a contribuição ao FUNDEB

3.14 INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS

3.14.1 Número de Agências Bancárias, Aplicações, Depósitos e Poupança no Estado do Pará 1994-2007 (R\$ 1,00)

Anos	Agências	Aplicações	Depósitos			Poupança
			À vista (Gov.)	À vista (Priv.)	A prazo	
1994	-	682.118.778	31.633.779	269.513.096	73.872.206	159.759.652
1995	91	842.011.228	59.731.584	88.162.508	577.139.199	354.572.557
1996	88	1.352.743.488	69.796.835	69.697.864	652.213.119	397.104.087
1997	80	1.794.499.316	144.929.544	176.076.562	773.472.926	506.596.620
1998	81	1.853.737.002	118.805.747	194.445.445	940.949.694	590.924.969
1999	83	1.782.833.656	56.165.890	239.693.350	1.234.273.141	659.362.524
2000	82	1.975.895.919	112.265.094	305.179.905	1.453.720.493	682.576.109
2001	84	1.365.845.486	121.142.665	338.118.460	1.421.095.197	693.410.404
2002	86	1.226.788.852	112.107.487	445.632.148	1.119.462.872	891.096.839
2003	86	1.292.347.173	116.409.277	447.592.907	1.299.745.588	883.346.990
2004	87	1.681.850.100	137.657.681	538.723.320	978.205.695	965.594.662
2005	91	2.228.837.014	184.628.151	615.017.136	1.427.857.099	1.089.535.213
2006	94	2.932.014.075	224.247.775	829.121.835	1.441.702.388	1.184.276.225
2007	97	3.542.352.166	315.189.472	1.098.539.084	1.678.920.635	1.431.772.768

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

Nota: Valores Nominais

3.15 MEIO AMBIENTE

3.15.1 Desflorestamento Acumulado a partir de 2008 (km²), Incremento (Desflorestamento km²) e Número de Focos de Calor 2008-2024

Anos	Desflorestamento Acumulado (km²)	Incremento (Desflorestamento km²)	Número de Focos de Calor
2008	0,95	0,95	7
2009	1,03	0,08	13
2010	1,94	0,91	5
2011	2,19	0,25	4
2012	2,42	0,23	8
2013	2,42	0,00	-
2014	2,42	0,00	4
2015	2,69	0,27	9
2016	2,97	0,28	2
2017	3,24	0,27	2
2018	4,17	0,93	5
2019	5,43	1,26	3
2020	5,66	0,23	2
2021	6,14	0,48	-
2022	6,21	0,07	3
2023	6,21	0,00	6
2024	6,29	0,08	9

Fonte: INPE/TERRA BRASILIS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAD

Nota: Dados anteriores a 2008 não estão mais disponíveis no site da Coordenação-Geral de Observação da Terra (INPE), devido isso, a tabela de desflorestamento acumulado foi refeita a partir dos dados do Terra Brasilis (INPE) que disponibiliza informações apenas a partir de 2008.

3.15.2 Cadastro Ambiental Rural (CAR) - Boletim do CAR por Município 2018-2024

Anos	Área Territorial (IBGE/km²)	Área Cadastrável (km²)	% Área Cadastrável	Área de CAR (km²)	% de Área de CAR
2018	1.060,72	483,11	45,55	162,51	33,64
2019	1.060,72	483,11	45,55	168,05	34,79
2020	1.060,72	285,99	26,96	171,41	59,94
2021	1.060,72	285,99	26,96	189,61	66,30
2022	1.059,46	285,99	26,99	192,97	76,19
2023	1.059,46	285,99	26,99	198,87	78,52
2024*	1.059,46	285,99	26,99	206,07	81,37

Fonte: SEMAS-SICAR

Elaboração: FAPESPA

*Nota: Dados extraídos em Fev/2025.

NOTA TÉCNICA

Simbologias Adotadas

- (...) – Informações não disponíveis
- (-) – O Município não possui a variável destacada
- (0) – O Município possui a variável destacada, no entanto não atinge a unidade trabalhada

Demografia

- Trabalhou-se com os “números” oficiais do IBGE (Órgão Fonte). Entre os períodos censitários utilizou-se estimativa de população, divulgado em cada 30/06 do ano corrente. Para definir as populações Urbana e Rural, e por Sexo, a FAPESPA/SEPLAD adota a mesma participação do ano censitário.

Saúde

- Segundo a Secretaria de Saúde – SESPA, devido à dimensão do Estado o registro de óbitos torna-se, em alguns municípios, retardatário. Desta forma, na medida em que os registros vão ocorrendo, os mesmos são atualizados em seus respectivos anos.

Finanças Públicas

- Estatísticas, cuja fonte, é a SEFA, são utilizadas conforme os estabelecimentos vão efetuando os Pagamentos atrasados, sendo assim, relatórios gerados da mesma variável, em datas diferentes, podem ter divergências dentro de um mesmo ano.
- As Estatísticas da Receita Própria e Arrecadação Municipal são retiradas do Balanço de cada Município, logo para os anos que o município não entrega seu balanço ao TCM, as informações não estarão disponíveis.

Atylana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão da Informação

GLOSSÁRIO

FISIOGRAFIA

Ano de Criação – Significa o ano no qual o distrito foi criado legalmente através da Lei de Criação, Decreto ou Ordem, com memorial descritivo, diferente, portanto do ano de emancipação política.

Gentílico – Nome que designa a “terra”, “nação”, “área” ou “município”, a qual pertence.

Localização Municipal – Refere-se a posição do município em relação ao contexto do Estado.

Coordenadas Geográficas – São valores Numéricos através dos quais pode-se definir a posição de um ponto na superfície da terra, tendo como ponto de origem para as latitudes o Equador, e o mediano de Greenwich para a origem das longitudes.

Latitude – Ângulo formado pela normal à superfície adotada para a terra, que passa pelo ponto considerado e a reta correspondente à sua projeção no plano do Equador. A latitude quando medida no sentido do Pólo Norte é chamada latitude norte ou positiva. Quando medida no sentido do Pólo Sul é chamada latitude sul ou negativa. Sua variação é 0° a 90°N ou 0° a + 90° e 0° a 90°S ou 0° a – 90°.

Longitude – Ângulo diedro formado pelos planos do meridiano de Greenwich e do meridiano que passa pelo ponto considerado. A longitude pode ser contada no sentido oeste, quando é chamada longitude oeste de Greenwich (W Gr.) ou negativa. Se contada no sentido este é chamada longitude este de Greenwich (E Gr.) ou positiva.

Limite – Linha materializada ou não, que demarca a fronteira entre duas áreas vizinhas. É definido normalmente por lei de qualquer umas das instâncias da administração pública, federal, estadual ou municipal.

Área Municipal – É o cálculo do espaço geográfico ao qual a circunscrição administrativa está inserida.

DEMOGRAFIA

População Residente – constituída pelos moradores nas unidades domiciliares, mesmo que ausentes na data das pesquisas.

Densidade Demográfica – é o indicador que mostra como a população se distribui pelo território, sendo determinada pela razão entre a população e a área de uma determinada região.

Distribuição da População por Situação de Domicílios – a população é classificada segundo a localização do domicílio nas áreas urbanas ou rurais, definidas por lei municipal. Na situação urbana, consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas cidades, vilas e áreas urbanas isoladas, conforme delimitadas pelas respectivas posturas municipais à época de realização dos Censos Demográficos; a situação rural abrange a população e os domicílios recenseados fora dos limites daquelas áreas, inclusive nos aglomerados rurais (povoados, arraiais, etc.).

Razão de Sexos – é a relação entre a população masculina e a feminina por 100 e representa o número de homens para cada 100 mulheres.

Taxa de Urbanização – Proporção entre a população da área urbana em relação à população total.

Taxa Geométrica de Incremento Anual – mostra o ritmo de crescimento anual experimentado pela população num determinado período de tempo. É obtida através da fórmula:

$$i = \left(\sqrt[n]{\frac{P_{(n+1)}}{P_n}} - 1 \right) \times 100, \text{ onde}$$

$P_{(n+1)}$ e P_n representam as populações correspondentes a duas datas sucessivas e n , o intervalo entre essas duas datas, medido em ano.

Razão de Dependência – é o resultado da soma da população jovem de 0 a 15 anos mais a população idosa de 65 anos e mais de idade, dividido pela população produtiva de 15 a 64 anos. Ela representa o dimensionamento da força de trabalho, ou seja, mostra a percentagem da população dependente em relação à população em idade ativa.

Índice de Envelhecimento – Expressa o ritmo de envelhecimento verificado anualmente sendo obtido por:

$$I = \frac{\text{Pop. de 65 anos ou mais de idade}}{\text{Pop. de menos de 15 anos de idade}} \times 100$$

SAÚDE

Centro de Saúde - São serviços oficiais do Ministério da Saúde e Assistência, responsáveis pela integração e coordenação das atividades de saúde e assistência, bem como pela prestação de cuidados médicos de base, de natureza não especializada, com o objetivo de assegurar a cobertura médico-sanitária da população da área que lhes corresponde.

Nascidos Vivos – número de nascimentos onde, após a expulsão ou extração completa do corpo materno, independentemente do tempo de duração da gestação, manifestou algum sinal de vida (respiração, choro, movimentos de músculos de contração voluntária, batimento cardíaco, etc), ainda que tenha falecido em seguida.

Mortalidade Geral – refere-se ao número total de óbitos ocorridos numa determinada população, durante um período de tempo especificado, em geral um ano, e exprime-se por 1.000 habitantes.

Mortalidade Materna – É número de mortes maternas associadas com a gravidez e o parto, em relação ao número total de nascimentos.

Mortalidade Infantil – número de mortes de crianças com menos de 1 ano de idade por mil nascidos vivos nesse ano.

Mortalidade Fetal – é definida entre nós como a produzida antes do nascimento.

Mortalidade Perinatal – é o número de nascidos mortos e mortes ocorridas até uma semana (morte no período à volta do parto) por mil nascidos vivos até uma semana.

Fecundidade – Número médio de filhos que teria uma mulher, de uma coorte hipotética, ao fim do período reprodutivo, estando sujeita a uma determinada lei de fecundidade, ou ausência de mortalidade desde o nascimento até o final do período fértil.

Doenças Crônicas Degenerativas – patologias que não tem cura, e que causam danos em longo prazo. Tais doenças ocasionam ônus à saúde pública pois exigem uso de medicamentos contínuos.

EDUCAÇÃO

Estabelecimento de Ensino – São unidades escolares onde se processa as atividades de ensino e aprendizagem

Matrícula Inicial – Número de alunos matriculados em cada grau / modalidade de ensino, efetivamente freqüentando a escola em cada série, de acordo com o horário de funcionamento da turma.

Pré-Escolar – primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os 6 anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade.

Ensino Fundamental – obrigatório e gratuito para alunos de 7 a 14 anos compreende oito séries letivas. Constitui uma fusão do antigo ensino primário comum (quatro séries, para crianças de 7 a 10 anos) e do Ensino Médio de 1º ciclo (também de quatro séries, para adolescentes de 11 a 14 anos), com inovações pedagógicas nas terminalidades do nível de ensino.

Ensino Médio – composto de três ou quatro séries é equivalente ao antigo Ensino Médio de 2º ciclo e destina-se a conferir habitação profissional de nível médio à faixa etária de 15 a 18 anos.

Função Docente – é o número de professores da escola que leciona em cada grau / modalidade de ensino. Um professor pode ter mais de uma função docente.

Matrícula Final – é o total de alunos aprovados, reprovados e os que abandonaram a escola no ano X, em um determinado nível de ensino.

Taxa de Aprovação – indica o percentual de alunos aprovados em determinado nível de ensino em relação à matrícula final, no nível de ensino.

Taxa de Reprovação – indica o percentual de alunos reprovados em determinado nível de ensino em relação à matrícula final, no nível de ensino.

Taxa de Abandono – indica o percentual de alunos que abandonaram a escola durante o ano letivo, em determinado nível de ensino em relação à matrícula final, no nível de ensino.

ENERGIA ELÉTRICA

Residencial – É aquela em que as unidades consumidoras utilizam a energia elétrica para fins residenciais, salvo aqueles situados em propriedade rural na qual seja desenvolvida atividade agropecuária com objetivo econômico. Inclui-se nesta classe o fornecimento para uso comum de prédios ou conjuntos com predominância de unidades consumidoras residenciais.

Comercial – É aquela em que as unidades consumidoras exercem atividade comercial e de prestação de serviços (exclusive os serviços públicos). A classe comercial deve ser estratificada nas seguintes subclasses: comercial; serviços de transporte, exclusive tração elétrica; serviços de comunicação e telecomunicações; serviços de irrigação; outros serviços.

Industrial – É aquela em que as unidades consumidoras desenvolvem atividades industriais. Para que se tenha um conjunto mais homogêneo com relação à atividade industrial sugere-se estratificar os consumidores nas seguintes gêneros: extração de tratamento de minerais; produtos minerais não metálicos; metalúrgica; mecânica; material elétrico e de comunicações; madeira; mobiliária; papel e papelão; borracha; couros; peles e produtos similares; química; produtos farmacêuticos e veterinários; perfumaria, sabões e velas; produtos de materiais plásticos; têxtil; vestuário, calçados e artefatos de tecidos; produtos alimentares; bebidas; fumo; editorial e gráfica, diversos; utilidade pública; e construção.

Outros – São alocados nesta categoria as unidades consumidoras não prevista nas demais classes, inclusive o fornecimento destinado às instalações de uso comum de prédio ou conjunto com predominâncias de unidades consumidoras não residenciais. Dentre as que se classificam como outro, destaca-se, o setor **rural** (são alocados nesta categoria consumidores que desenvolvem atividade rural com objetivos econômicos. Esta categoria é estratificada nas seguintes subclasses: agropastoril; cooperativa de eletrificação rural; indústria rural e coletividade rural); **consumo próprio** (fornecimento destinado ao próprio concessionário devendo ser consideradas as seguintes subclasses: consumo próprio, canteiro de obras e interno); **iluminação pública** (são alocados iluminação de ruas, praças, avenidas, jardins, vias, estradas e outros logradouros de domínio público de uso comum e livre acesso de responsabilidade de pessoa jurídica de direito público); **serviço público** (são alocados os consumidores que utilizam motores, máquinas e equipamentos para prestação de serviços públicos de água, esgoto, saneamento e tração urbana e/ou ferroviária explorados mediante concessão ou autorização; e **poder público** (são alocados os consumidores independentes da atividade desenvolvida, que forem de responsabilidade de pessoa jurídica de direito público, exceto a iluminação pública e os serviços públicos)).

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Economias – Todo imóvel com ocupação independente, dotado de no mínimo um ponto de água, perfeitamente identificável como uma unidade autônoma, para efeito de faturamento.

Volume Faturado – Quantidade de água (medida e/ou estimada) ou de esgotos, faturado no mês, relativo às economias residenciais, comerciais, industriais e públicas.

TRANSPORTE

Navegação de Cabotagem – é navegação realizada porto a porto no próprio país.

Navegação de Longo Curso – é a navegação realizada com o comércio internacional, ou seja, Navegação externa.

AGROPECUÁRIA

Culturas Temporárias – São culturas de curta ou média duração, geralmente com ciclo vegetativo (período compreendido entre o plantio e a colheita) inferior a um ano e que depois de colhidas, necessitam de um novo plantio. Ex.: algodão herbáceo, amendoim, arroz, batata-inglesa, cebola, feijão, fumo, milho e soja.

Culturas Permanentes – São culturas de longo ciclo vegetativo, que permitem colheitas por vários anos sem necessidade de novo plantio. Ex: algodão arbóreo, banana, cacau, café, coco-da-baía, laranja, pimenta-do-reino, sisal e uva.

Área Colhida – É a parcela da área plantada de cada produto que foi realmente colhida durante o ano-base do levantamento. Para as culturas temporárias de curta e média duração, a área colhida será; no máximo, igual à área plantada quando não houver perda por adversidade climática (chuva, seca, granizo, geada, etc...), patogênica ou econômica. E para as culturas temporárias de longa duração, a área em que foi colhida a produção no ano-base do levantamento. Para as culturas permanentes a área colhida corresponde à área ocupada com pés que produziram no ano-base do levantamento.

Produção Agrícola – Quantidade de cada produto agrícola obtida na área colhida, na data de referência da pesquisa.

Valor da Produção – É o preço médio do produto multiplicado pela quantidade produzida.

Produção da Extração Vegetal e Silvicultura – Informações sobre a quantidade e valor das produções obtidas mediante a exploração de maciços florestais nativos (extrativismo vegetal) ou provenientes da exploração de maciços florestais plantados (silvicultura).

Extração Mineral e Metálica – Consiste na extração de minério de ferro, metais preciosos, metais não ferrosos (bauxita, cobre, cassiterita e manganês), sintetização ou solonização de minerais metálicos, extração de minerais para fabricação de adubos e fertilizantes para elaboração de outros produtos químicos, extração de pedras e outros materiais para construção, como também na extração de sal, de pedras preciosas e semipreciosas, de outros minerais não metálicos, de petróleo, gás natural e combustível mineral de carvão-de-pedra, xisto betuminoso e outros combustíveis, extração de gesso e minerais radioativos (urânio, tório e areia monazítica).

FINANÇAS PÚBLICAS

Receita Tributária – São Recursos decorrentes da arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria.

Receita Própria – São Recursos decorrentes da arrecadação e transferências de impostos e contribuições de melhoria.

Transferências Constitucionais – Dispositivo constitucional, o qual determina repasse aos municípios nos percentuais de 25%, 50% e 25%, respectivamente, pertinente a arrecadação sobre o ICMS, IPVA e cota parte do Fundo de Exportação (IPI – Exportação).

Arrecadação Estadual – São Recursos decorrentes da arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria da esfera Estadual.

Arrecadação Federal – São Recursos decorrentes da arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria da esfera Federal.

Arrecadação Municipal – São Recursos decorrentes da arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria da esfera Municipal.

INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS

Operação de Crédito – Recursos decorrentes da colocação de títulos públicos ou de nenhum dos demais regimes e tenham escrita fiscal e contábil maior que 200.000 UFIR.

MEIO AMBIENTE

Desflorestamento Acumulado – Estimativa de extensão desmatada do município baseada no cálculo do desmatamento acumulado e observado até o ano selecionado dentro dos limites administrativos dos municípios que fazem parte da Amazônia Legal.

Incremento do Desflorestamento – Extensão territorial desmatada do município do ano anterior para o ano em questão.

Focos de Calor – O sistema de Queimadas do INPE detecta a ocorrência de fogo. Detalhes precisos do que está queimando e quanto queimou são informações impossíveis de se obter com os sensores dos satélites atuais. As contagens de focos do INPE e da NASA são excelentes indicadores da ocorrência de fogo na vegetação e permitem comparações temporais e espaciais, mas não devem ser consideradas como medida absoluta da ocorrência de fogo - que certamente é maior do que a indicada pelos focos. Considerando o modo regular de detecção e utilizando-se um único satélite como referência, pode-se constatar tendências espaciais e temporais nas ocorrências de fogo.

CAR (Cadastro Ambiental Rural) – Registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico.

Área Cadastrável – Essa é a área passível de cadastro no CAR calculada para cada município. Considerando o limite total do município, são descontadas as áreas legalmente protegidas ou especiais como as Unidades de Conservação (com exceção das APA) – (CNUC, 2019) e as Terras Indígenas (FUNAI, 2019).

Área de CAR – Área do município já cadastrada no CAR.



Informações:

COORDENADORIA DE ESTATÍSTICA E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Avenida Presidente Vargas, nº 670, Bairro: Campina

CEP: 66.017-000

E-mail: detgi@fapespa.pa.gov.br

Home page: www.fapespa.pa.gov.br